

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Mestrado em Educação

DIRCE ALVES SILVA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS ESPECIAIS
NA APAE DA CIDADE DE MACHADO/MG**

Itatiba
2013

DIRCE ALVES SILVA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS ESPECIAIS
NA APAE DA CIDADE DE MACHADO/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior.

Itatiba
2013

376.4 Silva, Dirce Alves.
S579h A história da educação para crianças especiais na APAE da
 cidade de Machado/MG: 1971 a 2003. / Dirce Alves Silva. --
 Itatiba, 2013.
 119 p.

 Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação
 Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco.
 Orientação de: Moysés Kuhlmann Júnior.

 1. APAE-educação especial. 2. História da educação. 3. Inclusão.
 I. Kuhlmann Júnior, Moysés. II. Título.

DIRCE ALVES SILVA

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS ESPECIAIS
NA APAE DA CIDADE DE MACHADO/MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

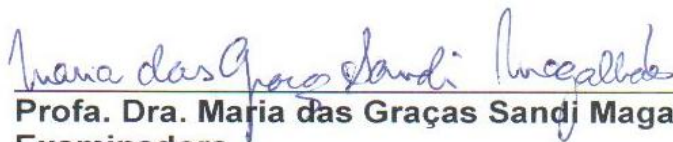
Área de concentração: Educação

Data de aprovação: 29/01/2013

Banca examinadora:



Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior
Orientador e Presidente



Profa. Dra. Maria das Graças Sandi Magalhães
Examinadora



Profa. Dra. Paula Leonardi
Examinadora

A todas as crianças especiais com quem tive a oportunidade de conviver, vocês me ensinaram muito: a reclamar menos, a querer ajudar mais aos outros, a confiar mais em Deus, a querer ser uma pessoa melhor e a respeitar as diferenças.

A todas as famílias que têm filhos especiais e nunca desistiram de ir à luta para ajudá-los a superar dificuldades.

Às pessoas envolvidas com a educação, na esperança de que algum dia todos possam usufruir desse direito.

Aos meus familiares, meu maior tesouro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente pela força a cada dia, sem sua luz, não teria caminhado, vencido inúmeras dificuldades. Obrigada.

A meu pai Zildo. Que saudades, do seu sorriso, do seu jeito de amar, ora severo... ora doce. Obrigada.

À minha mãe Geralda, mulher lutadora, guerreira que me ensinou a não desistir jamais, dando-me exemplos de sabedoria, de humildade e de trabalho. Obrigada, mãe!

A meu irmão João. Amo você.

A meu irmão Chico. Saudades infinitas, amo você.

A meu irmão Cal. Amo você.

A meu irmão Jair. Te amo!

A meu irmão Jorge. Eu te amo.

À minha irmã Neuza. Amo você.

À minha irmã Dalva. Amo você.

A meu esposo Sebastião. Amo você.

À minha filha Damiana, sem sua ajuda, teria desistido, pode ter certeza.

À minha filha Danielle, obrigada por tudo, pelo carinho, sua ajuda foi muito importante.

Ao meu filho Gregório, obrigada pelo incentivo, pelo apoio, pela amizade.

À Jussara, minha amiga de caminhada, só Deus poderá pagá-la por tamanha generosidade.

À Dalila, minha amiga de viagem, Deus te proteja. Obrigada por tudo.

À professora Paula, pelos ensinamentos, pelo carinho, pelas sugestões durante todo o processo.

À professora Fátima, pela motivação, pelo incentivo sempre e pelos ensinamentos.

Ao meu orientador, pela paciência, pela compreensão, pela tolerância. Sem sua preciosa ajuda e seus direcionamentos não teria conseguido superar os obstáculos que se puseram na caminhada. Deus o recompense por tudo!

Aos funcionários da USF, que sempre me acolheram com carinho.

Aos colegas de turma, de caminhada. Aprendi muito com vocês, espero que nossa amizade dure para sempre.

À direção da Apae, por terem permitido que me ausentasse para estudar e coletar dados para a pesquisa.

À Valentina, pela ternura, pela companhia.

Aos funcionários e à direção da Escola Estadual Gabriel Odorico, pelo incentivo e pelo apoio.

A todos os meus familiares, primos, primas, cunhados, cunhadas e sobrinhos, pelo apoio.

A todas as pessoas que passaram pelo meu caminho nesses anos, pela convivência. Nada é por acaso. De tudo fica a certeza: valeu a pena.

*Quem conhece um menino
Que dorme no tempo
Vestido de fome, sem nome
Vendo a vida girar?
Quem conhece uma menina
Vestida de fome, sem nome
Vendo a vida passar?
Será Maria?,
Será João?,
Será coração?,
Será ilusão?
- Eu sou o que procuras
Olhem para mim.
Estou nas esquinas e praças
Moro na rua
Não sei ler ou escrever
Preciso aprender
Sei que sou diferente!
Aprendo... só que devagar
Um dia quero escrever.
Amar.
Dirce Alves Silva*

SILVA, Dirce Alves. **A história da educação para criança especiais na Apae de Machado/MG: 1971 a 2003.** 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação, Universidade São Francisco, Itatiba.

RESUMO

Considerando a História da Educação para Crianças Especiais, os objetivos da presente pesquisa foram verificar como os fatos aconteceram no Brasil e na Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da cidade de Machado/MG, nos anos de 1971 a 2003. Para a reconstrução histórica, de início, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores que analisaram assuntos na área da educação especial, pois esses ajudariam a entender o lugar ocupado pelas pessoas com necessidades educativas específicas e os tipos de atendimento escolar que receberam. Foram feitas, em seguida, leituras e a catalogação de documentos disponibilizados nos arquivos da Apae como: Atas, PDI (Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno), relatórios, cadernos de planos de aulas, jornais da época, diários de professores. Também foi feito um estudo sobre a trajetória da Apae no Brasil, levando-se em consideração o momento histórico de sua fundação e a necessidade de sua criação e a ampliação dos serviços ofertados. Para tratar do assunto referente à educação especial tornou-se necessário examinar como as políticas públicas direcionaram a educação especial e suas influências a começar pela Lei nº 4.024/61, que criou o Conselho Federal de Educação; a Lei nº 5.692/71, que abriu caminho para discussões sobre as deficiências com uma linguagem de integração e normalização; a Constituição Federal de 1988, que tratou da democratização da educação; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) entre outras. A pesquisa está dividida em três capítulos sendo que o primeiro apresenta a Trajetória da Educação Brasileira, as Políticas Públicas da Educação Especial em geral; dados relativos às vertentes pedagógicas que influenciaram no atendimento oferecido à pessoa com deficiência e a discussão acerca de ortopedia. O segundo capítulo pontua a reconstituição da História da Apae no Brasil e em Minas Gerais. No terceiro capítulo, foi feita uma análise sobre a história da fundação da Apae, em Machado, por um grupo de pessoas da sociedade machadense, sobre a criação do seu estatuto e sobre as soluções encontradas para se manter durante os anos pesquisados. Também estão presentes, nesse capítulo, dados a respeito das escolas Hilda Nogueira da Gama de Educação Especial e Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de educação Especial que fizeram parte da trajetória da Apae. Enfim, por meio dos estudos sobre a História da Educação Especial, no Brasil e na Apae de Machado/MG, percebe-se que o campo da educação especial é complexo devido às peculiaridades presentes em seu contexto, à necessidade de ampliação de investimentos públicos, de capacitação para os profissionais que atuam em seu meio e ainda à luta dos seus familiares para que a inclusão e a integração das pessoas com necessidades educativas específicas aconteçam.

Palavras-chave: Apae. Educação especial. História da Educação. Inclusão.

SILVA, Dirce Alves. **The history of special education for children in Apae Machado / MG: 1971 to 2003.** 2012. 119F. Thesis (MA) - Education Course, St. Francis University, Itatiba.

ABSTRACT

Considering the History of Education for Special Children, the objectives of this research were to verify the facts as happened in Brazil and Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) (Parents and Friends off Disabled Children Association) City Machado / MG, in the years 1971 to 2003. For that, and historical reconstruction, was initially performed a revision of authors who analyzed issues in the area of special needs education, as these help to understand the place occupied by people with special educational needs and the types of assistance they received school. Readings were made then and cataloging of documents available in the archives of Apae as: Minutes, IDP (Individual Development Plan Student), reports, books lesson plans, newspapers of the time, teachers daily. Also a study was done on the trajectory of Apae in Brazil, taking into account the historical moment of its foundation and the need for its creation and expansion of services offered. To address the issue related to special education has become necessary to bring the centers of public policy issues that directed special needs education and its influences starting with Law No. 4.024/61, which created the Federal Council of Education, Law No. 5692/71, which paved the way for discussions on the deficiencies in language integration and standardization, the Constitution of 1988, which dealt with the democratization of education and the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) among others. The research is divided into three chapters with the first trajectory brings the Brazilian Education, Public Policy Special Education in general, data on pedagogical aspects that influence the care provided to disabled and discussion about orthopedics. The second chapter punctuates the reconstitution of the History of Apae in Brazil and Minas Gerais. In the third chapter an analysis of the history of the founding of Apae in Machado by a group of people Machadense society, the creation of their status and how did you keep during the years surveyed. Also present in this chapter data on schools Hilda Nogueira da Gama Special Needs Education School and Professor Maria de Fátima Botazini Diniz Special needs education who were part of the trajectory of Apae. Finally, through the study of the History of Special Education in Brazil and Apae Machado / MG, one realizes that the field of special needs education is complex because the quirks present in its context, the need to increase public investment, training for professionals working in their midst and the fight of their relatives to the inclusion of people with special needs to happen.

Keywords: Apae. Special Needs Education. History of Education. Inclusion.

LISTA DE SIGLAS

- AACD – Associação de Assistência à Criança Defeituosa
- ABBR – Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
- ABDEM – Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais
- APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- AVD – Atividades da vida diária
- CADEME – Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Mental
- CAO – Centro de Aprendizagem Ocupacional
- CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
- CESB – Campanha para Educação dos Surdos Brasileiros
- CNEC – Campanha Nacional de Educação para os Cegos
- CPPLC – Centro Psicopedagógico Professor LaFayette Cortes
- CIC – Colégio Imaculada Conceição
- CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- DRE – Delegacia regional de Ensino de Varginha/MG
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EJA – Educação de Jovens e Adultos
- FENAPAES – Federação Nacional das Apae
- IE – Instituto de Educação
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- PDI – Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- SEE – Secretaria de Educação do Estado
- SESP – Secretaria de Educação Especial
- TLC – Treinamento de Liderança Cristã

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Símbolo da Apae.....	41
Figura 2 – Abrangência dos serviços das Apaes	43
Figura 3 – Prédio da Apae	51
Figura 4 – Aluno sendo atendido pela fisioterapia.....	61
Figura 5 – Clube de Mães Voluntárias	75
Figura 6 – Kombi doada pela Pró-Vida.....	77
Figura 7 – Fachada da Apae (2003).....	90
Quadro 1 – Planejamento mensal da Apae em 2002.....	87

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ix
LISTA DE SIGLAS	x
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E A LEGISLAÇÃO NACIONAL	19
1.1 A educação nova e a educação para todos (1932 a 1960)	25
1.2 As décadas de 1970, 1980 e 1990 e os princípios da normalização, da integração e da inclusão	29
1.3 A educação inclusiva e a esperança da escola para todos (2000 a 2003)	33
CAPÍTULO 2 – O APARECIMENTO DA APAE NO CENÁRIO BRASILEIRO (1954-1960)	36
2.1 O movimento Apeano em Minas Gerais	47
CAPÍTULO 3 – UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA APAE EM MACHADO	51
3.1 A troca de experiências entre Apaes mineiras e a estadualização da escola Hilda Nogueira da Gama de Educação Especial (1977-1993)	65
3.2 Apae e Projeto Águia (2001)	83
3.3 A desvinculação da Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama e Apae	88
3.4 Apae e Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97
DOCUMENTOS PESQUISADOS	103
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta um estudo documental acerca da história da educação especial no Brasil e na Apae da cidade de Machado/MG, nos anos de 1971 a 2003.

A escolha do tema foi por causa da minha área de atuação no serviço de supervisão pedagógica da Apae em Machado, onde tenho contato com pais, professores, funcionários, equipe clínica e alunos com deficiência. A escolha ocorreu também devido à necessidade de compreender as deficiências para poder orientar os pais em casos de dúvidas, pois, eles estão sempre à procura de respostas sobre como agir com seus filhos. A relação próxima com a família facilita a criação de laços e ajuda a conhecer mais de perto quem são os sujeitos históricos, “as crianças com deficiência”. Pode-se dizer que, ao se sentir acolhida, a família participa do processo de desenvolvimento da criança, opina sobre os fatos e se sente parte do processo. O outro motivo que me levou a interessar pelo assunto foi para poder participar das reuniões de equipe clínica, das elaborações dos diagnósticos e dos PDIS. Sabe-se que eles requerem um olhar atento, reflexivo e devem ser feitos com cuidado, com competência, pois acompanham a criança aonde ela for, além de contribuir com as práticas educativas que serão realizadas.

A educação especial em si contém desafios, problemas e dificuldades necessitando da ressignificação de práticas e conceitos. E, finalmente, para poder aproximar-me da criança em si, pois sempre quis conhecê-la de perto e contribuir de alguma forma com sua escolarização para a vida. Começar estudando a história de sua institucionalização foi um primeiro passo nesse caminho.

O período analisado privilegia a década de 70, por ser o mesmo cenário da institucionalização da educação especial. Para Mendes (2010, p. 99), “historiadores fixam na década de setenta o aumento do número de textos legislativos e associações, estabelecimentos e até mesmo o financiamento das instâncias públicas envolvidas na questão”.

Ainda para Mendes (2010, p. 101), “no final da década de setenta são implantados os primeiros cursos de formação de professores na área da educação especial ao nível de terceiro grau e os primeiros programas e pós-graduação a se dedicarem a esta área”.

Em se tratando de legislação, a importância dessa área de atuação e de serviço pode ser vista na lei anterior, nº 4622/61, em seu artigo 88, reafirmada na lei nº 5692/71 (MENDES, 2010, p. 100). Essa década é tida como ponto marcante para a educação especial devido às iniciativas na área e à criação do Cenesp, que tinha como objetivo promover em

todo o país a melhoria no atendimento especializado, pois até então pouco se sabia sobre o assunto. O Cenesp possuía um discurso integracionista e, até 1986, ano em que foi extinto, tornou-se responsável por qualificar técnicos e docentes para a educação especial, fornecendo assessoria, recursos financeiros e humanos às Secretarias de Educação Estaduais; visando ao auxílio na criação e no funcionamento das classes especiais. De acordo com o MEC (1994), “o órgão manteve uma política centralizadora que priorizava o repasse de recursos financeiros para instituições privadas”. Após seu término, foi criado o Corde (Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) junto à Presidência da República, com a finalidade de coordenar assuntos referentes às atividades e às medidas que estivessem de acordo com as pessoas com deficiências.

Observa-se que, desde o início da oficialização da educação especial no Brasil, ocorreu um processo de segregação institucional rígido e de significado peculiar em relação à pedagogia adotada que, por sinal, não atendeu ao deficiente como deveria, pois o currículo não privilegiava a diversidade e as práticas repetitivas eram sem significados e não estabeleciam vínculos de aprendizagem e de atuação social.

Para Bueno (1993, p. 24),

A educação geral neste aspecto, contribuiu para este isolamento e, portanto, levou em consideração que o saber especializado poderia dar conta da educação do excepcional definindo-o como aquele que por suas características próprias não poderia estar enquadrado dentro dos processos de escolarização oferecida aos outros indivíduos e até mesmo da escolarização social, precisando neste sentido, de formas especializadas para resolver e realizar o que os normais fazem de modo natural e espontâneo.

Com o intuito de verificar de que modo os fatos ocorreram, foi necessário levantar algumas questões: como e quando aconteceu a história da educação especial no Brasil? Qual o papel das políticas públicas na área da educação especial? Como se deu a fundação da primeira Apae brasileira? Por que as pessoas da comunidade machadense se uniram para fundar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Machado/MG? Como a Apae de Machado fez para se manter durante os anos pesquisados? Quem são seus sujeitos históricos? Quais escolas especiais fizeram parte de sua história? Como a Apae é vista pela sociedade machadense?

Também foram levantadas algumas hipóteses.

A primeira hipótese é de que a trajetória da educação especial no Brasil foi sempre marcada pelo desinteresse para com o deficiente, pela falta de políticas voltadas a atender essa

parcela da população discriminada e segregada em instituições para o cuidado, para proteção ou para o tratamento médico.

A segunda hipótese é a de que as políticas públicas brasileiras não asseguravam a garantia e o acesso à sociedade das pessoas com deficiência, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento.

A terceira hipótese é a de que as Apaes foram criadas para atender aos deficientes que não podiam participar do meio social por falta de um lugar próprio para atendê-los em suas especificidades.

A quarta hipótese é a de que a Apae de Machado, assim como a primeira Apae brasileira, fundada em 1954, também foi criada para suprir uma lacuna deixada pela sociedade, ou seja, a criação de um local apropriado, pois as crianças estavam segregadas.

Para Magalhães (1996, p. 2),

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é; sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma continuidade de uma região, é por fim, sistematizar e reescrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade conferindo um sentido histórico.

Pesquisas nesse âmbito têm se renovado e atribuído importância às singularidades e particularidades das instituições educacionais, sugerindo que novos questionamentos se cruzem com o alargamento das problemáticas, com a diversidade dos contextos, dos modelos e das práticas educativas da comunidade local existente (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 3-24).

Cabe ao pesquisador fazer sua interpretação, levando em consideração a história da instituição em seu meio e os elementos que conferiram sua identidade, dando-lhe sentido único no contexto onde se insere (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 20). Tudo isso requer criticidade para não perder de vista o trabalho realizado pela instituição, suas particularidades, os significados, os sujeitos presentes no contexto, sua totalidade e os aspectos do lugar.

Em 6 de maio de 1971, a Apae é fundada em Machado/MG, por um grupo de pessoas da comunidade: Dr. Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, Madre Natividade Lemos e Cônego Walter Maria Pulcinelli. A Apae pode ter sido criada para suprir as necessidades sociais, educacionais referentes a essa população, pois havia na cidade e na região muitas pessoas com necessidades educacionais específicas à espera de integração.

Para a realização dos objetivos e da reconstrução histórica, a metodologia utilizada tendo como base a Apae, baseou-se em fontes bibliográficas contendo ideias de autores que

analisaram assuntos na área da educação especial, pois essas ajudariam a entender o lugar ocupado pelos deficientes na história da educação e da sociedade brasileira. Recorro a GATTI JÚNIOR (2002, p. 21) para lembrar que,

[...] uma reconstrução histórica e suas interpretações a respeito de uma instituição defrontam-se com preocupações, com os processos de criação e desenvolvimento dessas instituições educativas: a configuração e as mudanças ocorridas tanto na arquitetura do prédio escolar, processos de conservação, mudanças e perfil dos docentes, alunos, as formas de configuração e transformação do saber veiculado.

Esforços nesse campo são o caminho para a análise dos dados, levando em consideração todos os agentes envolvidos no processo histórico, o local onde os fatos aconteceram, a cultura, as particularidades e os documentos, pois todos terão sua parcela de contribuição na elaboração das interpretações.

O roteiro de pesquisa ocorreu da seguinte forma: primeiramente, foi feito um pedido ao diretor da Apae para iniciar a investigação e a caça aos arquivos que se encontravam espalhados na secretaria, no refeitório, na recepção, o que, no início, preocupou-me no sentido de catalogá-los, considerando o valor de cada um, se informativo, se probatório, e se cultural, na certeza de que todos ajudariam na reconstrução da memória.

Nesse sentido, o percurso sobre a história da educação especial na Apae de Machado não teria sido possível se o passado não tivesse deixado traços e suportes de memória coletiva para serem interrogados. Sabe-se que os documentos devem ser criticados, questionados.

Para Le Goff (2003, p. 97),

Questionar documentos significa empreender uma análise no modelo de uma investigação que seja capaz de demonstrar a natureza ou o caráter do monumento subjacente ao documento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Portanto, apenas a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo de modo científico, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Nesse caso, cabe o olhar atento e crítico do pesquisador, para não deixar nada sem ser observado.

Os documentos disponibilizados permitiram a reconstituição de práticas historicamente datadas. Em seguida, foram selecionados, observados, para ver se de fato

tinham relações com a pesquisa fosse no conjunto, nas séries e na definição para o corpo documental do trabalho (FOUCAULT, 1987, p. 7).

Foram necessárias reflexões sobre como o pesquisador deveria se comportar, pois a pesquisa tem como base a história cultural que, de acordo com Bittencourt (2009, p. 148), “ se preocupa não apenas com as motivações das elites, mas com os confrontos de ideias de todos os grupos sociais”. Pensando assim, os autores dessa linha presentes na pesquisa contribuíram com o olhar da pesquisadora sobre as fontes, a fim de que fosse dada à devida importância a cada uma delas, levando em conta as posições distintas dos fundadores, dos funcionários, dos pais, dos professores, da equipe clínica e da sociedade machadense. A história mudou de posição a respeito do documento passando a considerá-lo como primordial, neste caso, torna-se relevante trabalhar com ele de modo organizado e levando em conta o que é pertinente (FOUCAULT, 1987, p. 7). Foram feitas leituras sobre a Apae no Brasil, observando o momento histórico de sua fundação e o direcionamento das outras Apaes, que se espalharam em vários estados brasileiros.

Foram realizados estudos sobre as políticas públicas, que direcionaram a educação especial e suas influências tanto para a educação especial como para a educação em geral a iniciar com a Lei nº 4024/61, que criou o Conselho Federal de Educação. A lei 5692/71 não ficou de fora da análise porque abriu caminho para discussões sobre as deficiências com uma linguagem integradora e de normalização.

Em 1980, de acordo com Mendes (2010, p. 101),

Com o fim do governo militar e o advento da Abertura Política, novas iniciativas surgiram no panorama da educação especial no Brasil, principalmente ao longo da segunda metade da década de oitenta. Em 1985, o Cenesp é elevado à condição de Secretaria de Educação Especial e é instituído um comitê nacional para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar na sociedade, as pessoas com deficiências, problemas de conduta e os superdotados.

Muitas outras leis sancionadas nesse período elas estão presentes na Constituição Federal de 1988, que traçou linhas mestras visando à democratização da educação brasileira, assegurando que a educação de pessoas com deficiências deveria acontecer de preferência na rede regular de ensino. Essa lei também garantiu o direito de atendimento educacional especializado (MENDES, 2010, p. 102).

Em 1990, ocorreram reformas administrativas, extinções de secretarias como a Secretaria Estadual de Educação Especial e a Secretaria Nacional de Educação Básica, que

assumiu a responsabilidade de implantar um novo modelo de educação para os deficientes. Nessa década, a política é marcada pelo discurso de educação para todos e a ênfase é dada à universalização do acesso a todos à escola e à qualidade no ensino. Destaca-se, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, priorizando matrícula na rede regular de ensino.

Em 2002, aconteceu a aprovação das diretrizes e das normas para a ampliação, a produção e a difusão do braille em todas as modalidades de ensino e libras, como parte ativa do currículo nos cursos de fonoaudiologia e de formação de professores, com a finalidade de estender esses reconhecimentos a todas as áreas educativas. E dessa forma, passou atender aos alunos com necessidades educacionais específicas em suas dificuldades a fim de que pudessem se sentir integrados na sociedade.

Em 2003, ano de fechamento da pesquisa, o Brasil começou a construir um novo tempo, um novo discurso na tentativa de incluir os deficientes no campo social. A Secretaria de Educação Especial assumiu o compromisso de apoiar estados e municípios na tarefa de fazer com que todas as escolas do país se tornassem inclusivas democraticamente inclusivas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, SEE, Brasília, 2011).

Para alcançar os objetivos do trabalho sobre a História da Educação Especial na Apae de Machado/MG, no período de 1971 a 2003, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. Os capítulos encontrados daqui por diante foram divididos assim: o 1º capítulo apresenta a trajetória da educação especial no Brasil e as políticas públicas da educação especial em geral. Para tanto, foi feita a reconstituição histórica da educação especial, levantando as questões do higienismo, as vertentes que influenciaram na educação dos deficientes, as reflexões sobre normalidade, as análises sobre o que vem a ser o documento para uma pesquisa histórica, as questões ligadas à ortopedia e outros referenciais sobre o assunto que não se esgota aqui. Ainda há muito que se pesquisar sobre o tema. Entre autores desse primeiro capítulo, aparecem Boneti (2003, 1999); Bueno (1993); Carvalho (1997); Foucault (1990, 1975); Jannuzzi (1997); Le Goff (2003); Mantoan (2004); Marques (1994); Mazzotta (1996); Rocha (2002); Sasaki (1997); Teixeira (1987); leis nº 4024/61, nº 6592/71; nº 9394/96 etc.

O segundo capítulo pontua uma reconstituição histórica da Apae no Brasil e em Minas Gerais a partir de dados contidos em documentos como a Apae Educadora e a organização do trabalho em instituições especiais. Apresenta autores como Santos Filho (1999) e Fenapaes (1998).

No terceiro capítulo, realizou-se uma análise sobre a história de fundação da Apae em Machado desde seus fundadores, a criação do seu estatuto, o seu registro na Fenapaes, as

trocas de experiências com outras Apaes, as mudanças nas diretorias, o funcionamento. Também foi realizado um estudo reflexivo sobre quem são os sujeitos da sua história, as questões pedagógicas que marcaram a separação da Escola Hilda Nogueira e a fundação pela Apae da Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial.

Por meio das análises realizadas na pesquisa pode-se dizer que as hipóteses levantadas foram confirmadas pelos dados bibliográficos e pelos documentos disponibilizados nos arquivos da Apae. A primeira hipótese foi a de que a Educação Especial no Brasil, aconteceu a partir do descaso e da falta de interesse para com as pessoas com necessidades educacionais específicas. A segunda hipótese diz respeito às políticas públicas que não resguardaram os direitos dessa parcela da população. A terceira hipótese confirmada foi a de que as Apaes foram criadas para suprir a falta de atendimento especializado às pessoas com deficiências, transformando-se, assim, no decorrer dos anos em uma rede nacional de atendimento tanto no Brasil como na América Latina. E a quarta hipótese também confirmada foi a de que a Apae de Machado foi fundada por um grupo de pessoas da comunidade machadense para suprir a falta de um local específico na cidade para atender aos deficientes que viviam segregados, excluídos em seus lares.

Ressalta-se que as análises realizadas sobre o higienismo e o movimento educacional, auxiliaram a análise do caso específico da Apae de Machado, que desde seus primeiros passos se preocupou em cuidar da higiene corporal e mental dos deficientes, por meio do diagnóstico, de testes de avaliação que resultariam no ajustamento para a vida social.

Espera-se que os objetivos da pesquisa tenham sido alcançados e venham a contribuir com a produção da pesquisa no campo da educação brasileira, apresentando elementos para a continuidade e para o aprofundamento desse processo.

As considerações finais do trabalho registram impressões sobre o que foi analisado, interrogado e questionado no decorrer da pesquisa. Com esse conjunto de investigações, espera-se que o trabalho sirva para clarificar reflexões sobre a educação especial, no Brasil, e sobre a abertura de possibilidades para novas pesquisas de acordo com o assunto, assim como sobre a história da educação como um todo.

CAPÍTULO 1 – A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL E A LEGISLAÇÃO NACIONAL

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, a falta de flores habituais. Portanto, com palavras, com signos, com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e canejas de boi. Com exames de pedras por geólogo e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença a atividade os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE, 1985, p. 249).

O capítulo está dividido em assuntos para organizar as ideias e para facilitar a compreensão de como a História da Educação Especial se deu no Brasil.

A trajetória da Educação Especial Brasileira está ligada aos ideários, às concepções e às necessidades históricas de um determinado período. Para MAZZOTTA (1996, p. 28),

Mesmo quando entendida como modalidade de ensino, via de regra alvo de abordagens tecnicistas ou reducionistas, a educação especial tem sido definida como simples opção de métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais. Nesse contexto, a educação especial no Brasil não tem merecido a necessária atenção dos estudiosos, de modo a empreenderem uma investigação científica de sua existência enquanto elemento significativo da política educacional.

Como modalidade de educação escolar, a Educação Especial pode ser percebida como um conjunto de recursos e de serviços educacionais organizado para apoiar e para garantir a aprendizagem dos sujeitos que requerem atenção, por causa de suas especificidades e, portanto, são considerados diferentes dos outros educandos.

Segundo a Apae Educadora (2001, p. 27),

[...] os sujeitos desse processo são educandos que apresentam, predominantemente, necessidades educacionais especiais, temporárias ou não. São cidadãos com possibilidades de aprendizagem que podem requerer um ‘ato pedagógico’ diferenciado dos demais alunos, exigindo uma postura institucional que preserve o princípio elementar do ato educativo.

Convém esclarecer que o texto a “APAE Educadora: a Escola que Buscamos” foi elaborado pela Federação Nacional das Apaes (FENAPAES, 2001) e sintetiza uma proposta de unificação de todas as ações relacionadas à educação de instituições especializadas e também se caracteriza como um instrumento de identidade das ações educacionais do movimento apaeano e se expressa pelo compromisso de materializar o direito das pessoas

com deficiências de acordo com a APAE Educadora (2001, p. 12). Sendo assim, a “APAE Educadora: a Escola que Buscamos” é uma proposta que tem como fundamento assegurar à pessoa com deficiência o direito à educação e à inclusão no meio social.

Sabe-se que a história da educação especial no Brasil possui marcas de discriminação, de marginalização e de assistência social que apenas auxiliavam os desvalidos, não lhes oferecendo, como deveria ocorrer, ajuda necessária para sua integração na sociedade. A história da educação brasileira mostra que a educação foi o centro das atenções em momentos em que dela sentiram necessidade o segmento dominante da sociedade. Ou, por intermédio da união dos movimentos populares que, ao sentir sua falta, passavam a reivindicá-la como direito de todo cidadão (JANUZZI, 1997).

Para Bueno (1993, p.31),

A educação especial brasileira, nascida no século passado com a criação dos institutos imperiais para meninos surdos e cegos, segue basicamente a mesma trajetória percorrida na Europa e nos Estados Unidos: expansão da rede de atendimento, absorção de crianças com problemas antes oferecidos e organização no Plano Nacional como subsistema educacional, mas como sistema capitalista periférico e devido as suas próprias especificidades econômicas, políticas, culturais, apresenta um percurso que, embora tenha como base a expansão da sociedade capitalista, responde a essas peculiaridades.

A fundação desses institutos parece partir de atos inusitados, ou seja, naquele momento o serviço realizado nesses locais acontecia de modo assistencialista e institucionalizado, atendendo apenas os casos mais graves, deixando de lado os considerados leves, sendo até indiferenciados.

Como se sabe o atendimento a pessoas com deficiência, nesse período, ocorreu por causa do envolvimento de alguns setores sociais que perceberam a falta de um espaço para colocá-los e o agravamento da situação (JANUZZI, 2004). No entanto, essa iniciativa não deixou de se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois, “em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p. 29), nessas instituições. A atenção educacional oferecida aos alunos com deficiência vem se modificando ao longo dos anos e dos processos históricos, de acordo com a sociedade do momento.

O imperial Instituto dos Meninos Cegos foi criado por influência de um indivíduo cego, José Alvarez de Azevedo, que havia estudado em um Instituto de Paris e que, por ser amigo de um médico, que tinha uma filha cega, convenceu o Imperador Dom Pedro II a criar

o referido Instituto, por meio do Decreto Imperial 1428, de setembro de 1854. A fundação desse tipo de institutos representou enorme conquista para o atendimento dos sujeitos deficientes e abriu espaço para reflexões e críticas e, mais que isso, para se discutir sobre a educação oferecida, embora ainda com falhas e com certo descaso. Para Bueno (1993) e Mendes (2001), “a falta de investimentos não permitiu que esses institutos conseguissem se manter”.

Teixeira (1968, p. 71) se refere a isso,

Nada parece mais significativo desse longo período de omissão e estagnação com medidas medíocres e lampejos de paternalismo, do que a criação do Colégio Pedro II e dos institutos de cegos e surdos-mudos como as principais instituições educativas da capital do país em 6 anos de reinado.

Diante desse panorama, Mazzotta (1996, p. 93) diz que “a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e os atendimentos não corresponderam às demandas existentes, pois estes se voltaram mais ao atendimento do deficiente visual, auditivo e em mínima quantidade as deficiências físicas”. Como já foi explicado, além da falta de investimentos, o Instituto dos Surdos Mudos e o Instituto dos Meninos Cegos funcionavam de acordo com os institutos franceses com uma única e significativa diferença: enquanto os institutos parisienses foram transformados em oficinas de habilidades para atender suas peculiaridades, os brasileiros serviam basicamente de asilos, ou seja, apenas acolhiam os deficientes e não se preocupavam com a educação, exerciam uma “política de favor”. Bueno (1993, p. 86), a esse respeito, aponta que,

O fato de, através de uma política de “favor”, terem sido criadas instituições que, pelo menos, ofereciam abrigo e proteção a essa parcela da população, cumpria a função de auxílio aos desvalidos, isto é, aqueles que não possuíam condições pessoais para exercerem sua cidadania na medida em que se prenderam à iniciativas isoladas deixaram de fora a maior parte dos surdos e cegos, ao mesmo convívio social dos indivíduos que não necessitavam ser isolados pelo incipiente processo produtivo .

A educação especial, no Brasil, sempre sofreu com a falta de atenção por parte da sociedade. As pessoas com deficiência, ao longo dos anos, foram deixadas à margem do âmbito social, com poucas chances de se desenvolver, sendo colocadas em manicômios, hospitais e asilos. O que se observa é que o atendimento às pessoas com deficiência era tradicionalmente realizado de modo assistencialista, com base em um modelo médico; a

deficiência vista como doença crônica e o deficiente como incapaz, inválido e, portanto, sua contribuição para com a sociedade seria pouca (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE - PROJETO INCLUIR, 2006, p. 12-13).

No início do século XX, a educação, mais uma vez associada às políticas de saneamento e de higiene, executava práticas higiênicas tentando garantir o vigor da identidade nacional cultural por meio da modelagem dos corpos, adestrados biologicamente e conformados racialmente. Essas políticas interferiram na escola, pois foram criados instrumentos para avaliação e medida das capacidades dos indivíduos por meio da psicologia e da ciência que adentraram a escola para a realização desta tarefa. Os indivíduos passaram a ser vistos como diferentes e ser classificados, por meio de testes que eram adaptados às situações brasileiras, como sendo normais ou anormais. Essa ideia se espalhou pelo Brasil e tornou-se intensa na década de 30.

Ainda nesse cenário, hospitais psiquiátricos isolavam surdos e cegos do convívio social, embora não eles precisassem desse isolamento. Mesmo de forma lenta, a educação especial se expandiu. De acordo com Lemos (1981, p. 50) “Muitos pavilhões de atendimentos foram construídos dentro de hospitais”. Em 1903, o Pavilhão Bounerville, no Hospital D. Pedro II (Bahia) foi instalado. Foram criados também o Pavilhão de Menores do Hospital do Juqueri em 1923 (PESSOTTI, 1975, p. 5) e o Instituto Pestalozzi de Canoas, em 1927, afirma LEMOS (1981, p. 51), além dos trabalhos em Recife do médico Ulisses Pernambucano, em 1929 (JANNUZZI, 1997, p. 39). Quanto aos deficientes visuais, apareceram três entidades: a União dos Cegos do Brasil (RJ) em 1924, o Instituto Padre Chico (SP) e o Sodalício da Sacra Família, no Rio de Janeiro, em 1929.

Para Bueno (1993, p. 28),

A extensão da educação especial, das crianças cegas e surdas para as que apresentavam outros problemas, ofereceu oportunidade de escolarização aos deficientes mentais, físicos e de fundo neurológico, às crianças com quadros graves de distúrbios mentais ao mesmo tempo este que incorporou portadores de distúrbios de conduta, linguagem e de aprendizagem, muitas vezes sem evidência de anormalidade orgânica ou psíquica, constituindo em sua maioria, os chamados “carentes culturais”, aos quais são implantados déficits cognitivos, emocionais ou de linguagem em razão do meio social, carente e pouco estimulador.

Com o aumento do número de alunos para serem escolarizados, evidenciou-se uma transformação nas escolas e a necessidade de um novo modelo de organização. Com a democratização do ensino e do direito à educação para pobres e diferentes, os alunos, até

então sem os seus direitos adquiridos, só foram percebidos, na medida em que foram exigidos em relação aos conteúdos presentes nas disciplinas escolares. Ao contrário, muitos desses alunos só foram percebidos como excepcionais, à medida que passaram a frequentar o espaço escolar e as salas de aula (FILÓCOMO, 2005).

Na década de 1920, a urbanização cresceu e trouxe inúmeras consequências para o funcionamento dos órgãos públicos, políticos e filosóficos. Ainda para Filócomo (2005), o resultado disso “foi a evidência de desigualdades, não só sociais, mas também nos diferenciais de capacidades ou (incapacidades) individuais”. Nesse sentido, a medicina e a escola passaram a buscar juntas soluções para resolver a situação, afinal a sociedade precisava de pessoas que pudessem participar do processo de desenvolvimento da época. Duas vertentes se juntaram, a médico-pedagógica e psicopedagógica.

A vertente médico-pedagógica era mais subordinada à medicina, realizava testes classificatórios identificando, catalogando e analisando os problemas higiênicos (JANUZZI, 1992) .

Vários autores opinam sobre aspectos relacionados à medicina no espaço educativo. Para Buriti (2010, p. 30), “O descobrimento da enfermidade como um problema social a ser exterminado, associa-se a um discurso urbano, que articulou temas como o progresso, o aumento populacional, a ordem e principalmente a higiene”.

Mendes (2006), afirma,

Desde o século XVI médicos e pedagogos deste período já começavam a acreditar que haveria possibilidade de educar as pessoas com necessidades especiais, embora naqueles tempos existisse o cuidado meramente institucionalizado e de assistência em locais como asilos e manicômios.

A partir da década de 1920, a união entre a medicina e a educação trouxe questionamentos ao meio social a respeito de “normalidade e anormalidade”, que devem ser analisados no contexto histórico do qual fazem parte, bem como os discursos que são organizados também na sociedade do momento. Os termos são utilizados para diferenciar os normais dos anormais, ou os imperfeitos, os tortos, os feios, os danificados, os defeituosos e os deficientes (FOUCAULT, 1987). Para o mesmo autor, os médicos reconheciam o comportamento e os desvios da anormalidade estabelecendo critérios de normalidade, porém a pouca clareza de critérios classificatórios utilizados denunciam a fragilidade que existe entre uma categoria e outra, ou o normal do patológico. Os discursos higienistas proliferaram e a ideia de eugenia da raça pode ser vista como disciplinadora e controladora da população por

intermédio de suas ações e palavras de ordem moral, social, além de admitir a ideia de um querer que o branco se tornasse referência na construção da identidade brasileira (MAGALHÃES, 1996). Nesse cenário, o espaço escolar tornou-se marcado pela necessidade de uma vigilância higiênica sobre os corpos em seu cotidiano e legitima o processo de segregação e exclusão do aluno especial (JANNUZZI, 1997).

Rocha (2003, p. 179), diz que “as práticas escolares a serviço da modelagem deveriam eliminar as atitudes viciosas e inculcar hábitos salutarres, desde a mais tenra idade e criar um sistema fundamental de hábitos higiênicos capaz de dominar inconscientemente toda a existência das crianças”.

A mesma autora (2002, p. 272) afirma que,

[...] os intentos de produção de homens saudáveis colocou em cena todo arsenal de dispositivos voltados não apenas para conservação da saúde, mas, sobretudo, para identificação, correção, prevenção das imperfeições. Para tanto, era mister substituir a autoridade da família, mas também a do professor pela autoridade da ciência, introduzindo no interior das práticas escolares a figura do médico vigilante, minuciado de modernos recursos capazes de evidenciar características individuais com base nas quais deveria agrupar o coletivo de alunos, de modo a responder às necessidades de homogeneização em que se assentava a escola graduada.

Em tempos como esses de correção de corpos, a ginástica agregou-se às práticas escolares. No início, realizava-se por meio de marchas e os alunos eram orientados a dar passos cadenciados. A ginástica ganhou *status* no ambiente escolar contribuindo com a moldagem dos corpos e daí por diante passou a ser assumida como prática ortopédica de correção (CARVALHO, 1997).

A vertente psicopedagógica procurava conceituar de modo mais preciso a anormalidade e defendia a educação para os alunos “anormais”. Seus princípios eram pedagógicos. Januzzi (1992, p. 59) afirma que “as pessoas que acreditavam nesta vertente se dividiam entre os recursos pedagógicos alternativos e Escalas de Inteligência que eram utilizadas para a identificação dos alunos ‘diferentes’ em níveis intelectuais”. O resultado foi a exclusão e a segregação e contribuiu com a abertura de escolas especiais em grande quantidade.

Apesar de muitos estarem fora da escolarização e segregados, a educação passou a fazer parte da vida de algumas dessas pessoas com necessidades educacionais específicas. A vertente psicopedagógica, no Brasil, deixou-se influenciar pelas ideias de:

- Necessidade de novos métodos de ensino;
- Adequação da escola a normas sociais e de atendimento especializado;

- Combate ao analfabetismo;
- Expansão do ensino primário caracterizado pela redução do tempo dos estudos e a dobra dos turnos (MENDES, 1995).

1.1 A EDUCAÇÃO NOVA E A EDUCAÇÃO PARA TODOS (1932 a 1960)

A Escola Nova foi um movimento que aconteceu por parte de educadores que tinham a crença no poder da educação, o interesse pelas pesquisas na área das ciências e a preocupação em reduzir as desigualdades sociais. Eles também estimulavam a liberdade individual da criança, como afirma Cunha (1988). Ainda para esse mesmo autor, os ativistas defendiam a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento por meio de reformas que aconteceriam pela educação e, portanto, pregavam a construção de um ensino gratuito, laico, como o único caminho para se efetivar o combate às desigualdades existentes na sociedade brasileira.

Então, em 1932, foi lançado o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, visando a essa reconstrução educacional voltada para a racionalização/profissionalização do campo educativo, para a ampliação do acesso à educação pública sob a responsabilidade do Estado, enfim, para a secularização da cultura e para a modernização da sociedade (XAVIER *apud* FILÓCOMO, 2005). A escola, nesse momento, era vista como ascensão social. O tradicionalismo deveria dar lugar à criatividade, ao diálogo e os métodos rígidos deixados de lado (ARANHA, 1989). Observa-se que essa pedagogia enfatizada pelos escolanovistas criticava a mesmice, o convencional até então trabalhado. O autor Nagle (1974) “chama o Movimento da Escola Nova de Otimismo pedagógico, pois foi capaz de suscitar o entusiasmo pela educação caracterizado pela crença de disseminação do modelo que até então existia”. Nesse sentido, o aluno passou a ser visto como a bússola da educação. Para a realização dessas mudanças foi necessário investir em recursos humanos, em capacitação e isso se deu por intermédio da ida de professores aos Estados Unidos, e da vinda de especialistas estadunidenses ao Brasil para troca de experiências, assim como para a preparação de elementos para orientar, avaliar a proposta (PEIXOTO, 1981).

A partir da ideia do movimento, vários estados deram início às reformas pedagógicas sendo que o ideário do movimento permitiu também a entrada da psicologia na educação, bem como o uso dos testes para medir a inteligência, diz Mendes (2010).

Muitos são os representantes do Movimento da Escola Nova como Decroly, Montessori, Helena Antipoff. Antipoff destaca-se, entre esses nomes, por ter fundado, em

Minas Gerais, a Sociedade Pestalozzi, que mais tarde se expandiu por todo país no atendimento ao deficiente. A linha de trabalho, que Antipoff enfatizava, era a organização do ambiente de trabalho e a metodologia que o professor utilizava em suas práticas, embora o conteúdo, o conhecimento utilizado, não tivesse tanta importância e valor. Nesse caso, os sujeitos da ação ficavam sempre de lado.

Para Jannuzzi, (1992) “a educação especial nesse momento, apesar de todas as mudanças propostas pela Escola Nova, continuava tímida no Brasil”.

Então, nas décadas de 1930 e 1940, o percurso histórico da Educação Especial refletiu o reordenamento do estado brasileiro que resultou em reformas na área educacional como a expansão do ensino primário, do secundário e a fundação da Universidade de São Paulo, de acordo com Miranda (2008).

O número de entidades para o atendimento das pessoas com necessidades educativas específicas ampliou-se de modo significativo a partir dos anos 1930 e 1940 (BUENO, 1993).

Na década de 1950, a educação especial brasileira se viu diante de um crescimento considerável, com o surgimento de entidades privadas e com o aumento da população atendida pela rede pública, configurando-se como uma ação em nível nacional. Decorrentes do clima de insatisfação da sociedade iniciados depois do término da segunda guerra mundial Nesse momento surgiram vários movimentos sociais no mundo ocidental, sendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos resultado de suas reflexões. O documento serviu de base para as políticas públicas e para os instrumentos jurídicos da grande maioria dos países. A partir daí, ocorreu no Brasil, a criação de Federações Estaduais, Nacionais e entidades privadas, que desencadearam o surgimento dos primeiros serviços de educação especial nas secretarias estaduais de educação e das campanhas nacionais de educação dos deficientes, junto ao Ministério da Educação e Cultura (MAZZOTTA, 1996).

No ano de 1954, funda-se a primeira APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) na cidade do Rio de Janeiro sob a influência de Beatrice Bemis e George Bemis, com a intenção de promover a integração de deficientes à sociedade, trazendo-lhes oportunidades de aprendizagem para a vida. Para Mazzotta (2005), “estas iniciativas podem ser vistas como assistencialistas e caritativas em nosso país e não como direito legalmente adquirido”.

Nessa época houve uma expansão de instituições privadas de caráter filantrópico sem fins lucrativos, isentando o governo da obrigação de oferecer atendimento aos deficientes na rede pública de ensino. Em 1957, o atendimento educativo às pessoas com deficiência foi

assumido pelo governo federal e, em âmbito nacional, houve a criação das campanhas voltadas para atender a essas pessoas.

A primeira “Campanha para Educação do Surdo Brasileiro” foi realizada, em 1957, com o objetivo de promover medidas para a educação e assistência dos surdos em todo país. No ano de 1958, foi criada a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Visual”. Em 1960, foi criada a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Mentais” (CADEME). O objetivo da CADEME era promover a “educação, treinamentos, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer faixa etária ou sexo” (MAZZOTTA, 1996).

A partir dessas campanhas, a educação especial passou a ser inserida no âmbito das prioridades educacionais brasileiras. Dessa forma, caberia à educação especial modificar suas práticas, buscando um novo modelo de atendimento, capaz de ampliar as oportunidades de aprendizagem e de participação desses sujeitos na sociedade onde estão inseridos, por meio de intervenções educacionais transformadoras e capazes de favorecer as habilidades, as competências e as experiências positivas de vida.

Essas mudanças são reflexo de um aumento do desenvolvimento industrial e da corrida pela nacionalização da economia ocorrido no Brasil entre 1914 e 1918. Assim o modelo econômico começou ser modificado. Houve a necessidade de mão de obra especializada até então suprida por espanhóis, italianos que haviam chegado ao Brasil no final do século XIX e início do século XX (JANUZZI, 1992; MENDES,1995).

A década de 1960 é considerada importante para a Educação Especializada, porque neste período surgiu a ideia de um novo modelo de Educação Especial, chamado de paradigma de serviços, cuja contribuição principal foi a implementação dos serviços de reabilitação profissional voltados às pessoas com deficiência, no sentido de prepará-las para integração ou reintegração na vida social. Também aconteceu a promulgação da Lei 4.024 de Diretrizes e Bases, no dia 20 de dezembro de 1961, que contemplava que o aluno da educação especial deveria ser incluído no sistema regular de ensino. Para Januzzi (1992), essa lei é considerada também o marco para ações do poder público nessa área.

Com a aprovação da 4.024, ocorreu o enquadramento da educação especial no sistema educacional. Conforme o artigo 88, “a educação de excepcionais deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade”. Já no artigo 89, afirma que “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções”. Mazzotta (2003) faz uma

análise à luz da referida lei e interpreta, dizendo que: “a situação dos excepcionais quando não se enquadrarem no sistema geral da educação, irão se enquadrar em um sistema especial de educação”. Nesse caso, as ações educacionais encaminhadas a esse público-alvo foram excluídas do sistema geral de educação não acontecendo, dessa maneira, uma integração de verdade nos vários setores da sociedade. Quanto ao artigo 89, o autor considera que o poder público se compromete, aparentemente, com a iniciativa privada, pois há evidências de que o Estado não assume o atendimento de alunos com deficiências chamadas severas.

A partir da década de 1970, movimentos se organizaram em favor da educação e de sua promoção. Nesse período, muitas instituições foram abertas no Brasil, ocorrendo a expansão das escolas especiais justamente por falta delas. A década de 1970, marcou a educação especial, pois, ocorreu nesse espaço de tempo a sua institucionalização em se tratando de planejamento, políticas públicas e a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973.

A finalidade do CENESP era a de promover em todo o país a expansão e a melhoria do atendimento oferecido aos excepcionais (MAZZOTTA, 1996, p. 55). Também nesse momento a CADEME foi extinta, passando para o CENESP a maior responsabilidade pela área financeira e patrimonial.

Ainda em 1970, observa-se a institucionalização da educação especial, devido ao aumento considerável de textos legislativos, de associações, do estabelecimento do financiamento e do envolvimento de instâncias públicas, inclusive no aparecimento de organizações não governamentais apoiadas pelo setor público e assistencial. Nesse período, promulga-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 5692/71, que, em seu artigo 9º define:

Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, são os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados que deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

A lei apontou uma identificação com os problemas do fracasso escolar evidenciados com a expansão da rede pública.

Afirma Carvalho (2000, p. 66),

Muitos pontos geram discussão entre as pessoas que lutavam pelos direitos dos deficientes que decorreram devido à omissão dos que apresentam condutas típicas das síndromes neurológicas, psiquiátricas e psicológicas graves, sendo que os cegos

e surdos foram excluídos na categoria de deficientes físicos contrariando as classificações usuais que os insere na categoria de deficientes sensoriais.

Questionável, ainda, por incluir como alunado da educação especial os que se encontravam em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula. Nesse caso, em particular, a confusão gerada foi ainda maior, e os efeitos podem ser sentidos até hoje, devido à interpretação ocorrida ao pé da letra. Nessa época, ocorreu uma grande expansão dos atendimentos prestados à educação especial e isso refletiu nas instituições escolares especializadas que passaram a influenciar nas políticas de educação especial no Brasil. Nas escolas regulares a situação era muito difícil, porque a repetência e o analfabetismo, além das precárias condições das instituições escolares e trabalho dos professores, constituíam-se em núcleos nevrálgicos (BUENO, 1993).

Um novo tipo de aluno começou a fazer parte da educação nesse momento, sendo a maioria de classe popular, dando à escola um novo perfil e, ao mesmo tempo, necessitando de novos estilos de aprendizagem. Se por um lado muitos alunos passaram a fazer parte do espaço escolar, por outro, muitos se sentiram excluídos e fracassaram.

1.2 AS DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990 E OS PRINCÍPIOS DA NORMALIZAÇÃO, DA INTEGRAÇÃO E DA INCLUSÃO

A lei 5.692/71, conhecida como Reforma Passarinho, permaneceu em vigência por mais de duas décadas e, se por um lado não atendeu as necessidades da educação especial; por outro, colocou em discussão sua situação e, principalmente das pessoas com deficiência, ampliando o atendimento a essas pessoas, sempre à margem do sistema regular de ensino.

Princípios da integração e normalização foram pontos marcantes das propostas de definição das políticas públicas da educação especial na década de 1970. O atendimento de política pública normalmente está vinculado à ação do Estado envolvendo suas iniciativas, investimentos, prioridades e grupos atingidos em uma determinada área ou setor e são decorrentes de uma dinâmica que se estrutura a partir do social, do econômico e do político.

Para Bonetti (1999, p. 187),

As políticas públicas emergem de um contexto social em que ocorre um jogo de forças envolvendo grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais componentes da sociedade civil. Esse jogo de forças determina decisões, intervenções em uma realidade social e/ou econômica, direcionando e/ou

redirecionado investimentos no âmbito social e produtivo da sociedade. O conjunto dessas decisões é o que consubstancia uma determinada política pública.

Nesse jogo de forças quem perde sempre são os mais pobres, os excluídos e os marginalizados, os que fracassam na escola, ou aqueles que não se adaptam à normalidade.

O período se constituiu como o verdadeiro início das preocupações com a fundação do primeiro órgão de Educação Especial no país. Cria-se o CENESP, juntamente com o Ministério da Educação que passou a ser o primeiro órgão educativo do governo federal, sendo também responsável pela identificação da política voltada à educação especial.

Em se tratando de políticas públicas, a década de 1980 é conhecida como sendo destinada a estimular a garantia dos direitos das pessoas com deficiência na educação, na saúde e no trabalho. É considerado o período mais importante para área da educação especial e eleito pela organização das Nações Unidas em Conferência Mundial como sendo 1980, o ano internacional das pessoas deficientes.

Esse período representou um tempo de lutas sociais realizadas pela população excluída. Um período marcado por transformações nas relações sociais, de produtividade, de tecnologia. Mudanças que, para acontecerem, requerem novas formas de pensar, de agir e, principalmente, de olhar para as diferenças individuais e culturais, valorizando-as, integrando-as. Tornava-se importante naquele momento buscar uma nova maneira de pensar e agir em relação ao ser humano e, essencialmente, com os segregados que até então encontravam distantes do meio social.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece a integração escolar, preferencialmente na rede regular de ensino, como preceito constitucional, preconizando o atendimento aos indivíduos que apresentam. Pode-se observar que ficou assegurado, pela Constituição Brasileira (1988), o direito de todos à educação, garantindo-se assim o atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais específicas (MENDES, 2010).

A ideia de inclusão social traz em seu bojo a mudança de representações sociais em torno dos deficientes, evidenciando que eles podem levar uma vida com dignidade e ser valorizados do jeito que são.

A partir dos anos 1980 a 1990, o tratamento voltado à educação especial no âmbito do governo federal está ligado ao processo de redemocratização do país. Em 1986, foi criada a Secretaria Nacional de Educação Básica encarregada dos aspectos relacionados à área de assistência técnica e financeira (MENDES, 2010).

Os anos 1990 têm como eixo dentro das políticas públicas avanços em relação à educação dos deficientes mentais. Houve, é claro, retrocessos e preconceitos. O Brasil, nessa década, começou a discutir um novo modelo de atendimento chamado de inclusão escolar e a sociedade se viu à luz dos direitos humanos. Iniciou-se a ideia de construção de espaços sociais inclusivos e organizados para atender a um conjunto de características e necessidades de todos os cidadãos, inclusive daqueles que apresentavam NEE (Necessidades educacionais especiais).

Observa-se o debate em torno de um novo modelo de sociedade, porém, na prática, nada ocorreu. Os Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) continuaram de fora da escola e da sociedade. Nesse sentido, questiona-se o papel e a função da escola, pois é ela quem dita o modelo que o aluno deve seguir. A inclusão considera a inserção de alunos por outro ângulo, isto é, aquele que reconhece a existência de inúmeras diferenças (pessoais, linguísticas, culturais, sociais etc). E, ao reconhecê-las, mostra a necessidade de mudança do sistema educacional que, na realidade, não se encontra preparado para atender a essa clientela.

Para Meletti (2008, p. 3), “a década de 90 pode ser considerada um marco na educação especial do Brasil, em função das proposições políticas que se articulam indo de encontro à inclusão incorporando desta maneira orientações internacionais surgidas através da Declaração de Salamanca (Educação para todos)”.

A principal ideia de Salamanca é que os alunos podem aprender no mesmo espaço e juntos independentemente de suas capacidades, ao mesmo tempo não descarta a educação especializada, isso nos casos em que o ensino tido como regular não puder atendê-los. Ponto marcante nesse período: o investimento no redimensionamento das escolas para atender com qualidade o aluno, privilegiando o saber independente das dificuldades, das diferenças. Sabe-se que na fala tudo é fácil, porém a inclusão requer compromisso social.

A Conferência Mundial sobre a Educação Especial ocorrida na Espanha propôs a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas em classes regulares. Essa proposta passou a ser considerada a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais.

O Brasil assume a partir daí, perante a comunidade internacional, o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país. Para cumprir esse compromisso, o Brasil tem criado instrumentos norteadores para a ação educacional e documentos legais para apoiar a construção de sistemas educacionais inclusivos, nas diferentes esferas públicas municipal, estadual e federal. Porém, na prática nem tudo tem sido feito. A perspectiva de inclusão exige modificações no ensino em relação ao modo de

funcionamento, das práticas educativas, dos planejamentos, da formação docente e do atendimento ao aluno de acordo com suas dificuldades, focando não na deficiência, mas em sua habilidade e competência (BUENO, 1993). Os direitos de todos à educação possibilitaram discussões, influenciaram leis, documentos oficiais que se colocavam contra a discriminação dos setores dos menos favorecidos.

Para Sasaki (1997), por inclusão entende-se a adaptação da sociedade para poder inserir pessoas com necessidades específicas em seus sistemas gerais que as prepararam para assumir papéis sociais.

A inclusão para promover e garantir o direito das pessoas com necessidades específicas requer medidas que garantam o acesso e a permanência delas no ambiente escolar, levando em conta a igualdade de acesso e de direitos. A inclusão é recente em nossa sociedade e não ocorrerá de uma hora para outra, ainda mais no caso de alunos com deficiências.

Sobre a inclusão dos alunos com necessidades educativas específicas que frequentam o espaço regular, Mantoan (2005, p. 9) afirma: “a perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas”.

A esse respeito Meletti (2008, p. 7) acrescenta que “a educação inclusiva se apoia na crença de que o acesso bem como a permanência do aluno na escola regular são via de ruptura com a condição de segregação, exclusão social historicamente imposta a essas pessoas”.

Enfim, Mantoan (1989) enfatiza que a inclusão do aluno com necessidades específicas

[...] remete à escola questões de estrutura e de funcionamento que subvertem paradigmas e que implicam em um redimensionamento de seu papel para um mundo que evolui rapidamente. Penso que a inclusão acontece a passos lentos, na prática não ocorre como deveria e precisa ser trabalhada por toda sociedade de modo responsável. A construção desse modelo do ponto de vista pedagógico implica em transformar a escola, quanto ao currículo, a avaliação e, principalmente, as atitudes; incluir é fazer com que as pessoas permaneçam juntas, respeitadas em seus direitos.

A inclusão defende a educação em conjunto e para todos os alunos, independentes de suas características pessoais, biológicas ou sociais. Sasaki (1997) explica a inclusão da seguinte maneira e a partir das seguintes fases:

- Fase da Exclusão – É um período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas com deficiências ou necessidades específicas. Elas eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade;
- Segregação Institucional – Nesse período as pessoas com necessidades específicas foram afastadas de suas famílias e receberam atendimento em instituições religiosas ou de filantropia. Nessa fase surgiram as primeiras escolas especiais;
- Integração – Algumas pessoas com NEE eram encaminhadas às escolas regulares, a classes especiais e às salas de recurso após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade;
- Inclusão – Todas as pessoas com NEE devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos conforme suas necessidades. A década de 1990 impulsiona essa implantação.

A história da educação brasileira está marcada por várias reformas educacionais, sendo que elas interferiram diretamente no currículo, nas práticas pedagógicas, nas avaliações e no modo de olhar para o aluno. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, o tema necessidades educativas específicas pode ser notado por meio da responsabilidade do poder público, da matrícula preferencial no sistema regular de ensino, com apoios especializados.

A partir da lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os municípios brasileiros receberam a responsabilidade da universalização do ensino para os cidadãos de 0 a 14 anos de idade, ou seja, da oferta de educação infantil e fundamental para todas as crianças e jovens que neles residem, inclusive de promover a educação inclusiva. Essa lei se apresenta como sendo um marco significativo na educação brasileira, abre caminho para o convívio entre “normais” e especiais.

A nova LDB, de acordo com Teixeira e Pereira (1997, p. 86),

Amplia o conceito de educação, adotando seu uso ao contexto mais amplo da vida social, da qual a educação escolar faz parte. Dessa maneira, a função formativa da educação estende-se ao ensino que se complementam em etapas sucessivas, levando à composição de um bloco de conhecimentos e à formação de habilidades e atitudes calcadas em valores éticos e na participação.

1.3 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ESPERANÇA DA ESCOLA PARA TODOS (2000 a 2003)

A inclusão nesse período passou a ser a mola mestra da educação. Está ligada a concepções internacionais e pode ser vista como parte primordial do processo social.

Para Mantoan (2004, p. 93),

Ao incluir o aluno com deficiência mental na escola estamos exigindo da instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas e uma mudança de atitude face à avaliação dos alunos, à promoção para séries e níveis de ensino mais avançados.

Para efetivar a inclusão, torna-se necessário buscar alternativas e meios que possibilitem colocar a escola em um patamar de qualidade, a começar pela capacitação de professores, pela acessibilidade. Saviani (2001) afirma que “o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que é mediador do processo de aprendizagem”.

O grande desafio, em se tratando de inclusão, é o de encontrar um modo seguro de lutar pelos direitos dos cidadãos e evitar que, embora constando dos discursos, esses direitos não sejam violados na prática (CARVALHO, IN, 1999).

O Plano Nacional de Educação (PNE), lei nº 10172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que fosse capaz de garantir o atendimento à diversidade humana”.

A convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo decreto nº 3956/2001, propõe que as pessoas com deficiências tenham os mesmos direitos humanos de liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação ter por base a deficiência, toda diferenciação ou exclusão que venha impedir ou a anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. O decreto tem importância para a educação, exigindo reinterpretação da educação especial, sendo entendida, como no contexto das medidas adotadas, para promover a quebra das barreiras que têm impossibilitado o acesso à escola e à sociedade.

A Resolução de 2002 (CNE/CP nº 1/2002) estabelece diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica e defende que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que venha contemplar conhecimentos sobre as especialidades dos alunos com necessidades educativas específicas. A lei de nº 10436/02 também reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e de expressão, determinando que sejam garantidas formas de institucionalização de apoio ao seu uso, a sua difusão bem

como a inclusão da disciplina Libras, como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos.

A Portaria de nº 2678/02 aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da grafia braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para seu uso em todo território nacional

Em 2003, o Ministério de Educação criou o “Programa Educação Inclusiva: o direito à diversidade”, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos e promoveu o processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de todos à escolarização e à promoção de acessibilidade.

Ao término deste capítulo, percebe-se que a história da educação especial foi marcada por avanços, retrocessos e reformas no campo político que, de alguma forma, interferiram na vida dos deficientes. Embora muitas iniciativas tenham sido criadas para trazer certos benefícios aos sujeitos envolvidos, há ainda muito o que se fazer. Penso que, em todos os anos de história e de caminhada, a educação especial precisou e precisará da responsabilidade de toda a sociedade, para deixar de ser apenas atendimento, campo de exclusão e se tornar um espaço de aprendizagem, de investimento humano e de direitos.

O próximo capítulo traz a trajetória da Apae no cenário brasileiro e o papel que tem desempenhado na sociedade em geral. O capítulo se divide da seguinte forma:

- Dados sobre a primeira Apae no Brasil e o momento de sua fundação, níveis de atendimentos e missão;
- Histórico da Apae em Minas Gerais;

Finalizo com informações sobre o Conselho Regional, um órgão que pertence à Apae, com objetivos definidos na sua organização e com capacidade de interferir nas leis e nas políticas públicas sociais.

CAPÍTULO 2 – O APARECIMENTO DA APAE NO CENÁRIO BRASILEIRO (1954-1960)

A história seria útil apenas para compor um quadro de referência; mas ela seria mesmo inútil, pois se ocupa do que já passou; ou a história seria inútil por ser teórica, distante das necessidades da prática. Quando se toma a história como útil, recorre-se a ela com uma certa ligeireza. Às vezes, diante da ausência de pesquisas, consulta-se um ou dois relatórios, ou outra fonte do período, acrescida de alguma referência bibliográfica da moda. Seleccionam-se, das fontes estudadas, exemplos confirmadores de hipóteses previamente definidas, como uma camisa-de-força a vestir os dados de uma história escrita de antemão. Mesmo não sendo negada, a história é transformada em jargão: se tudo é histórico, escreva-se um primeiro capítulo e siga-se adiante. O passado se torna um dado frio sem a vitalidade do presente. Entende-se a história como uma evolução linear, um recurso à mão para explicar ou justificar propostas atuais. O passado teria sido necessariamente atrasado e o que se está fazendo inaugura uma nova era: agora, a instituição será educacional, agora se começará a atender às necessidades da criança; expressões que, surpreendentemente, podem ser encontradas mesmo em texto de um século atrás. Quando se desvaloriza a história por ela se ocupar do que já passou, o risco está na ilusão de se inventar a roda novamente. Atribuir-se a inauguração do novo pode até ser motivo para obter altos rendimentos vendendo a novidade no mercado. Mas também é motivo do rápido desvanecer de propostas mirabolantes, ou mesmo do ridículo diante da falta de seriedade e de consistência. Quando se descarta a história porque seria teórica, transfere-se para a teoria a crítica à academia, às instituições e às pesquisas que se isolam das demandas sociais, produzindo ideias vazias que não levam a nada. (KUHLMANN, 2010. p. 5-.6).

A Educação Especial brasileira se constitui por intermédio de características distintas e, nesse sentido, distanciou-se do Ensino Regular. O Estado, por sua vez, não ficou para trás e também não cumpriu sua parte no atendimento voltado aos deficientes.

O afastamento do Estado em relação às questões educacionais da pessoa com deficiência mental e a legitimação de instituições especiais com o âmbito educacional mais adequado para educá-la transferiu a responsabilidade de educação desta população para o setor privado, especialmente para aquilo de caráter filantrópico (MELLETTI, 2008, p. 20).

Tais fatores influenciaram o aparecimento de muitas instituições na década de 1950, para suprirem o espaço até então deixado por essas partes nesse período. A Associação de Amigos e Pais dos Excepcionais (APAE) foi fundada justamente nesse cenário.

Consta da história de sua fundação que as primeiras iniciativas nesse sentido aconteceram quando Beatrice Bemis e seu esposo Henry Broadbent, no ano de 1954, realizaram no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, na Embaixada Americana, o primeiro encontro com pais, professores, técnicos e interessados em assuntos referentes às pessoas com deficiência mental.

O casal de americanos tinha experiência em organizações como a que pretendiam inaugurar. Os dois ficaram surpresos em saber que, no Brasil, tal iniciativa não tinha ainda sido tomada.

Losekan (2005, p. 15) afirma que,

O Almirante Henry Broadbent Hoyer e Dona Beatrice reuniram vários pais, mestres e técnicos na Embaixada Americana, em julho de 1954, quando foi exibido um filme sobre crianças com deficiência mental, uma ação que se desdobrou em várias reuniões preparatórias e na nomeação de uma Comissão Coordenadora Provisória para o movimento. Compunham essa Comissão Maria de Araújo, Renata Silveira, Helena Dias Carneiro, Ivone Cintra Ferreira, Idália Parreira Rodrigues Lima, Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca e Antônio Carlos de Carvalho. A primeira diretoria, presidida pelo próprio Almirante Henry, dirigiu a APAE até 31 de março de 1965, sucedida por uma diretoria presidida pela Dra Ignez Félix Pacheco de Brito, uma amiga dos excepcionais que a instituição teve durante trinta anos, de 1965 a 1995 quando afastou-se por motivo de saúde.

Percebe-se a influência norte-americana na constituição da Apae, no Brasil, desde seu início, o que não poderia ser diferente, pois dos Estados Unidos vieram as primeiras iniciativas e as experiências na área de Educação Especial.

Muitas reuniões aconteceram a partir daí, com o objetivo, dentre outros, de descrever os caminhos que a nova instituição (APAE) iria percorrer após aquele momento. Nessa mesma reunião, foi organizado um fichário contendo nomes, endereços e outros dados pessoais de pessoas com deficiência que poderiam fazer parte da Apae e receber seus atendimentos. Assim, no dia 8 de setembro de 1954, o nome adotado “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais” foi escolhido.

Segundo Losekan (2005, p. 13) “a ‘Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma entidade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial, educacional e com duração indeterminada, que tem foro e sede no município onde estiver situada”.

Dias depois da escolha do nome, de acordo com a ata do dia (11 de dezembro de 1954), aconteceu uma assembleia com a intenção de discutir os primeiros passos que seriam dados pela Apae. Essa foi presidida por um dos integrantes da associação, o padre Álvaro de Albuquerque Negro Monte, quando também estiveram presentes George W. Bemis, como vice-presidente da National Association for Retardet Children (NARCH), nos Estados Unidos da América do Norte.

Embora o assunto seja a história da Apae, torna-se importante esclarecer que a NARCH era uma associação fundada, nos Estados Unidos, por um grupo de pais que tinham filhos com deficiências intelectuais e, até sua inauguração, estavam de fora da escolarização,

por causa das leis que influenciavam, regulamentavam o processo de exclusão e não de integração.

Com isso, os deficientes não podiam aprender nem conviver com outras pessoas e, portanto, estavam segregados. Então os pais resolveram fundar a National Association for Retardet Children (NARCH). A ideia acabou por influenciar países, inclusive o Brasil em fundar instituições que fizessem a mesma coisa.

A primeira Apae brasileira esteve marcada pelo modelo de associação que buscava desenvolver-se como rede nacional, não objetivando inicialmente, o atendimento direto da população.

Para Silva (1995, p. 41) “tal atendimento foi implantado aos poucos e, obrigatoriamente na medida de seu crescimento e de acordo com a clientela, permitindo a consolidação enquanto rede nacional às necessidades da Educação Especial Pública”.

A reunião inaugural do conselho deliberativo realizou-se no dia 10 de março de 1955, na sede da Pestalozzi do Brasil. Nessa reunião, todas as pessoas presentes tomaram conhecimento da oferta da senhora Alzira Lopes Cortes, que colocou à disposição da APAE do Rio de Janeiro, parte das dependências do prédio, para ali atuar uma escola para crianças excepcionais, atendendo ao desejo de seu marido, o professor LaFayette Cortes. Assim, a APAE do Rio de Janeiro passou a ter sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, atendendo 20 alunos. Em 1956, foi dado à escola o nome do professor LaFayette Cortes, e mais tarde denominada de Centro Psicopedagógico Professor LaFayette Cortes (CPPLC). Por iniciativa da professora doutora Olívia Pereira foi criado em 8 de novembro de 1958, o Centro de Aprendizagem Ocupacional (CAO) para atender adolescentes, e passou a funcionar em mais uma sala atendida pela senhora Alzira Lopes Cortes. (APAE RIO, 1991).

Esses centros eram conhecidos como espaços de integração. Nesse ambiente, os deficientes eram trabalhados de acordo com suas particularidades e necessidades de reabilitação, de desempenho físico, intelectual e social.

Os centros de aprendizagem ocupacional, assim como a escola especial, devem ser vistos como apoio à pessoa com deficiência, centrado em suas condições pessoais, levando-a a descobrir suas potencialidades e desenvolvendo-as de modo significativo.

Em maio de 1961, por iniciativa de pais, profissionais e médicos foi criada, em São Paulo, uma escolinha para crianças excepcionais, e a sua mantenedora - APAE de São Paulo - foi criada um ano e meio depois, no dia 8 de novembro de 1962 (SANTOS FILHO, 1999).

Conforme APAE Educadora (2001, p. 23), “no período de 1954 a 1962 foram criadas no Brasil dezesseis Apaes, devido à enorme necessidade de intercâmbio de técnicas, troca de

experiências, divulgação e padronização da terminologia e para planejamento geral dos trabalhos”.

Percebe-se que, ao longo dos anos, a Apae se desenvolveu e seu crescimento permitiu a ampliação de seus serviços e a estruturação de novos campos de atendimento sempre voltados à defesa dos direitos dos excepcionais e do cumprimento de sua missão. Do ponto de vista institucional, a missão da Apae fundamenta-se em três vertentes: luta pela defesa dos direitos da pessoa com deficiência, apoio à família e atendimento especializado variando de acordo com cada unidade, cada situação vivida por cada Apae. A missão, pode-se dizer, é capaz de guiar ações, nortear e direcionar planejamentos e delimitar atividades reduzidas.

Jannuzzi (1997, p. 185) afirma que,

A história da Apae no cenário brasileiro leva a perceber um crescimento das instituições especializadas de ensino que se ampliaram preenchendo espaços deixados pelo Estado, que ao reduzir investimentos na área da educação pública em geral, acabou por intensificar e incentivar o aparecimento de iniciativas privadas voltada ao atendimento especializado.

Em São Paulo, no final de 1962, realizou-se a 1ª Reunião Nacional de Dirigentes Apaeanos, presidida pelo Dr. Stanislau Krynsky, dela participaram doze das dezesseis entidades existentes nas cidades de Caxias do Sul, Curitiba, Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda.

Assim, pela primeira vez, no Brasil, discutiu-se a questão das pessoas com deficiência com grupos de familiares que traziam para o movimento experiências como pais de pessoas com necessidades educativas específicas. Os participantes, para facilitar a articulação e o intercâmbio das idéias, acharam por bem criar um organismo nacional para facilitar os trabalhos das Apaes.

Segundo Santos Filho (1999), o então presidente da Apae de São Paulo, Gilberto Silva Peres, defendia a necessidade de congregar, considerando proposições contrárias à ideia de “Federação”. Surgem, então, duas propostas: a primeira defendia a criação de um Conselho, e a segunda, a criação de uma Federação. Decidiu-se pela criação de uma Federação e, no dia 10 de novembro de 1962, foi fundada a Federação Nacional das Apaes, tendo como primeiro presidente da diretoria provisória eleita o Dr. Antônio dos Santos Clemente Filho.

Por vários anos, a Federação das Apaes funcionou no consultório do Dr. Krynsky, em São Paulo (FENAPAES, 1998). Em 1963, realizou-se o 1º Congresso da Federação das Apaes, no Rio de Janeiro, quando foi aprovado o estatuto e eleita a 1ª Diretoria da Federação

Nacional das APAES, tendo como presidente o Dr. Antônio dos Santos Clemente Filho (SANTOS FILHO, 1999). Em 1968, o Exército Brasileiro apoia a transferência da sede da Federação Nacional das Apaes para Brasília (DF), por se tratar de instância nacional, visando ampliar as relações e intervenções com órgãos públicos e com segmentos sociais em esfera nacional.

O então presidente da Federação Nacional das Apaes, Cel. José Cândido Mães Borba, entendeu que ela deveria estar localizada na capital do Brasil, visando, assim, facilitar as relações e interpelações com os órgãos públicos e com os segmentos sociais em âmbito nacional (FENAPAES, 2001, p. 24).

Como organismo nacional, a Federação tinha por objetivos:

- Promover medidas de âmbito nacional que visassem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais;
- Servir de órgão de coordenação direta e indireta de entidades filiadas e quando possível, de outras entidades em defesa do excepcional em qualquer aspecto físico, humano, social;
- Encarregar-se da documentação e da divulgação das normas legais, regulamentares federais, estaduais, municipais, relativas ao excepcional, procurando provocar ações dos órgãos competentes no sentido de aperfeiçoamento e legislação;
- Promover, estimular a realização de estatística de estudos e pesquisas referentes à causa excepcional, propiciando o avanço científico e a formação do pessoal técnico especializado, e estimular apoiar e defender o desenvolvimento permanente das entidades filiadas, exigindo-lhes observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência (FENAPAES, 1998).

O papel da Federação Nacional está ligado a questões burocráticas como instância de suporte jurídico e administrativo ajudando na promoção e na articulação do movimento. Resta saber se devido à complexidade das situações presentes em cada unidade, por estar distante, a Federação consegue interferir em questões práticas da Apae (FENAPAES, 1998, p. 37).

A Federação adotou, como símbolo, a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição ao amparo e a outra de orientação às pessoas com deficiência (FENAPAES, 1998).

FIGURA 1 – Símbolo da APAE



Fonte: FENAPAES, 1998

Dados que podem ser observados na FENAPAES (1998) mostram que a margarida, presente no símbolo da Apae, significa fragilidade a exemplo da criança excepcional que requer cuidados, valorização. As mãos significam proteção em relação à criança especial e apoio. E os louros simbolizam a recompensa aos esforços prestados à criança especial.

O Movimento Apaeano se expandiu por outras capitais e para o interior dos estados. Segundo Santos Filho (1999), na década de 1950, foram criadas 7 entidades; na década de 1960 foram criadas 111; na de 1970, foram filiadas 310 novas Apaes; e, na de 1980, o número subiu para 347. Na década de 1990, foram criadas 807 novas Associações e, no período de janeiro a julho de 2001, foram filiadas 127, totalizando 1.733 Apaes filiadas à Federação Nacional da Apaes e espalhadas por todo o Brasil.

Nas décadas de 1970 e 1980, a Apae assim como a Educação Especial, ampliou seus atendimentos e passou a buscar formas de incorporar novas ideias e de definir novos rumos.

É o maior movimento filantrópico do mundo na área de direitos, de atendimento e de garantia da busca por melhorias na qualidade de vida dos deficientes. De acordo com a “Proposta Orientadora das Ações Educacionais/APAE Educadora” (2001, p. 25), “cabe analisar que enquanto maior instituição voltada ao atendimento às pessoas com necessidades especiais, a Apae passa a assumir responsabilidades diante da sociedade, e a principal delas é a de integração, e de possibilidades de desenvolvimento humano”.

Nas Apaes atuam em média 37 mil funcionários, entre profissionais das áreas de educação especial, reabilitação, habilitação, saúde e formação profissional, além de pais, parceiros, voluntários, e pessoas que pagam pena legalizada, atuando de acordo com sua

profissão e prestando conta de seus atos. Nesse caso, a Apae fornece relatório contendo as observações necessárias.

Os profissionais regulares atendem aproximadamente 200 mil pessoas com deficiência e associados. Todas as Apaes filiam-se ao órgão maior que é a Federação Nacional das Apaes de Brasília e, em seguida, à Federação do seu estado de origem e à Delegacia Regional das Apaes do seu estado e região.

A Federação Nacional, para Losekan (2005, p. 14),

Fornece orientações de toda ordem e permissão para o uso do nome às Apaes, sendo obrigatória a adesão ao estatuto e submissão à supervisão. A função desta Federação é a de congregar todos os âmbitos de atuação do movimento no país, buscando elaborar estratégias de ação unificadas e se responsabilizando, fundamentalmente, pelas articulações no tocante à defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência, desenvolvendo gestões do Ministério Público Federal e outros órgãos de esfera federal.

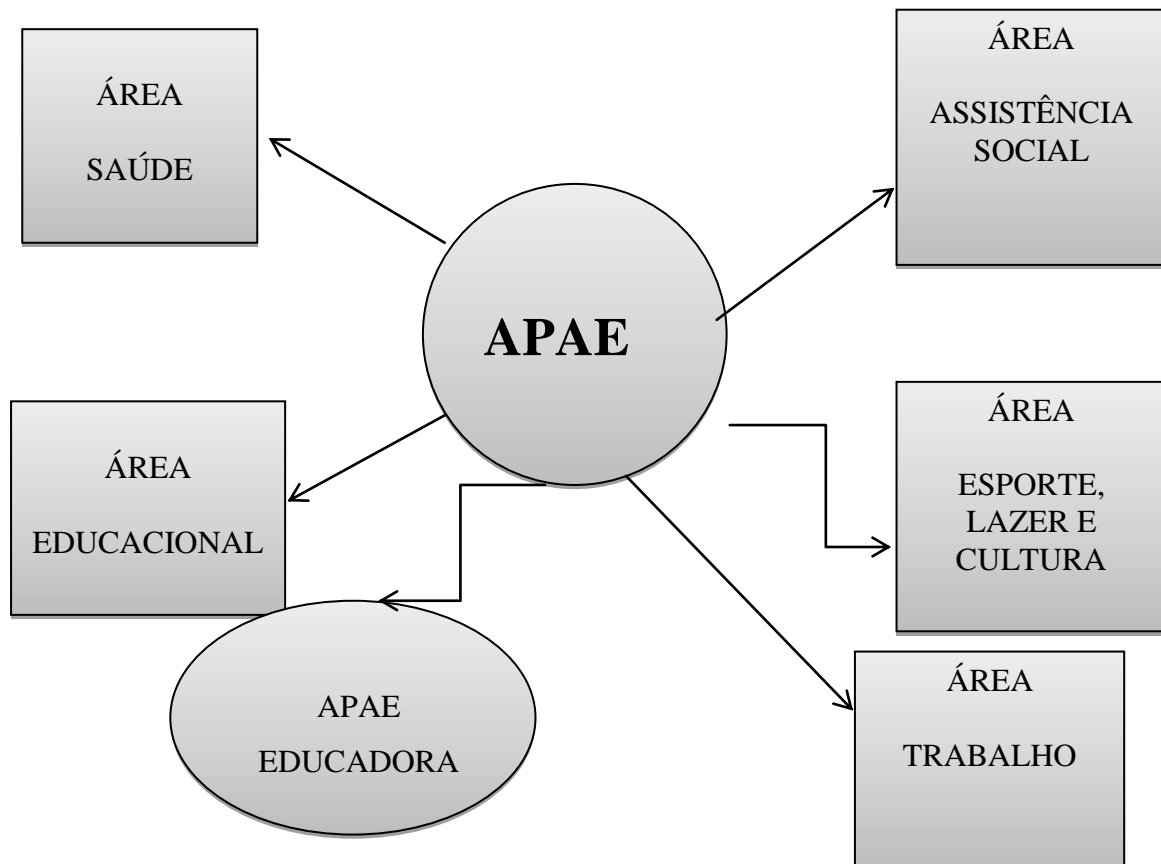
A Federação Nacional é responsável pelos rumos e diretrizes estratégicas do Movimento Apaeano, pela articulação política e pela, defesa de direitos e ações, em âmbito nacional e em prol da pessoa com deficiência de acordo com a Apae Educadora (2001, p. 24).

Entretanto, mesmo distante, a Federação está ligada às Apaes pelo cumprimento das normas, das orientações relacionadas aos trabalhos desenvolvidos como trabalho voluntário, parcerias, relatórios, atribuição de funcionamento de todas as Apaes brasileiras.

A Delegacia Regional das Apaes tem como função organizá-las nas microrregiões, e orientar seus rumos por meio do contato direto entre a base e a Federação do estado.

As Apaes possuem quatro níveis de atendimentos estatutários que objetivam a atender às necessidades do movimento apaeano. O conjunto é formado pela Federação Nacional e compreende 21 Federações dos Estados, 176 Delegacias Regionais e 1733 APAES filiadas que formam a rede do movimento apaeano e filantrópico, na área de defesa dos direitos, do atendimento e da garantia da qualidade de vida das pessoas com eficiências. A falta de uma das instâncias pode dificultar o funcionamento da rede como um todo na realização das atividades em suas áreas de atuação (APAE EDUCADORA, 2001).

FIGURA 2 – Abrangência dos serviços das Apaes



Fonte: FENAPAES, 1998

As Apaes, para manterem seus serviços, buscam recursos nas contribuições de filiados e de terceiros, subvenções do poder público, doações de qualquer natureza, produto líquido de campanhas e de promoções realizadas em seu local de instalação e funcionamento e em legados, convênios com entidades públicas e privadas. O patrimônio da Federação Nacional constitui-se por direitos, bens móveis, imóveis, veículos que possui e vier adquirir. As rendas, recursos, patrimônio social e eventual superávit serão aplicados exclusivamente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, sendo que em caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade, ou cassação de suas atividades, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere ou uma entidade pública e com sede e atividade no país (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, 1998).

A Apaes, nesse sentido, supre a lacuna deixada pelo Estado que reduz os investimentos com a educação pública em geral e intensifica o incentivo à iniciativa privada e que se distancia das questões relativas à educação especial. Januzzi (1997, p. 185) acrescenta: “há

assim uma simbiose entre o público e o privado, que permite ao segundo exercer influência na determinação da política pública na área”.

O estabelecimento dessa conveniência ambígua entre o público e o privado responsabiliza as instituições especiais e filantrópicas pela educação das pessoas com necessidades especiais. Enquanto isso, o Estado se materializa por meio de auxílios técnicos, financeiro e de incentivos fiscais com a inserção e com a redução de impostos. Tudo isso pode ser notado nas leis e nos documentos oficiais que regimentam a educação especializada brasileira.

Para o cumprimento de suas metas e expectativas, a proposta da APAE Educadora preconiza que as escolas das Apae organizem-se de modo a firmar parcerias e a estabelecer relações de cooperação com o sistema regular público e privado de ensino propedêutico. Esse procedimento visa à inclusão escolar dos educandos com deficiência(s) indicados para a rede regular de ensino, desde a mais tenra idade, quando na educação infantil, bem como nos níveis mais elevados de escolarização.

Por outro lado, devem também organizar-se para o relacionamento com agências formadoras de educação profissional (sistema S), sistema regular de educação profissional (escolas técnicas federais e estaduais), para promover a qualificação para o trabalho, culminando com a devida qualificação.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração vem a ser o que diz respeito ao assistencialismo como meio de tratar os direitos sociais, observando o que é público e o que é privado. Para Silva (2000, p. 86):

Em alguns setores das políticas sociais esta indistinção se confunde com a própria forma de conceber, praticar e analisar este campo de atuação [...] uma forma de desdobramento da relação público-privado, [...] trata da legitimação de determinadas formas de serviços a serem destinados a determinadas clientelas. A identidade criada entre a instituição e o homem, nestas relações acaba por traçar uma compreensão a respeito desse próprio homem.

Nota-se o relacionamento entre setores da sociedade e os familiares de crianças com deficiência mental se estruturando, a partir de sua institucionalização e se firmando como um lugar de defesa dos direitos dessas pessoas como instância de educação para propiciar o atendimento educacional às reais necessidades dessa parcela da população.

Para a realização de seus serviços, toda Apae possui uma missão.

A missão é a razão da existência do Movimento Apaeano, delimitando suas atividades dentro do espaço que deseja ocupar na sociedade. Assim, a missão orienta e delimita ações, delineando o compromisso de atuação do Movimento Apaeano. A missão é promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria de qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária (FENAPAES/Projeto Águia, 1998).

A missão de cada Apae relaciona-se com a cultura de cada lugar, com a visão de mundo dos funcionários, com fatores econômicos, sociais, políticos, com o grau de cidadania e com a consciência quanto ao papel do Estado, da sociedade, na resolução de suas situações de conflitos (PROJETO ÁGUIA, 1998).

Portanto, a missão da Apae, como se vê, está ligada a todos aqueles que atuam nos seus serviços e funciona como orientadora de conduta dos profissionais, das ações gerenciais e das tomadas de decisões.

A nitidez ou não da missão parece estar ligada às concepções filosóficas e psicopedagógicas (diagnóstico) de toda instituição. Ambas têm consequências sobre as entidades das Apaes e produzem impacto em seu modo de atuar frente à sociedade onde se localiza e nesse caso, de acordo com o Eixo Referencial das Apaes (nov. 1997),

Interferem na concepção do papel da APAE, produzindo impacto sobre o estilo e diretrizes gerenciais, interferem na metodologia e configuração do esforço educativo, imprimem determinadas características do relacionamento da APAE com a sociedade e com o poder público.

O gerenciamento das instituições se define, pois cada unidade tem suas necessidades, seus problemas e seus interesses que variam de acordo com suas regiões, culturas e deficiências. Portanto, precisam de estratégias e atitudes que propiciem meios que resultem em soluções para as situações existentes em seu contexto social.

O discurso utilizado pela Apae se modificou no decorrer dos anos. Muito mais do que ser apenas assistencialista e suprir a falta de atendimentos, das necessidades básicas dos portadores de necessidades específicas, ela procurou divulgar os direitos das pessoas com deficiência.

Assim, as Apaes, propriamente ditas, são aquelas que irão atender de forma direta as pessoas com deficiência, preservando as orientações da Federação Nacional (LOSEKAN, 2005, p. 14). A Federação, de acordo com o Projeto Águia (1998, p. 15) “fornece orientações de toda ordem e permissão para o uso do nome às Apaes, sendo obrigatória a adesão ao estatuto bem como à supervisão”.

A Federação Nacional das Apaes tem sede em Brasília e sua função é a de congregar todos os âmbitos de atuação do movimento apaeano no Brasil, elaborando ações e estratégias conjuntas e se responsabilizando pelas articulações políticas no que diz respeito à defesa dos direitos da pessoa com deficiência desenvolvendo gestões ao lado do Ministério Público Federal e de outros órgãos de esfera federal.

As Apaes se movimentam e desenvolvem ações para assegurar o direito das pessoas com deficiência e para tanto, estão ligadas à Federação do seu estado.

A partir da década de 1990, a perspectiva é de inclusão (UNESCO, 1990). Nesse caso, a Educação Especial passa a ser identificada como modalidade de educação escolar, preferencialmente, na rede regular de ensino, a partir da educação infantil e que, apenas em casos excepcionais – aqueles que em função dos comprometimentos do aluno – em que a escola não tiver recursos para o atendimento, é que esse poderá ocorrer em instâncias consideradas especiais: classes ou escolas. Ou seja, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, em seu artigo 59, diz,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir com menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com a especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Nota-se que a referida lei mantém a valorização da iniciativa privada, por intermédio de apoio técnico e financeiro dos órgãos públicos às escolas especiais desde que sejam de graça e trabalhem apenas com a educação especial, atendendo o que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabeleçam, possibilitando seu reconhecimento como escola pertencente ao sistema único de ensino (MELETTI, 2008).

Nesse caso, diante das mudanças em relação ao atendimento dos alunos com deficiência mental em instituições especiais, e para o processo de adequação, desencadeiam-se os referenciais da “APAE Educadora, a escola que buscamos”, elaborados pela FENAPAES (2001). A proposta como ponto de partida, também chamada de pedagogização, procura unificar as ações pedagógicas da Apae. Para a Fenapaes (2001, p. 12) é fundamental:

[...] a construção de uma escola que tenha um compromisso social para com todas as pessoas portadoras de deficiência mental. Além disso, visa suprir a necessidade de atender as demandas latentes e sistematizar, na medida do possível, as ações pedagógicas das APAES, dentro de uma perspectiva formal de escolarização para a vida. A proposta da APAE Educadora caracteriza-se como um instrumento de identidade das ações educacionais do movimento Apaeano, expressa pelo compromisso de materializar “o direito de todos a uma educação de qualidade.

O documento “APAE Educadora” (2001) vê o Movimento Apaeano como sendo responsável pela educação dos deficientes mentais no Brasil e foi criado para preencher os espaços educativos referentes a essa população.

De acordo com Meletti (2008, p.7),

[...] o entendimento de que o reconhecimento da instituição especial como instância educacional é favorecedor da oferta de educação para todos, atribui outro sentido ao princípio de escola inclusiva. A Apae é considerada também como uma instância favorecedora da inclusão social de pessoas com deficiência mental na medida em que proporciona o acesso e a permanência dessa população à escola, ainda que especializada. Em todo o documento, referente à Apae Educadora, a inclusão social é apresentada como um objetivo, principalmente para aqueles inseridos nos programas de educação para o trabalho. Por outro lado, a inclusão no sistema regular de ensino é colocada apenas como uma possibilidade existente caso o aluno se desenvolva (em função do trabalho institucional) e possa dar prosseguimento à sua escolarização em escolas comuns do ensino regular. Cabe, então, à instituição especial, de acordo com o documento avaliar e encaminhar o aluno, sendo ressaltada a necessidade de considerar o sistema de progressão e de avaliação adotado pela escola que irá recebê-lo. Contudo, o ponto de partida do processo educacional é a instituição especial. Ou seja, não é a escola regular – que após esgotar todas as possibilidades de trabalho pedagógico – que encaminha para instituição especial, mas sim esta, que após avaliar a prontidão de seu aluno, o encaminha para aquela.

Já a inclusão na escola regular, nada mais é que uma mera possibilidade, isso se o aluno conseguir permanecer em seu meio, ou se desenvolver para poder prosseguir. Como afirma Mantoan (1989), “incluir não é apenas colocar junto, incluir vai muito além disso, é oferecer oportunidades iguais por direito”.

A inclusão é uma inovação e requer que todos os envolvidos no processo educativo assumam sua parcela de contribuição com vontade, planejamento, organização pedagógica e humana para poder garantir os direitos e a aprendizagem de todos os alunos.

2.1 O MOVIMENTO APAEANO EM MINAS GERAIS

O Movimento Apaeano, no Brasil, não nasceu da noite para o dia, ele é resultado dos esforços conjuntos entre pessoas interessadas na causa das pessoas com deficiência. No estado de Minas Gerais, a rede está consolidada e é reconhecida como uma das maiores dentre os demais estados brasileiros, atuando como organização não governamental (FENAPAES -

PROJETO ÁGUIA, 1998). O Projeto Águia, referenciado no texto, foi criado em 1997, como um plano estratégico com o objetivo, segundo Fenapaes (1997, p. 11), de elaborar um eixo referencial de atuação que estabelece linhas norteadoras e gerais para o movimento apaeano, quanto ao seu compromisso social diante da atual política destinada à educação brasileira, e de possibilitar programas educacionais ofertados pelas escolas das Apaes. Foi a partir dessa ideia que surgiu a “APAE Educadora: a Escola que Buscamos” (2001), que sintetiza a proposta de unificação das ações educacionais das Apaes, ofertando educação básica nos níveis de educação infantil, fases iniciais, no ensino fundamental de modo interativo, incluindo educação de jovens e adultos e educação profissional (FENAPAES, 2001, p. 32). Nota-se que o Projeto Águia surgiu, antes da APAE Educadora, com o propósito de oferecer um rumo à educação desenvolvida por todas as Apaes brasileiras.

Assim, como em todo o Brasil, as Apaes mineiras se defrontam com vários desafios, inclusive o de capacitação dos professores que atuam na área, devido à importância para o atendimento, às inúmeras deficiências que se apresentam no dia a dia dos serviços prestados à clientela. As políticas públicas e os recursos financeiros também são um agravante e interferem nos atendimentos, porque, sem o dinheiro para a contratação de pessoal e de equipe clínica, ocorre a redução de horários dos funcionários.

As Apaes do estado de Minas Gerais, assim como as demais do país são filantrópicas, vivem do voluntariado, de parcerias estabelecidas com a comunidade e de convênios com o Estado, que garantem o salário de professores, dos supervisores, equipe clínica etc.

As prefeituras locais permitem que professores e funcionários como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes técnicos, atuem junto às Apaes para realizarem serviços junto à população que necessita desse tipo de atendimento.

Segundo a FENAPAES (2001, p. 13), “as Apaes mineiras se organizam de forma ampla para atender a clientela que dela depende”. A clientela a que se refere a FENAPAES se divide em deficiências múltiplas, visuais, físicas e mentais.

O atendimento prestado pelas Apaes mineiras, que possuem seus próprios estatutos, segue o mesmo caminho das Apaes do Brasil, ou seja, articulam-se de acordo com as especificidades do seu público-alvo. São norteadas pela visão, pela missão e pelos os princípios básicos e diretrizes do Movimento Apaeano Nacional, para garantir os trabalhos e a assistência dados aos deficientes e aos familiares.

São todas de caráter educacional, cultural, de assistência à saúde, sem fins lucrativos e possuem “autonomia” administrativa para contratar e dispensar funcionários.

A primeira Apae mineira foi fundada logo em seguida da Apae nacional (Ata de Fundação, Rio de Janeiro, 1954), em São Lourenço, Minas Gerais, no ano de 1956, com a intenção de atender aos deficientes que não estavam integrados à escolarização ou recebiam atendimento especiais naquele momento.

Por ter sido a segunda Apae do Brasil, contribuiu com as demais Apaes fundadas em seguida, esclarecendo dúvidas quanto ao funcionamento e oferecendo dados importantes e direcionamentos. Cada Apae mineira tem seu perfil, seus problemas a serem vencidos, sua clientela específica e as diversas situações que as diferenciam.

As Apaes de Minas Gerais fazem parte do Conselho Regional do Estado, que tem como função organizar as Apaes nas microrregiões, orientando seus rumos e sendo contato direto entre a base e a Federação no Estado.

Os Conselhos Regionais, órgãos auxiliares da Administração, são criados pelo Conselho de administração da Federação das Apaes do Estado, mediante proposta justificada das Apaes da respectiva região. É constituído pelo presidente das Apaes da região, das antigas delegacias, dos eleitos dentre os presidentes e suplentes, preferencialmente presidente de Apae, vice-presidente, membros da diretoria com experiência diretiva com, no mínimo, um ano, ou associado quite com a tesouraria, tendo o consentimento da Apae, a qual é associado, permitida apenas uma reeleição consecutiva. Os Conselhos Regionais são constituídos por um número variável de Apaes que se aglutinam pela proximidade geográfica, visando à sua coesão e ao seu fortalecimento. A sede do Conselho Regional é a mesma da Apae à qual pertença o Conselho eleito.

Segundo o artigo 34, seção VII do Estatuto do Movimento Apaeano (2006), quando há eleição do Conselho Regional:

Os conselheiros regionais serão eleitos pelas APAES que compõem a respectiva região, com pelo menos 30 dias de antecedência da realização a Assembleia Geral ordinária da Federação das APAES do Estado, em Assembleia Geral convocada pelo conselheiro regional, cujo mandato esteja expirando, somente podendo participar dela as APAES que estejam quites com suas obrigações financeiras.

Os conselhos representam as entidades filiadas e integrantes de suas regiões. No município, a Apae exerce representação legal da Federação Nacional das Apaes, mediante mandato específico de seu presidente e estimula ações em defesa das pessoas com deficiência seguindo as diretrizes das federações nacional e estadual. Cabe à Apae, do município, fazer

cumprir o Estatuto da Federação das Apaes do Estado a que pertence e o das Apaes. Entre outras atribuições, conforme Estatuto do Movimento Apaeano (2006, p. 20-21),

- §1º - manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;
- §2º - pagar as contribuições mensais de acordo com o fixado no art. 78 e remeter, prontamente, à Federação Nacional das APAES todas as informações por ela solicitadas;
- §3º - aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Federação Nacional das APAES;
- §4º - respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das APAES do Estado a que pertence, e seu Estatuto;
- §5º - acatar as decisões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais da Federação Nacional das APAES;
- §6º - submeter à apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAES as propostas de alteração do Estatuto da APAE;
- §7º - organizar o quadro dos associados, com cadastro individual e numeração em livro próprio, após aprovação da Diretoria Executiva;
- §8º - realizar, a qualquer tempo, a renumeração do quadro dos associados, por desistência, exclusão ou óbito, mediante prévia autorização do Conselho de Administração da APAE.

Como se percebe, as Apaes não agem por si, seguem um padrão de atendimento ou pelo menos tentam, e cumprem o Estatuto da Federação, que é o órgão fiscalizador dos demais serviços. As Apaes mineiras possuem um organograma que define seus serviços e, como nas demais, esses influenciam no nível de eficácia do funcionamento das Apaes (FENPAES, 1997).

Enfim, as Apaes possuem presidentes que têm funções estratégicas como captação de recursos, negociação com a sociedade onde cada Apae foi fundada e representação da Apae no município. Os diretores exercem funções administrativas ou técnicas, atendendo aos pais, e atuam na resolução de problemas de ordem estratégica.

Para a FENAPAES (1987), “O estilo gerencial dos dirigentes decorre tanto de sua trajetória pessoal, experiências e conhecimentos adquiridos profissionalmente quanto do grau de institucionalização da unidade”. Sabe-se que a falta de compreensão sobre o funcionamento dos serviços realizados pela Apae interfere e gera consequências no seu dia a dia.

As Apaes do Estado de Minas Gerais trabalham no sentido de incluir as pessoas com necessidades educativas no meio social, numa tentativa de garantir que seus direitos sejam respeitados pelas políticas públicas.

O próximo capítulo traz a História da Educação Especial, na cidade de Machado/MG, desde o início quando pessoas da comunidade machadense se uniram para criar a Associação

de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). A trajetória mostra as dificuldades, os avanços e os trabalhos realizados para a defesa do deficiente diante da sociedade e do contexto nos quais estavam inseridos.

CAPÍTULO 3 – UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DA APAE EM MACHADO

Somos nós que definimos o outro [...]. E a alteridade do outro permanece como que reabsorvida em nossa identidade e a reforça ainda mais [...]. A partir deste ponto de vista, o louco confirma a nossa razão [...]; a criança a nossa maturidade, o selvagem, a nossa civilização; o marginalizado, a nossa integração; o estrangeiro, o nosso país e o deficiente a nossa normalidade (LARROSA; LARA, 1998, p. 08).

FIGURA 3 – Prédio da Apae



Fonte: Arquivo público Machadense – 1973.

Neste capítulo, é apresentada uma análise sobre a História da Educação para crianças especiais na Apae da cidade de Machado MG desde 1971. Esse período coincide com a expansão dos atendimentos à área da Educação Especial no Brasil e com a abertura de instituições filantrópicas, criadas para suprir a ausência de Políticas Públicas, voltadas ao deficiente, até então deixados de fora desses serviços. Pesquisar sobre o assunto na História da Educação significa levar em conta o que diz Fonseca (2003 p. 72),

A história da educação está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora da escola e da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional. Urge, também, como já foi assinalado, um esforço de análise mais apurado sobre a produção em História da Educação que se proclama afinada com a História Cultural, movimento necessário para a reflexão crítica de nossa própria ação como historiadores. Que esse exercício de análise possa instigar tanto os que desejem se enveredar nos caminhos da História da Educação quanto os que, já estando neles, sintam que é possível e necessário revitalizá-los.

Como pesquisa histórica, as fontes e os documentos que compõem os dados para a pesquisa foram verificados e questionados. Nesse sentido, Le Goff (1990, 547-548) afirma,

O documento não é inócuo. Antes de mais nada é o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história da época da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica e que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe aos historiadores não fazer o papel de ingênuo.

Os documentos encontrados nos arquivos da Apae foram: atas de reuniões, relatórios, diários de classe, caderno de plano de aula, jornal da época, que, após serem catalogados e identificados, foram analisados. De acordo com as informações presentes nos documentos oficiais, a Apae foi fundada por Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, um médico Clínico Geral, que atendia em seu consultório e no Hospital de Machado e, provavelmente, por atender pacientes nesses locais poderia ter a ideia do número de famílias com crianças com deficiência. Há indícios de que Jorge Eduardo Vieira de Oliveira aspirava, nessa época, entrar para a política, pois, logo após, tornou-se prefeito da cidade; e em seguida, eleito deputado estadual em MG. Ao seu lado, esteve uma freira, Madre Natividade Lemos, integrante do Colégio Imaculada Conceição, e o Cônego Walter Maria Pulcinelli, pároco de grande influência na cidade. Eles se uniram para fazer acontecer, em Machado, atividades com fins filantrópicos e de voluntariado, para atender às pessoas com deficiências que se encontravam fora da escolarização e dos atendimentos especializados referentes à saúde e também para propiciar que os jovens do T.L.C (Treinamento de Liderança Cristã) pudessem colocar em prol da Sociedade Machadense seus potenciais de jovens ativos e participativos (Regimento Interno, outubro 2002).

Nota-se, por meio da criação da Apae, em Machado, da união da medicina e da Igreja para a instauração de um modelo clínico e de assistência educativaa. Se de um lado, houve interesses e intenções particulares por parte dos fundadores da Apae, por outro aspecto, os deficientes machadenses que se encontravam à margem do meio social, segregados, passaram a ter tratamento educativo especializado. Sabe-se que a Igreja e a medicina sempre estiveram atreladas à educação de modo geral e o modelo que se conhece, hoje, como escola, vem de uma construção histórica, resultado de encontros de variados dispositivos religiosos, políticos, científicos, pedagógicos que foram capazes de definir a sociedade da escolarização (CARVALHO, 2004).

Conforme ata de 06 de maio de 1971, nesse dia, ocorreu uma Assembleia presidida por Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, secretariada por Newton de Oliveira Andrade e presenciada por pessoas da comunidade interessadas na causa do deficiente, com o objetivo de juntos tomarem as devidas providências para a instalação da Apae na cidade de Machado-MG. Durante a assembleia foram esclarecidos, aos presentes, os passos que a Apae deveria percorrer até tornar-se credenciada à Federação Nacional das Apaes para poder atender ao deficiente. “Precisamos pensar grande, para conseguirmos prestar serviços à pessoa portadora de deficiência” (RELATÓRIO, 1971).

Após a assembleia, ocorreu uma reunião, no mesmo dia, em que o secretário Newton de Oliveira Andrade levou ao conhecimento dos presentes, segundo o Relatório de 1971 que “para efetivação e instalação da Apae de Machado, tornava-se necessário a criação de um estatuto”. Os fundadores criaram o estatuto que foi lido e, após as devidas considerações e análise, foi aprovado por unanimidade. Jorge Eduardo Vieira de Oliveira declarou oficialmente constituída a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Machado-MG.

Nos dias que seguiram à elaboração do estatuto (anexo), os fundadores realizaram diversas reuniões e assembleias, todas com a finalidade de pensar juntos as propostas necessárias ao atendimento das pessoas com deficiência na Apae. A cidade não possuía um local específico de atendimentos e a Apae passou a representar o deficiente na sociedade local. Até então a cidade possuía escolas públicas e particulares de ensino fundamental, médio e superior, mas nada que pudesse atender a essa parcela da população. O momento de fundação da Apae foi visto com interesse pela sociedade machadense e, principalmente, por familiares das pessoas com necessidades educacionais específicas, que passariam a ter um local de referência. Em maio de 1971, conforme ata de nº 2, os fundadores da Apae se reuniram para a realização de uma assembleia geral e elegeram seu primeiro conselho diretivo. Durante a assembleia foi apresentada uma lista com vinte nomes de “projeção” da

cidade, previamente convocados por terem demonstrado interesse em participar da causa do deficiente. São eles: Dalmo Andrade, Wagner Anoni, Maria de Lourdes Naneti, Alzira Pacini Dias, Wilma Braga, Wanda Borim, José Luiz Corrêa, Maria Vita Oliveira Silva, Alaor Gonçalves Pinto, Francisco Vieira Guerra, Terezinha Lúcio da Silveira, Georgina Alves Penha, José Rezende Lara, Décio Paulino Costa, Marcelo Carvalho Vieira, Arnaldo Naneti Dias, Teresa de Jesus Vieira dos Anjos, Bias Francisco Soares, Carlos Roberto de Almeida, José Antonio Carvalho Filho, Vania Moterani Swerts, Américo Naneti Filho. Os nomes foram apresentados colocados em votação, apresentados, aclamados, declarados eleitos e empossados.

Ainda no mês de maio de 1971, o conselho diretivo eleito fez sua primeira reunião para tomar conhecimento do estatuto e proceder de acordo com seu artigo 16 que diz:

Cabe ao conselho diretivo eleger a diretoria e se necessário destituí-la, aprovar o regimento interno da associação e de seus departamentos regidos pela diretoria, deliberar sobre assuntos que a diretoria não possa resolver, conferir títulos de benemerência e colaboração, convocar extraordinariamente a assembléia geral quando requerida por 2/3 dos conselheiros, deliberar sobre as contas e o relatório anual da diretoria no primeiro trimestre de cada ano, autorizar despesas extraordinárias, orçar e planejar com a diretoria os novos empreendimentos e finalmente, supervisionar a vida da instituição.

O conselho diretivo, após tomar conhecimento dos dados presentes no referido artigo do estatuto (2006), fizeram consulta entre os membros ao conselho, a fim de montar uma chapa e eleger a diretoria da Apae. A chapa foi montada, apreciada, aprovada e composta por: Presidente: José Rezende Lara; Secretária Adjunta: Georgina Alves Penha; Tesoureiro Adjunto: Joaquim Francisco Soares; Diretor Assistente Social: Vânia Moterani Swerts. A diretoria eleita esteve à frente da Apae durante dois anos. Durante esse período, a Apae não tinha um local definitivo para seu funcionamento, o que preocupava a direção, pois precisava de espaço físico para a atuação e a realização das práticas voltadas aos atendimentos do movimento apaeano. Segundo a Ata de 21 de maio 1971, aconteceu no Abrigo Jesus Maria José (um local frequentado por meninas carentes e, em sua maioria abandonadas ou em situação de risco) a primeira reunião da diretoria da Apae, em que discutiu a situação financeira da Apae e suas necessidades presentes e futuras. Os membros se dividiram em comissões para buscar ajuda.

Na primeira comissão, estiveram presentes: Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, Laysa Passos Vieira e Terezinha Lúcio de Oliveira com a tarefa de procurar o Rotary local e pedir que fizessem uma campanha na cidade para angariar dinheiro para a Apae para as suas

primeiras despesas. Na segunda comissão, estiveram presentes: Georgina Alves Penha, Wagner Anini e Laysa Passos Vieira, que deveriam procurar por Nair Vieira, que naquele momento era diretora do Lactário Hilda Nogueira da Gama, e pedir permissão para a ocupação de duas salas para os trabalhos da Apae. A terceira comissão foi composta por Dalmo Andrade, Américo Naneti Filho, Vagner Annoni e Layza Passos Vieira, com a incumbência de procurar as firmas que vendiam “materiais domésticos” e conseguir fogão a gás, geladeira. Segundo o documento de 21 de maio de 1971, cada membro da direção ficou responsável por conseguir pratos, talheres, toalhas, panelas, bandejas, copos etc. O presidente autorizou a compra de uma mesa para a realização de trabalhos de ginástica e um aparelho de visão. Nota-se que os primeiros deficientes a serem atendidos pela Apae foram deficientes físicos e com problemas de visão. Em junho de 1971, aconteceu uma reunião extraordinária com a presença da diretoria da Apae, de autoridades e políticos da cidade para assistirem a uma palestra que foi proferida por Bernadete Pinto de Freitas, com a finalidade de chamar a atenção da sociedade sobre a importância, para a cidade e região, da Apae para a vida dos deficientes. A palestrante destacou o papel da Apae e seu trabalho para com a sociedade. Observa-se que, desde o início, a Apae foi um espaço de atuação e de representação política, ou seja, é o campo político que garante seu funcionamento por ser de assistência e filantrópica.

Ressalta-se, na pesquisa, que, em ata do dia 22 de maio de 1972, a diretoria da Apae em reunião, decidiu consultar a Federação Nacional das Apaes em Brasília, órgão que sintetiza a proposta de unificação das ações educacionais de instituições especiais, sobre os direitos e deveres das entidades filiadas à federação. Sabe-se que toda Apae deve ser filiada à Federação para receber suporte jurídico e administrativo. A filiação da Apae não aconteceu de imediato. Consta, no documento analisado (agosto de 1972), que a Apae não teria tido condições de contribuir com 15% de sua arrecadação para com a federação, devido às dificuldades financeiras e, portanto, a filiação só aconteceria no futuro.

Nesse ano, ainda, a Apae recebeu a doação do terreno que pertencia ao Lactário Hilda Nogueira da Gama, onde, até então, ocupava duas salas emprestadas. Porém, para a oficialização dos documentos deveria ter se registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, órgão responsável por essa área em Brasília. A diretoria providenciou os documentos para o recebimento da doação. Pôde-se perceber, em contato com as fontes, que a diretoria da Apae buscou, desde seu início, por voluntários que, de alguma forma, pudessem apoiar o movimento. Segundo Losekan (2005 p. 57),

Com relação às entidades apaeanas, devemos lembrar que na sua estrutura de constituição enquanto associação, a Diretoria da APAE, aquela que é a responsável pela organização, é totalmente composta por pessoas que atuam voluntariamente. Somente recebem salários aqueles que são caracterizados como funcionários da APAE, mas que neste caso não participam da Diretoria e não são responsáveis juridicamente pela instituição.

Contando com a ajuda da Rádio Difusora de Machado, que servia de elo entre a Apae e a sociedade, o trabalho de voluntariado na Apae cresceu aos poucos. Para Melucci (2001, p.117),

[...] o que distingue a ação voluntária como categoria sociológica é a voluntariedade do vínculo social dentro do qual ela está inserida: a ação voluntária implica a adesão livre a uma forma de solidariedade coletiva e ao pertencimento a uma rede de relações da qual se participa por escolha. Outra característica é a gratuidade dos serviços oferecidos pela ação voluntária. [...] Ação voluntária é caracterizada pelo fato de que os benefícios econômicos não constituem a base da relação entre os que dela participam, nem entre esses e os destinatários da ação mesma.

Os voluntários têm papel importante nos trabalhos que se destinam aos atendimentos filantrópicos e de assistência.

No caso da Apae, que vivia de doações, esse auxílio favoreceu suas ações e lhe permitiu cumprir parte de suas obrigações que não eram poucas e se dividiam entre funcionários, alimentação, despesa com uniformes, com materiais pedagógicos, com manutenção e com as instalações. A notícia da criação da Apae, na cidade, voltada ao atendimento à pessoa com necessidades educacionais específicas se espalhou. Pais e familiares de deficientes procuraram membros da diretoria para colher informações a respeito, pois a partir daquele momento teriam onde “colocar” seus filhos que até então estavam sem esse atendimento específico. Aos pais, (RELATÓRIO, 1972) foram dadas as devidas informações e feito o convite para fazerem parte do dia a dia da Apae e para atuarem em conjunto com os responsáveis pela instituição.

Uma associação de Pais e amigos dos Excepcionais requer ter pais envolvidos em seus trabalhos para poder opinar sobre os trabalhos e conhecer de perto a realidade vivida no local onde os filhos são atendidos. No começo do atendimento e para a ampliação dos serviços, os diretores e alguns voluntários visitaram a Apae de Três Pontas MG. Queriam ver de perto o funcionamento, as práticas, o atendimento médico, receberem sugestões, trocaram

experiências, conversarem sobre documentos, e sobre como atrair parceiros, voluntários e ter mais aproximação com as famílias e com a sociedade em geral (RELATÓRIO, 1972). Os diretores observaram “que a Apae visitada não tinha muitos funcionários atuando no trabalho com a criança, embora tivessem um grande número delas”. Segundo o Relatório de 1972, a Apae de Três Pontas tinha uma aparência alegre e festiva, era toda decorada e os membros da diretoria de Machado foram recebidos com cordialidade, porque o encontro estaria estabelecendo alianças estratégicas e ações visando à melhoria do atendimento da pessoa com deficiência. Sabe-se que essas trocas de experiências levam o aperfeiçoamento dos profissionais à organização e ao planejamento coletivo.

Em 1972, iniciaram-se, na Apae, as primeiras ações quando, por meio de carnês - sócios contribuintes -, a instituição passou a receber uma ajuda mensal que viria a ajudá-la a cumprir com uma parcela de seus compromissos. As primeiras matrículas dos alunos foram feitas por pais e familiares que, no primeiro contato, respondiam a questionamentos feitos para a montagem da pasta individual do aluno, a qual era guardada na recepção e continha origem social, endereço, filiação, consultas realizadas, deficiências diagnosticadas, resultados médicos e só depois acontecia a avaliação pedagógica. Os alunos eram então classificados e direcionados para o atendimento médico; o educativo ficava para um segundo momento. As avaliações eram realizadas por um médico, por um psicólogo e por um fisioterapeuta. Por causa das questões financeiras, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, que era médico, ajudava nesse atendimento.

Segundo registros do relatório de 1972, duas funcionárias voluntárias trabalhavam no setor de fisioterapia ajudando a realizar massagens nos alunos e também cuidando da higiene pessoal. Nota-se que, neste período, a Apae tinha poucos recursos, mas contava com uma ligação médico assistencialista. É interessante considerar que a melhoria dos serviços, como recursos adequados para o atendimento e apoio especializado, foram crescendo aos poucos,

À equipe clínica da Apae, cabia a responsabilidade de conduzir ações que seriam trabalhadas com os alunos deficientes. Como se sabe, a medicina sempre teve o poder de legitimar quem eram os “normais e os anormais” na área da educação especial. O encaminhamento para a Apae era feito por escolas locais que viam a necessidade do atendimento especializado, por médico ou pelos pais, que procuravam a Apae por conta própria e matriculavam seus filhos para receberem atendimento médico.

Em 1973, a Apae comemorou seus avanços, embora soubesse dos desafios que ainda teria pela frente. No dia 13 de março desse ano, por meio de uma carta enviada pelo representante ao Conselho Nacional do Serviço Social, a direção da Apae foi notificada de

estar registrada no referido Conselho Nacional do Serviço Social. Assim, aproveitou o momento e filiou-se à Federação Nacional (Ata nº 8, ago. 1973).

Nesse sentido, definiu sua missão: “promover e articular ações em defesa de direito, prevenção, orientações, prestações de serviços, apoio à família, direcionados à melhoria de qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência e à construção de uma sociedade mais justa e solidária”.

Nesse ano de 1973, a Apae, da cidade de Machado, participou de um desfile, que aconteceu no dia 13 de setembro, o aniversário da cidade, e de um programa na rádio local, por meio da professora Margareth Marat. No relatório analisado, não consta o tema, ou o assunto tratado pela professora, há indícios que tenha sido sobre educação especial e os direitos das pessoas com necessidades educacionais específicas.. Ainda nesse cenário, a Apae recebeu o convite para expor, em lojas da cidade, os trabalhos realizados pelos alunos na oficina pedagógica. Um meio de acontecer a integração e a aproximação das pessoas deficientes com a sociedade. Nesse sentido, os fundadores também conseguiram mais pessoas para atuar em conjunto com os serviços do movimento apaeano em Machado.

Em julho de 1973, a Apae se preparou para realizar sua primeira Semana do Excepcional que aconteceria em agosto. Para receber as pessoas, planejou um multirão de limpeza, confeccionou cartazes e enfeites, pintou os móveis com a ajuda dos jovens do T.L. C (Treinamento de Liderança Cristã), enviou o histórico da escola para Rádio Difusora para que fosse lido em um de seus programas, a fim de informar a sociedade sobre sua história, e enviou à prefeitura local a seguinte solicitação:

Pedimos-lhe a gentileza da divulgação do programa do decreto 54.188 de 24- 08-64, do Presidente Castelo Branco referente à Semana do Excepcional, nosso objetivo é que o excepcional seja reconhecido com um ser humano e seja respeitado pelas suas limitações e que a escola seja bem vista e querida por todos (Ata, julho de 1973 nº 13).

Ficou decidido, nessa reunião, que a Semana do Excepcional deveria acontecer de modo prazeroso, com lanches, missa e cerimônias festivas, sorteios, brindes, painéis com trabalhos de alunos para a apreciação dos visitantes.

Em ata (de nº 16 de agosto de 1973), verifica-se que a Semana do Excepcional aconteceu como a direção da Apae esperava. Por meio de visitas de pessoas da sociedade, com fatura de lanches, que foram doados pela diretoria, com as escolas da cidade presentes nas comemorações. A diretora, na época, Diva Vieira Barbosa diz:

O mais importante que aconteceu nesses dias foi o entrelaçamento de nossos alunos com alunos de outras escolas. Parabênizo o show que a Escola Estadual Gabriel Odorico apresentou para nossos alunos. A Semana do Excepcional tem que ser um momento representativo para a educação especial e a sociedade deve fazer parte de sua programação a fim de conscientizá-la sobre o direito das pessoas com necessidades especiais.

Em 1974, ampliou-se o número de matrículas, o quadro de professores e ocorreu a participação de um médico pediatra na equipe técnica, que passou a atender uma vez por semana (Ata do dia 11 de fevereiro de 1974).

Nesse mesmo ano, a Apae cogitou alugar uma kombi para transportar, diariamente, os alunos e facilitar a presença daqueles que residiam em bairros distantes e por isso, faltavam às aulas e aos atendimentos. Recebeu o representante do Corpo de Paz, Sr. Thomas Richardson, um americano, que estava na região visitando as Apaes, para conhecer de perto as dificuldades da instituição e para contribuir com ensinamentos em fisioterapia, área de sua formação. Segundo ata de nº 23 do dia 1º de março de 1974:

O Sr. Richard reuniu-se com a diretoria da Apae em caráter extraordinário visando conhecer suas dificuldades e as necessidades dos funcionários, voluntários. Apresentou suas credenciais, ofereceu dados sobre o trabalho do corpo de paz no Brasil e respondeu a perguntas dos presentes no encontro.

Após terminar a reunião e as observações, Thomas Richardson deu a seguinte sugestão:

Seria importante neste momento que a Apae tivesse um terapeuta ocupacional em sua equipe, ou uma pessoa especializada em pedagogia, pois ambas poderiam oferecer melhorias relacionadas aos atendimentos”. Também opinou sobre as dependências físicas e sugeriu a colocação de barras de ferro em locais onde eram realizadas a “ginástica” (Ata , março 1974).

Devido ao seu interesse em contribuir com a Apae, foi convidado a passar uma semana na cidade para continuar os trabalhos iniciados. Observa-se que a Apae de Machado, assim como todas as Apaes brasileiras, sofreu a influência norte-americana. A Apae, no Brasil, foi embasada em experiências que estavam acontecendo na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, devido à ausência dos órgãos públicos responsáveis em assegurar o atendimento às crianças americanas com deficiência mental.

As influências norte-americanas podem ser vistas em vários momentos de nossa sociedade, inclusive na definição de políticas públicas voltadas à educação. A primeira Apae

brasileira, como já foi dito, foi criada por Beatrice Bemis, em 1954, em conjunto com pais e amigos de excepcionais.

Segundo Uhle (1992, p. 274), “a filantropia pode ser considerada a versão moderna da sociedade e o setor onde atua é o social”. A Apae, por ser filantrópica, precisou da ajuda da sociedade local para instalar-se e realizar seus objetivos, suas metas, a missão da caridade pública.

Em 1974, por atravessar um momento financeiro difícil, a Apae fez solicitações por intermédio de cartas a deputados e às fábricas locais pedindo contribuição. Em ata do dia 07 de maio de 1974, observa-se novamente que a Apae recebeu a visita do fisioterapeuta Richardson para realizar exames nas crianças e aproveitou para ensinar exercícios que deveriam ser feitos em cada uma delas. Ofereceu ainda treinamento aos funcionários capacitando-os, aconselhando-os, formulando conceitos básicos que trariam benefícios à Apae. Em seguida, realizou uma palestra aos pais sobre a importância da presença dos filhos nos atendimentos, e o valor dos serviços voluntários e da participação deles no cotidiano da Apae. Nesse mesmo ano, uma professora da Apae esteve em Belo Horizonte para fazer curso na área da Educação Especial e, embora a Apae tivesse em dificuldades financeiras, a direção arcou com as despesas. Em ata do dia 28 de Agosto de 1974, consta que a Apae enviou uma carta aos familiares de Helena Antipoff, por seu falecimento: “Estamos consternados com o ocorrido e sabemos da importância desta educadora para com a causa dos excepcionais no Brasil”.

Voltando a olhar para a Apae, as atividades relacionadas à semana da criança em 1974 foram feitas com a ajuda dos membros da diretoria e de doações por parte de pessoas da comunidade. De acordo com a ata de nº 33, escrita em outubro nesse ano, foram enviadas ao jornal da cidade (Folha Machadense) notícias sobre a Apae e pedidos à sociedade local referentes a apoio financeiro, a trabalhos voluntários, a parcerias e ao incentivo aos serviços realizados. A Semana do Excepcional, do referido ano, aconteceu com o intercâmbio cultural com outras Apaes e escolas do município, por meio de doações para os lanches e promoção de projetos, que foram desenvolvidas na área pedagógica. Durante a Semana do Excepcional, cada Apae faz sua programação, que acontece de acordo com sua realidade e situação financeira. Um dos objetivos é mostrar para a população onde se inserem os trabalhos que realizam, suas conquistas e suas necessidades. A Semana do Excepcional deve servir para alertar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência e para propiciar a realização de debates e de palestras sobre assuntos da área da educação especial.

FIGURA 4 – Aluno sendo atendido pela fisioterapia (1974)



Fonte: Arquivo de fotos da Apae - 1974

Tomando por base a foto encontrada nos arquivos e datada de 1974, percebe-se que as questões ligadas à ortopedia e à ginástica fizeram parte da educação especial e também da Apae. Indícios apontam que a Apae atendia, no início, cerca de 20 pessoas diariamente na área de fisioterapia o que contribuiu para a divulgação e a sensibilização da comunidade para a ampliação de seus recursos, do trabalho voluntário, das parcerias, das doações e dos convênios. Destaca-se, na foto, a posição da criança atendida. Segundo informações extraoficiais, esta era uma prática utilizada de vez em quando para ajudar na avaliação diagnóstica da área motora e aspectos voltados ao equilíbrio corporal. A duração era de poucos segundos e sempre acompanhada pela família.

Segundo dados contidos nessa mesma ata, o setor de fisioterapia iria permanecer funcionando no mês de janeiro, para pessoas da comunidade que, como de costume, procuravam o setor para tratamento, encaminhados por médicos da cidade, ou porque ficavam sabendo que a Apae realizava esse tipo de serviço sem cobrar. Se por um lado os atendimentos eram realizados dessa forma, por outro, a Apae se tornava conhecida pela comunidade local que passava a se interessar por seus serviços, ampliando, dessa maneira, seu número de voluntários. Desta maneira, a Apae divulgava suas ações e ressaltava a importância do seu trabalho com a comunidade.

Em 1975, a Apae assinou um convênio com o estado para recebimento de verbas para a reestruturação da rede física e para poder participar de uma reunião com várias Apaes em

Araxá/MG, para juntas traçarem objetivos comuns e conquistarem melhorias aos deficientes. De acordo com ata (de 22 de ago. 1972),

A viagem foi válida e a oficina da Apae de Araxá, era algo de causar impacto. Meninos e meninas trabalhavam com interesse vendendo os produtos com atenção, contabilizando com segurança surpreendendo as pessoas. A secretaria funcionava com dez elementos habilitados em trabalho permanente. A fisioterapia e o setor pedagógico eram orientados por técnicos especializados com cursos na área, o funcionamento acontecia como uma associação militante em perfeito andamento.

A viagem a Araxá trouxe novas perspectivas à Apae no setor de fisioterapia e na realização de atividades na área motora, trazendo sugestões para facilitar os atendimentos às pessoas com deficiências, que utilizavam do serviço.

Em 1976, fatos marcantes para a história da Apae e da Educação Especial aconteceram em Machado. De acordo com informações presentes em ata de nº 68, sobre reunião que ocorreu na sede da Apae no mês de agosto desse ano, a Apae participou de um desfile em comemoração ao aniversário da cidade no mês de setembro entre as demais escolas regulares, estaduais, particulares. Os alunos uniformizados foram acompanhados dos funcionários carregando faixas parabenizando Machado. Analisando o fato, percebe-se que a Apae pretendia, com a participação no desfile, divulgar seus trabalhos e entregar o deficiente à sociedade. Após o desfile, o número de voluntários cresceu assim como os elogios para com o trabalho desenvolvido em defesa dos direitos dos deficientes. No dia 28 de setembro, houve uma nova reunião para organizar um desfile de modas, no salão nobre da Faculdade, cedido pelo diretor, da época, Aécio Pereira Gonçalves. Com o auxílio da Prefeitura, foi montada uma passarela, decorada por funcionários da Apae e por lojas da cidade. Durante o desfile, foi servido um jantar aos participantes e convidados. Os manequins para o desfile foram da cidade de Poços de Caldas e, de acordo com dados da ata de nº 69, “a festividade ocorreu como o esperado, aceitação e apreciação, pois há muito a cidade não tinha visto um evento igual”. Em comentário sobre o desfile, Diva Vieira Barbosa, diretora da Apae, nesse período, diz:

Em termos econômicos o resultado não foi o esperado, mas não houve prejuízos. A propaganda que o nome da Apae consegue realizar tem nos animado bastante. Eventos dessa proporção torna o nome da Apae conhecido e para uma entidade filantrópica isto é muito válido.

É importante destacar que, desde sua fundação, a Apae procurou realizar movimentos a fim de conseguir dinheiro para ajudar pagar suas despesas.

Conforme ata de nº 70, a Apae foi reformada e teve duas salas ampliadas para melhorar o atendimento de seus alunos, que aumentavam consideravelmente. Ainda neste mesmo ano, no dia dois de agosto, a direção se reuniu com os membros da Apae para a realização de uma discussão sobre a possibilidade de criação de uma escola de Educação Especial. Após reuniões, em que foram observados desafios, necessidades bem como melhorias nos atendimentos, que seriam prestados aos alunos da Apae, em 1976, funda-se a Escola de Educação Especial que recebe o nome de Escola Hilda Nogueira da Gama em homenagem à esposa do doador do local onde foi construída a Apae, antes Lactário Hilda Nogueira da Gama.(ata nº 74). No início, a escola passou a receber alunos de escolas municipais e estaduais para serem trabalhados pedagogicamente e utilizarem os demais serviços prestados pela Apae como fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, atendimento médico etc.

Quanto à Escola de Educação Especial, a diretora Diva Vieira Barbosa afirmou:

Nossa escola de Ensino Especial passa para o índice das escolas machadenses com o nome de Hilda Nogueira da Gama, conseguida por Salomé Dias Moreira com a colaboração da Delegacia Regional de Ensino de Varginha/MG. Sabemos que a escola será de grande valia para a população e cidades vizinhas que também precisam desses serviços para que as pessoas com necessidades especiais possam aprender e ter uma educação especial.

A estadualização da escola se deu para o recebimento de subvenções, ampliações de convênios que pudessem contribuir com os serviços prestados aos alunos com deficiência que utilizavam seus serviços.

Segundo Rebello (2006, p. 970),

Em julho de 1976 a entidade assistencial, o Estado e o município firmaram convênio para criação, nas dependências daquelas, de uma escola especial para alunos com dificuldade de aprendizagem. Em outubro do ano seguinte o Estado autorizou seu funcionamento. Contrataram-se para trabalhar nela as professoras Mirtes Barbosa de Oliveira e Terezinha Domingues, sob direção da voluntária Maria Salomé Dias Moreira. Esta permaneceu na chefia por dois anos aproximadamente, sendo substituída por Mirtes Barbosa de Oliveira. Ainda na segunda metade da década de setenta lá lecionaram pagas pelo município, Delma Rebelo Vieira e Raquel Alves Pereira. A estadualização da escola especial teve desfecho favorável com a resolução 1.074/88 do CEE, que aprovou sua transformação na Escola Estadual de Educação Especial Nogueira da Gama, anexa à Apae, ela passou a funcionar como tal de 22 de junho de 1989. Manteve o nome do antigo lactário, cujo prédio fora

doado para a Apae. Tal nome constituiu homenagem à esposa do senador Camilo Nogueira da Gama, patrono e principal financiador daquele.

Antes de seu funcionamento, esteve presente, no local, a inspetora em exercício Francisca Silva Vieira (Machado, MASP 813556, documento de 28 de novembro de 1988) para efetuar a verificação das dependências da escola e, segundo relatório, *in loco* (1988).

A estrutura do local é funcional, excelente e propicia condições para o perfeito desenvolvimento físico e psíquico das crianças excepcionais. Considerando os dados autorizo o funcionamento da Escola Estadual de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama de 1º grau de 1ª a 4ª série.

De acordo com o Regimento Interno (out. 2001),

O terreno e prédio principal da Apae foi doado pelo Lactário “Hilda Nogueira da Gama”, entidade civil, caritativo com personalidade jurídica, sediado em Machado, na rua Santos Silva, nº 15, inscrito no CGC nº 22.230.080/0001-4, representado por seu presidente Mauro Moreira Guerra. A área total doada para a Apae é de 2.760 m², fazendo esquina com a Rua 15 de novembro e pelos fundos com a rua Cel. Pio de Souza Dias

Para receber matrículas (1976), a direção pediu ajuda à rádio local, ao jornal Folha Machadense, realizou missa em ação de graças e organizou documentos referentes à legislação educacional, ao Projeto Político Pedagógico, ao currículo contando com atividades diversificadas e de acordo com o currículo básico comum, objetivando desenvolver as potencialidades dos educandos de Machado e de cidades vizinhas. Os alunos chegavam à escola encaminhados pelas demais escolas estaduais, tanto da zona urbana como rural.

Segundo Relatório (1976), os alunos passavam por uma triagem, acompanhados por pais ou familiares e por uma avaliação diagnóstica para identificar o tipo de atendimento que deveriam ter. Os alunos em geral, conforme a mesma fonte, possuíam dificuldades de aprendizagem, hiperatividade, distúrbios emocionais, problemas sociais e familiares. As salas comportavam até 12 alunos. Segundo dados contidos no mesmo relatório, as práticas pedagógicas levavam em conta o grau de especificidade dos alunos, a faixa etária, as orientações e intervenções de natureza clínica e pedagógica subordinada ao cumprimento das metas educativas previstas no projeto político pedagógico.

A Escola Hilda Nogueira da Gama acompanhava o calendário das escolas regulares e possuía uma direção separada da Apae. Sua primeira diretora foi a professora Mirtes Barbosa de Oliveira, por indicação.

A história da Apae está ligada à da Escola Hilda Nogueira da Gama, pelo fato de as duas terem sido criadas para atender alunos com necessidades educacionais específicas e por acreditarem na causa dos deficientes. Então, por qual motivo se separaram? A resposta poderá ser observada no capítulo que segue.

3.1 A TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE APAES MINEIRAS E A ESTADUALIZAÇÃO DA ESCOLA HILDA NOGUEIRA DA GAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (1977-1993)

Em 1977, a Apae, pela primeira vez enviou à comunidade, aos voluntários, aos sócios e aos contribuintes mensagens natalinas e informes sobre seus avanços, conquistas e necessidades, um meio de prestar contas e solicitar novas ajudas devido aos problemas financeiros que cresciam a todo tempo, no que se refere à estrutura física e à contratação de pessoal. A educação especial no Brasil, em toda a sua história, deixa claro que o Estado se afastou em relação à educação dos deficientes. Assim, foi capaz de transferir sua responsabilidade para o setor privado e, principalmente, para as instituições privadas, como é o caso da Apae.

Outas Apaes do Brasil também se valeram, como pode ser observado em documentos de 1976, do recurso de procurar envolver a sociedade, por meio de correspondências, nas suas causas. , conforme pode ser constatado a seguir:

Jundiaí, 26 de dezembro de 1977.

Ilmo. Sr. Presidente da Apae de Machado.

Tenho a satisfação de comunicar ao digno presidente dessa Apae que assumi, a convite do sr. Presidente da Federação Nacional das Apaes, Dr. José Cândido Mães Borba, a direção – Editor chefe – da revista trimestral “Mensagem-Apae”.

É um serviço que ofereço à causa, esperando poder atender as necessidades de comunicação e de orientação para a causa que reclama de nós todos muito amor.

Estou solicitando ao prezado companheiro que indique um elemento dessa Apae para nos transmitir e sendo possível com fotografias, e regularmente, notícias e acontecimentos de sua entidade, a fim de podermos fazer a sua divulgação na revista.

Toda a correspondência destinada à revista deve ser endereçada para:

Guilherme Enfeldt

Editor chefe da Revista “Mensagem-Apae”

Caixa Postal nº 173

13.200 – Jundiaí – SP

Para contato direto: sede da Associação Jundiense de Pais e Amigos dos Excepcionais. Rua Dr. Francisco Telles, 475 – Telefones: 431-1204 e 434-6374.

A próxima edição da revista é no mês de março/78.

E se não recebeu ainda ou se ocorrer falha na remessa, deverá dirigir-se à Federação Nacional das Apaes, em Brasília, DF.

Atenciosamente,
Guilherme Enfeldt.

Jornalista profissional sindicalizado, carteira de trabalho nº 377.658 serie 30ª Reg. Prof. 1094 – MTIC – E. S. Paulo e Presidente reeleito para o exercício de 1978 da Associação Jundiense de Pais e Amigos dos Excepcionais (Correspondência de dez de 1977).

Como a Apae Machado havia sido fundada há mais tempo, outras Apaes, da região, entraram em contato, pedindo informações a respeito de como poderiam se organizar para trilhar o mesmo caminho e fundar uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em suas cidades. É o que pode ser levado em conta por meio desta carta.

Divinópolis, 27 de outubro de 1977

APAE de Machado
Rua Santos da Silva
Machado

Senhor Diretor,

Estamos dando os primeiros passos para conseguirmos uma Escola para crianças excepcionais surdas, em Divinópolis.

Cientes da grande experiência que possuem sobre o assunto, gostaríamos se possível, receber informações sobre as primeiras providências a serem tomadas quanto:

- ao material e aparelhagem indispensáveis
- onde e como consegui-los
- habilitação de professores
- treinamento dos mesmos
- locais e épocas dos cursos de habilitação
- meios para se conseguir estes cursos
- métodos usados, para a aprendizagem dessas crianças.

Qualquer outra informação que puder nos fornecer sobre esta escola, será de grande valia.

Contando com sua colaboração, aguardamos sua resposta no seguinte endereço:

Lecy Siqueira Penido
Rua Pernambuco, 1312
Divinópolis

Antecipamos agradecimentos,
Cordialmente,
Lecy Siqueira Penido

Acredita-se que a socialização de ideias incentivaram novas aprendizagens e práticas de participação social, além do fortalecimento da causa do deficiente, embora cada lugar tivesse suas particularidades, seus problemas, suas propostas de trabalho. O movimento

apaeano, em Machado, foi capaz de dialogar com outras Apaes, visando à defesa dos direitos do deficiente na sociedade.

Em 1978, a Apae adquiriu a Kombi, que há anos pensava ter para transporte de alunos, pois muitos deles faltavam aos atendimentos por não poderem se locomover e pela falta de condução. O transporte era ainda utilizado para recolhimento de doações, para viagens, para serviços temporários, para visitas às casas de alunos, para situações emergenciais. Nesse mesmo ano e com base nas trocas de experiências com outras Apaes, a Apae de Machado criou seu organograma em caráter experimental que, de acordo com a ata de nº 86 (fev./78), foi assim dividido: diretoria, coordenadoria, escola, setor de fisioterapia (ginástica) e o setor de alimentação. Não foi possível perceber, nas fontes documentais, dados que comprovassem se o organograma citado permaneceu como sendo oficial, embora se saiba que a divisão de trabalhos por setores pode facilitar a organização do ambiente, direcionar melhor os serviços e permitir clareza técnica e administrativa. O que se precisa compreender é que, embora houvesse a divisão de setores, todos os envolvidos na causa do deficiente deveriam fazer o melhor possível para possibilitar a integração nas ações e na definição nas propostas de trabalho.

Os funcionários, nesse ano, realizaram, em forma de mutirão, por conta própria, pinturas nas mesas, nas cadeiras e nos armários para deixar o ambiente prazeroso e higiênico (RELATÓRIO, 1978).

Nesse período, a Apae atendia cerca de 96 alunos, incluindo zona rural, urbana e cidades vizinhas. As deficiências presentes neste período eram deficiências físicas, deficiência mental leve, alguns casos de deficiências múltiplas e de aprendizagem. Inicia-se o trabalho de uma oficina em que os alunos fabricavam caixas de papelão. De acordo com o Relatório, de 1978, a ideia surgiu da necessidade em manter os alunos ocupados e trabalhar suas habilidades, competências e o início de colocação no trabalho. Esta etapa propicia as condições necessárias para o ingresso na etapa profissionalizante e oferece vivência em atividades práticas de trabalho que revelarão potencialidades (PROJETO ÁGUIA, 1988).

Sabe-se que a educação para o trabalho é capaz de promover a pessoa humana e tirá-la da exclusão. Além do que a defesa dos direitos implica um processo de formação, de crescimento e de desenvolvimento. A colocação no trabalho não acontece de uma hora para outra, mas através de etapas: preparação para o trabalho, qualificação para o trabalho e colocação no trabalho (FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, 1998).

Os trabalhos realizados na oficina aconteciam no extraturno e foram expostos para a comunidade, e quando vendidos, o dinheiro foi utilizado na compra de materiais para novas

confeções. O que, no início, foi um desafio, tanto pelo financeiro como pelas peculiaridades dos alunos (Ata, set. 1978), acarretou resultados positivos e a oficina profissionalizante passou a fazer parte do dia a dia da Apae.

A educação profissionalizante das pessoas com deficiência requer refletir sobre as condições possíveis de inseri-los no mercado de trabalho, porém, antes disso, deve-se observar as possibilidades reais do aluno quanto ao trabalho, à comunidade, à família e à obtenção de dados que lhes possibilite a real inclusão.

Isso não é tarefa fácil, devido à forma como o deficiente é visto pela sociedade. Segundo as fontes pesquisadas, na Apae, o foco do trabalho profissionalizante, no início, esteve voltado mais a uma abordagem terapêutica, para ajudar na socialização e na convivência diária, e, mais tarde, à inserção dos alunos no mercado de trabalho, quando, apesar de suas limitações, eram preparados para ocupar determinada função na sociedade onde estão incluídos.

Nos arquivos, chamou a atenção, o diário de uma professora datado do ano de 1978, contendo os nomes de 13 alunos com idades variando entre 7 a 15 anos. Sete desses alunos eram do sexo masculino e seis, do sexo feminino. De acordo com dados encontrados, os alunos foram classificados como sendo 8 deficientes mentais leves e 5 deficientes mentais moderados. A deficiência mental de acordo com DSM – IV 1994:

[...] tem um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais, relacionamento interpessoal, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança.

A deficiência mental é caracterizada por registrar um funcionamento intelectual significativo abaixo da média, vindo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em oferecer respostas adequadas às situações que acontecem no âmbito social dentro dos aspectos, a seguir: habilidades pessoais, desempenho familiar e no contexto onde está inserido (comunidade, comunicação, cuidados com o próprio corpo e habilidades sociais, trabalho, situações de lazer e desempenho na escola (BRASIL, 1994, p. 15). Sabe-se que o deficiente mental leve possui QI entre 50 e 70, são alfabetizáveis, possuem autocuidado e independência nas atividades de AVD (Atividades da vida diária). Já o deficiente mental moderado, tem QI entre 33 a 44, apresenta dificuldades para aprender a ler, escrever e semi-

independência nas atividades da vida diária e nas questões que se referem o trabalho, segundo o Manual Estatístico dos Transtornos Mentais, DSM IV, 1994.

Em se tratando da turma analisada, nota-se que esta foi dividida em 2 grupos, os leves e os moderados, o que não deve ter sido fácil para a professora, pois juntos precisaram de acompanhamento psicopedagógico especializado, de metodologia de ensino adequada, de assistência individualizada e, acima de tudo, de respeito em suas limitações e desempenho.

Foi observado, na mesma fonte, que os alunos eram assíduos o que pode ser notado pela frequência diária. Os conteúdos trabalhados e adaptados, de acordo com as especificidades da sala, foram: comunicação, matemática, ciências, estudos sociais, religião, sendo estas matérias do currículo básico comum. Não foi possível analisar o que foi trabalhado em cada disciplina porque esses dados estariam registrados no caderno de planos da professora, o qual não foi encontrado nos arquivos por ser documento pessoal.

Nota-se, por meio desses dados, que, na divisão destes conteúdos, não se menciona o tipo de prática ensinada como preparação para a inserção no mercado de trabalho. Neste caso, o currículo deve privilegiar competências e habilidades enfatizando a formação do sujeito trabalhador e levar em conta a inclusão social do aluno, caso contrário é tido como exclusão.

Dados presentes evidenciaram que os alunos recebiam nota pelos seus desempenhos variando entre 4 a 9 pontos divididos em avaliação diagnóstica, avaliação contínua, participação em sala, comportamento e atividades extraclasse. As propostas de avaliação estão presentes em todas as escolas e, na escola especial, isso não é diferente e não deve ser usado apenas para critério de notas, mas para ver em quê o aluno precisa aprender.

Nesse caso, embora os alunos da pesquisa tenham recebido notas, percebe-se que a professora utilizou vários critérios de avaliação.

Em 1979, ocorreu, nas dependências da Apae, no dia 23 de maio, de acordo com a Ata de nº 98, “uma reunião extraordinária para realização da nomeação da secretária Maria Regina Carvalho de Almeida, em substituição a Marieta Baldan Soares, que por motivos pessoais pediu exoneração do cargo”. Nos dados contidos nas fontes, que se referiam à década de 1980, apareceram alguns grifos, isso pode ser pela importância dos fatos ocorridos nesse período para a educação especial e, por isso, a pesquisa traz dados a esse respeito.

A década de 1980 foi marcada por inúmeras lutas sociais realizadas pela população marginalizada e excluída, nesse sentido, houve inúmeras mobilizações para a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência.. É o que se pode observar na Constituição de 1988, em seu artigo 208, quando se elenca os deveres do Estado para com a educação,

garantindo o atendimento especializado às pessoas com deficiência “preferencialmente na rede regular de ensino”.

Merecem destaques acontecimentos ocorridos na Apae, de acordo com os documentos: Ata nº 99 (novembro 1980), Reunião do Conselho Diretivo na sede da Apae para a reeleição de sua diretoria. Presidente Itamar Silva; vice-presidente Virginia M Chistófaró Silva; secretária Maria Regina de Almeida; vice-secretária Isa Lima Rodrigues; tesoureira Gilca Maria Almeida Costa; vice-tesoureira Lourdes Magalhães; diretora interna Sara Carvalho Fernandes, para um mandato de dois anos.

Em 1981, a Apae discutiu a possibilidade de funcionar em semi-internato, com aulas de manhã e serviço profissionalizante à tarde como artes, corte e costura, trabalhos manuais, modelagem em argila, culinária, fábrica de caixas e a possibilidade de montar uma creche de 0 a 3 anos. A creche foi um pedido dos pais que não tinham com quem deixar os filhos e precisavam de um local. Segundo a Ata nº 100 (novembro 1982), ocorreu uma reunião do conselho diretivo para a eleição do presidente da Apae e de seu vice-presidente, assim como a eleição dos demais membros da diretoria. Foram eleitos para presidente José Rezende Lara e para vice-presidente Dirceu Swerts Costa.

Na ata de nº 103 (realizada no dia 29 de novembro 1986), verifica-se a prorrogação do diretor, que havia administrado a Apae, no mandato anterior, José Rezende Lara, e de todos os outros membros.

Destaca-se, nas fontes do ano de 1980, que ocorreu uma reunião extraordinária, no dia 24 de fevereiro de 1987, na sede do Rotary Clube de Machado, com as seguintes pessoas da sociedade machadense de diversas áreas entre professores, advogados: José Rezende Lara, Gilca Maria Almeida Costa, Mirtes Barbosa de Oliveira, Isa Lima Rodrigues, Lourdes Loreto Magalhães, Maria Regina Carneiro de Almeida, Antônio Carlos Fernandes, Sebastião Tardioli, Jorge Vítor Trindade de Oliveira, Marcos Reis Pereira, Paulo Roberto Conti Neves, Carlos Kennedy Costa Leite e José Wanderley de Almeida para nova eleição da diretoria para o período de 1987 até 10 de março de 1989. A aprovação aconteceu e foram eleitos por aclamação para preenchimento do cargo: presidente, o Sr. Antônio Carlos Fernandes; vice-presidente Sebastião Tardioli; secretário Jorge Vítor Trindade; 2º secretário, Marcos Reis Pereira; tesoureiro Paulo Roberto Conti Neves; e 2º tesoureiro Kennedy Costa Leite. Evidencia-se a ligação da APAE com o Rotary Clube. Reforça-se por meio dos documentos a influência americana na APAE. Segundo Uhle (1992, p. 276):

O Rotary é de procedência americana, é marcado pela moral protestante, defensor do valor do trabalho, da ascensão pelo mérito de uma vida ascética. Nos primeiros tempos de atuação no Brasil, o Rotary manteve obras semelhantes àquelas das Irmandades de origem portuguesa. Todavia, os interesses típicos do grupo social que compõe as fileiras do Rotary (empresários e profissionais liberais), comprometidos com a expansão e aprofundamento do capitalismo, levam-no a priorizar a filantropia em relação a caridade. A ação do Rotary na área da filantropia tem sido no sentido de criar ou apoiar os diversos tipos de instituição encarregadas de confinar ou reeducar os marginalizados. Assim a filantropia desempenha sua dupla função na sociedade: busca “normalizar” a situação dos marginalizados, fruto da exploração e das desigualdades sociais, confinando-os a pretexto de assisti-los; retirando-os das ruas e espaços livres para não só esconder os efeitos da nova ordem social, como também para preservá-la. Paralelamente, para os empresários ricos que fazem filantropia, esta serve como mecanismo para legitimar o lucro e a exploração da atividade empresarial e acrescenta ao filantropo o mérito de protetor dos pobres. Nos primeiros tempos de funcionamento do clube, os rotarianos demonstravam vontade de tratar os problemas dos setores marginalizados no seu conjunto, o que se concretiza em propostas dos clubes de São Paulo e Rio de Janeiro.

Não foi possível constatar o motivo da reunião ter sido realizada na sede do Rotary Clube, e não nas dependências da APAE, como de costume. Indícios levam a crer que foi devido à atuação de ambos na mesma causa, os pobres e os desvalidos que precisavam de ajuda na cidade de Machado. É notório, segundo proposta do Clube, que os rotarianos sempre estiveram envolvidos diretamente em propostas e obras educacionais voltadas ao atendimento do pobre (UHLE, 1992, p. 279).

Para além da caridade e da filantropia dos rotarianos existe a intenção tática que é manter a ordem e a disciplina, oferecer apoio em busca da harmonia social e controlar as emoções. A caridade neste caso é usada pelos ricos como atributo para se alavancar a ordem e a grandeza da nação, fatores capazes de assegurar a felicidade de cada um, na imensidão do todo. Tanto a Apae quanto o Rotary de Machado, em sua maioria, são formados por pessoas tidas como da elite local como: médicos, advogados, cafeicultores, donos de empresas, lojas, fazendeiros, freira, padre, políticos etc .

Verifica-se na ata do dia 24 de setembro 1987, que a APAE recebeu uma verba do CENESP, na quantia de CZ\$ 315.000,00 para serem aplicados com “urgência” no prédio, na pintura, na troca de portas, janelas etc. O CENESP foi responsável por oferecer assessoria às escolas especiais bem como recursos financeiros e humanos às secretarias de Educação Estaduais para auxiliar na criação de escolas especiais.

Em 1987, a Escola Hilda Nogueira da Gama, que funcionava com autorização, se estadualiza oficialmente, segundo o jornal Flor do Aprender (2000, ago./set p. 1 nº 5, 1987):

Na diretoria de Antônio Carlos Fernandes (presidente) e Sebastião Tardioli (vice), um fato novo entra para a história da Apae: início do processo de estadualização da

parte pedagógica da entidade datada do ano específico de 1987. Finalizada a gestão de Antônio Carlos Fernandes e Sebastião Tardioli a diretoria empossada passa a constar como os nomes de Rosaura Magalhães Dias (presidente), João Antônio da Costa Neto (vice-presidente), Gilca Maria Almeida Costa, José Eduardo Mansur de Freitas, Jorge Vítor Trindade e Aduino Simoni Pereira que acabam por estabelecer a definitiva estadualização da parte pedagógica – conforme Resolução do Conselho Estadual de Educação nº 1074/88 que fora publicado no Jornal Oficial Minas Gerais em 13 de setembro de 1988, com o nome de Escola Estadual de Educação Especial “Hilda Nogueira da Gama”. Com este fato surgem novas histórias e continua-se a história da Apae e inicia-se a história da Escola Estadual (Ata de dez 1987).

O Presidente Antonio Carlos Fernandes, em reunião, de acordo com a ata nº 107, que se realizou em setembro de 1987 disse a todos os presentes pais, professores demais membros da diretoria:

A Escola Hilda Nogueira da Gama se estadualiza, mais um passo para a Apae e aqueles que acreditam na causa dos portadores de necessidades especiais, mais uma etapa vencida, muitos trabalhos virão. Vamos enviar ofício às pessoas que nos ajudaram para que a estadualização ocorresse principalmente ao Sr. Rubens Garcia, deputado machadense que muito se empenhou nesta ação.

A estadualização da escola Hilda Nogueira da Gama ocorreu para ampliar as oportunidades dos serviços e acesso à educação das pessoas com necessidades educacionais específicas por meio de convênios com o estado que enviava à Apae professores para atuarem em sala de aula.

A escola Hilda Nogueira da Gama passou a se chamar Escola Estadual de Ensino Especial Hilda Nogueira da Gama e nesse sentido, ampliou as oportunidades de acesso à educação para as pessoas com necessidades educacionais específicas, fortalecendo seus direitos e valorizando-os como cidadãos.

O ano de 1988 foi visto pelos fundadores da Apae, diretores e todos os demais envolvidos na causa dos deficientes de Machado, como sendo um ano de muito trabalho mas ao mesmo tempo de mudanças. Com a estadualização que acabara de ocorrer, a responsabilidade de suas ações aumentaram. Tinham contas a prestar com os órgãos responsáveis como Delegacia Regional de Ensino e também à sociedade. A década de oitenta, para contextualizar a pesquisa, foi muito significativa para a educação especial e as políticas públicas foram pautadas em ideias democráticas. A Constituição Federal foi criada nesse ano e passou a ser conhecida como lei cidadã e liberal.

A educação é direito social de todo brasileiro, garantido pelo Estado, assim como “a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à

infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Capítulo II, artigo 6º). Esse direito é reforçado ainda pelo artigo 203, inciso III, quando aborda “a promoção da integração ao mercado de trabalho” e pelo inciso IV, no qual são destacadas, dentre os objetivos da assistência social, “a habilidade e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária” (APAE EDUCADORA, 2001).

Em seu artigo 208, inciso III, fica pela primeira vez declarada numa Constituição Brasileira, a garantia do “atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência de preferência na rede regular de ensino”. Sanciona-se a lei 7853 de 1989, que dispõe sobre o apoio oferecido às pessoas com deficiência, reafirmando legalmente a oferta obrigatória e gratuita de educação especial em escolas públicas regulares. O artigo 213 regulamenta a aplicação dos recursos públicos financeiros, enfatizando que eles serão “destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, a serem definidas em lei” (APAE EDUCADORA, 2001).

Em análise realizada por meio do documento de nº 167 110 (ata do dia 6/4/89) foram eleitos para a direção da Apae, em turnos, que dispõe seu estatuto as seguintes pessoas da comunidade machadense: Presidente Rosaura Magalhães Dias; vice-presidente João Antônio da Costa Neto; primeiro tesoureiro Gilca Maria Almeida Costa; segundo tesoureiro José Eduardo Mansur de Freitas; primeiro secretário Jorge Vitor Trindade Oliveira; segundo secretário Adalto Simoni Pereira.

Nos anos 1990, percebe-se mudança no discurso da educação no Brasil e no âmbito da educação especializada. As propostas são pautadas na inclusão, significando um marco na Educação Especial. (UNESCO 1990).

Em 1990, a Apae tinha uma verba de NCZ\$3.126,00 na poupança, em caixa NCZ\$ 4.118,00, resultado de doações, de rifas, de parcerias, de carnês dos sócios contribuintes, de mensalidades doadas por pessoas da comunidade (ata de nº 112).

Ainda em 1990 (ata do dia 7 de agosto tendo nº 112), pode-se verificar que aconteceu nas dependências da Apae e na Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama uma reunião que foi presidida pela presidente Rosaura Magalhães Dias. O primeiro assunto abordado foi sobre a permanência de professores estaduais na Apae em forma de convênio.

Na década de 1990, entram para a história da Apae nomes de pessoas ligadas à diretoria e/ou colaboradores: Marco Antônio Vilela de Queiroz, José Marcos Vieira Dias, Renato Swerts Carneiro Dias, José Lindolfo Vieira Dias, Aldinorah Garcia de Queiroz. Nessa

época, o feito de grande valia foi a construção do ambulatório Íris Westin com apoio do então Prefeito Municipal José Carlos Vilela.

As escolas Hilda Nogueira da Gama e Apae objetivavam a formação necessária ao desenvolvimento das potencialidades como elemento de autorregulação, qualificação para o trabalho e preparação para o exercício consciente da cidadania, baseadas na ideia de inclusão (RELATÓRIO 1990).

Nesse período, ainda acontecem a segunda e a terceira Olimpíada Regional Especial, e a Apae, por ser se sagrada campeã, ganhou seu “passaporte” para participar da XI e XII Olimpíada Estadual Especial, quando se destacou, recebendo medalhas e títulos. Com a participação da XII Olimpíada Estadual Especial na cidade de Leopoldina, ocorre a convocação da aluna Cristiane Maria de Melo (campeã estadual de tênis de mesa) para compor a delegação do estado de Minas Gerais no campeonato brasileiro de tênis de mesa promovido pela Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais (ABDEM) nos dias 31 de agosto a 03 de setembro de 2000, na cidade paulista de São Vicente (Ata de 6 de set. 1990).

Nesse ano, a Apae voltou com o oferecimento do serviço de fisioterapia para adultos com convênio estabelecido entre a Apae e a Pastoral do Dízimo – Católico Apostólico Romano, fazendo um total de cerca de quarenta atendimentos por semana, sem nenhum ônus para os atendidos.

De acordo com indícios, em 1990 o trabalho de voluntários e o clube de mães foi fortalecido, a fim de ampliar a parceria entre escola e família.

FIGURA 5 – Clube de Mães Voluntárias – 1990



Fonte:Arquivo de Fotos da Apae - 1990

Observa-se, na figura, a participação da família na Apae, por meio do clube de mães voluntárias, ou seja, nesse clube, atuavam mães de alunos que estavam estudando na Apae e mulheres da sociedade que, uma vez por semana, realizavam trabalhos voluntários como confecção de panos de pratos, toalhas, pinturas. Os trabalhos eram vendidos e o dinheiro era revertido à Apae para ajudar no custeio de despesas.

Durante o trabalho realizado pelas mães, aconteciam trocas de experiências e mais que isso, o fortalecimento e parcerias do trabalho realizado entre família e Apae.

Sabe-se que a atuação da família no dia a dia da escola contribui com a interação entre aluno e professor, nas atitudes e na aprendizagem. Embora, algumas vezes, ocorram conflitos, por conta das realidades diferentes dos alunos, a aproximação da família com as práticas e com os atendimentos trazem benefícios para todos os envolvidos, Cabe à escola administrar essas eventuais divergências.

Para a Federação Nacional das Apaes (Projeto Águia, ciclo de debates), é preciso envolver os pais nas ações da Apae (1998, p. 27):

Quanto às estratégias, podem ser as mais variadas possíveis: lanches, jogos recreativos, passeios, campeonatos esportivos, clubes de mães, palestras e cursos sobre temas de interesse dos pais. Qualquer estratégia, dependendo da região e da cultura, é válida. Não podemos nos esquecer que a família é um subsistema da comunidade e como tal ambas estão em constante interação, sofrendo e exercendo influências mútuas. Essa dinâmica existente entre famílias e comunidades, se bem trabalhadas pelas instituições pode-se constituir em poderosa força de mobilização. É importante que cada dirigente de Apae e os profissionais envolvidos considerem cada família como um possível agente modificador de atitudes e valores da

comunidade em relação aos portadores de deficiências. Somente assim, poderemos atingir a tão sonhada sociedade inclusiva, já que a inclusão dos portadores de necessidades especiais se inicia na família, núcleo social primário e principal responsável pela nossa formação como cidadãos.

No Relatório das Atividades da Apae de Machado, no ano de 1990, a Apae estava,

Funcionando com uma equipe técnica formada por: 2 médicos, 1 psicóloga, 1 fonoaudióloga e uma terapeuta ocupacional, atendendo 105 crianças subvencionadas pela LBA com deficiências diversas;

Contamos com uma sala de fisioterapia e na escola estadual de ensino especializado estudam 120 crianças;

É fornecida às crianças uma sopa para reforçar a alimentação feita em casa;

Comemoramos em agosto, a Semana do Excepcional com festividades e lanches doados pela comunidade;

Em setembro comemorou-se o dia da Pátria (07/09) com participação no desfile;

Na semana do aniversário da cidade (13/09) houve uma exposição agropecuária onde funcionou a 1ª Feira de Artesanato e Manufaturados de Machado, da qual participamos com trabalhos feitos em nossa oficina;

Na mesma exposição, foi montada uma barraca, para angariar fundos a qual contou com a colaboração de todos os funcionários e diretores;

Deficientes adultos da comunidade utilizam os aparelhos da fisioterapia para exercícios, quando os mesmos estão livres;

Foram iniciadas as obras de terraplanagem e construção de ambulatório e quadra de esportes no fim do ano, aproveitando as férias escolares;

Todos os serviços prestados pela Apae são gratuitos.

Pode-se observar, por intermédio do mesmo relatório, a importância dada à equipe multidisciplinar, a qual ganhou cada vez mais espaço em muitas escolas de educação especial, assumindo em alguns momentos o lugar do professor. Na Apae, isso não foi diferente, os técnicos participavam de reuniões pedagógicas seja no repasse de informações sobre as deficiências ensinando como agir em determinados momentos, em diagnósticos, seja ajudando nas construções do Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI), .

Por meio de dados contidos no Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI), pode-se levar em conta dados pessoais do aluno e da família, aspectos cognitivos, sociais, afetivos, comunicacionais, motores, habilidades e competências, disciplinas pedagógicas. O PDI é reformulado sempre que houver alterações relativas ao trabalho realizado com o aluno. É um documento disponibilizado pela Apae quando o aluno é incluído, ou muda de cidade a fim de que a escola inclusora possa se orientar a princípio pelas informações contidas no PDI. Porém, os dados do PDI não devem servir para rotular ou criar uma ideia pronta do aluno, mas servir de base para práticas pedagógicas, atendimentos e orientações.

A Apae, em 1990, implantou um programa de bolsa de trabalho para os alunos da oficina, maiores de 14 anos, com condições de fazer estágios e de prestar serviços, recebendo

um valor financeiro durante 8 meses. O projeto contou com apoio da equipe clínica e do serviço pedagógico.

Também em 1990, a Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama passou a ter sua caixa escolar denominada de Caixa Escolar Lourdes Loreto Magalhães. No ano de 1991, entra para a história da Apae a eleição da nova diretoria, tendo como presidente Marco Antonio Vilela de Queiroz; primeiro secretário Jorge Vitor Trindade de Oliveira; segundo secretário Renato Swerts Carneiro Dias; primeira tesoureira Gilca Maria Almeida Costa; segundo tesoureiro José Lindolfo Vieira Dias. A eleição foi realizada no dia onze de abril (ata nº 115).

Em 1992, os funcionários da Apae e da Escola Hilda Nogueira da Gama comemoram a compra de uma Kombi, cujo valor foi doado à Apae pelo Pró-Vida. As comemorações foram realizadas com almoço festivo.

Em agradecimento foi feito, em frente à Apae, um pôster fotográfico da direção, dos funcionários, dos alunos da Apae, e levado em mãos pela presidente da época à Pró-Vida em São Paulo.

FIGURA 6 – Kombi doada pelo Pró-Vida – 1993



Fonte: Arquivo de fotos da Apae - 1993

Em 1993, reuniram-se membros da diretoria da Apae, no dia 27 de maio, segundo a ata nº 19, para resolverem inúmeras situações como o pedido de demissão do Sr Jorge Vitor Trindade, membro da diretoria e de sua esposa Mirtes Barbosa Oliveira. No mesmo documento, verifica-se que a diretoria da Apae se preocupou em informar à sociedade machadense sobre seus problemas, suas necessidades financeiras, mas também os avanços, pois queria que todos ficassem por dentro da situação e pudesse de alguma forma ajudá-la a

favorecer os direitos da pessoa com deficiência de ser atendida (educação, saúde). Assim, utilizou a Rádio Difusora de Machado para falar e ser ouvida por toda a população. A psicóloga Maria José Domingues aproveitou o momento e falou sobre preconceito, o qual, infelizmente, sempre ocorreu em relação aos excepcionais. Essa fala ajudou a minimizar os equívocos relacionados aos deficientes.

Em 1993, ocorreu a colocação de telas na quadra esportiva, a compra de material odontológico e a contratação de dois dentistas e de um assistente. A oficina pedagógica recebeu materiais como tinta, cola, caixas de madeiras, vidros. O almoço de todos os alunos foi servido também para os pais que acompanhavam os filhos; “deixou de ser sopa para ser comida” em seguida, foi servida uma sobremesa. Os banheiros foram reformados, assim como a seção de fisioterapia. Em 1993, a diretora, Aldinorah Garcia de Queiroz, (ata de nº 119 do dia 17/05/1993) reuniu os funcionários e demais pessoas interessadas aos fatos ligados à Apae e relatou,

A Apae recebeu do Pró-Vida uma ajuda para reconstrução do telhado, recebimento da Kombi, também doada pelo Pró-Vida, aquisição de uma cama flexível para os deficientes físicos, confecção de lenços personalizados e em seguida vendidos, campanha do lixo reciclável, participação da Apae no Parque de Exposição de Machado, contratação da Assistente Social, mutirão com pais de alunos para murar a escola.

Investigar a História da Apae, em Machado, leva a perceber que ela tentou fazer sua parte e procurou ajuda para manter-se e às pessoas com deficiência. Os anos 1990 foram considerados muito bons para todos que trabalhavam na Apae e na Escola Estadual de Educação Especial, porque a presidente era presente, atenciosa com todos que a procuravam. A ata de nº 121, reproduz, na despedida de seu mandato, as suas palavras: “obrigada pela ajuda de todos, uma andorinha só não faz verão. Estar à frente da Apae foi para mim uma lição de vida. A criança excepcional merece e precisa de nossa colaboração”. Nessa reunião estavam presentes, para agradecer Aldinorah Garcia, que deixava o cargo e para eleger a nova diretoria, autoridades, pais, professores, voluntários e demais membros de conselhos da Apae.

Em 1994, a direção da Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama estava a cargo de Márcio Moterani Swerts e Rosana Aparecida Moura. A direção permaneceu por dois mandatos consecutivos levando a Escola a se destacar no município, na região e no Estado. Também foram organizados vários eventos que propiciaram o crescimento indiscutível da escola, tornando-a ponto de referência para as demais. Trabalhando com os ideais de “inclusão”, implantou o Programa Bolsa de Trabalho e o projeto Trabalhadores Especiais, por

meio do qual os alunos puderam ser inseridos no mercado de trabalho (JORNAL FLOR DO APRENDER, ago/set. 2000).

No ano de 1995, segundo ata de nº 149, do mês de fevereiro, a direção da Apae convocou demais membros para resolverem juntos algumas situações da instituição como a ampliação de duas salas de aula para atendimento confortável do excepcional, com a adequação do espaço físico. Em 1996, de acordo com ata nº 150 do mês de dezembro, a mãe de um aluno excepcional, cujo nome não consta dos registros, pediu a palavra durante a reunião e disse que “os pais deveriam participar das reuniões com mais frequência para não se sentirem omissos e dessa forma poderem ajudar a instituição e não somente cobrar explicações sobre sua forma de atuar”. A direção disse que a Apae estava aberta para recebê-los e que a presença de cada um era de fundamental importância para todos: criança, professores, Apae. Durante o ano de 1997, verifica-se, de acordo com a fonte (ata nº 151), que os funcionários da Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama e Apae se reuniram para tratarem de assuntos relativos à construção de salas de videoteca e brinquedoteca. Observa-se que pretendiam realizar um trabalho com a comunidade para aproximá-la de seu meio e estreitar os laços entre a Escola Hilda Nogueira da Gama e a Apae. Segundo a mesma fonte, estreitar laços significava “pensar juntos no aluno com necessidades especiais”. Ainda em 1997, aos dezoito dias do mês de abril, segundo ata de nº 153, aconteceu mais uma reunião extraordinária nas dependências da Apae por funcionários da instituição e Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama para inauguração da brinquedoteca e da videoteca que recebeu o nome de “Sara Carvalho Fernandes, uma funcionária que prestou serviços à Apae durante anos”.

O diretor Márcio Moterani Swerts, aproveitando o momento, leu o memorial sobre a vida da homenageada. Os filhos de Sara Carvalho Fernandes estavam presentes e agradeceram em seu nome. Durante esse dia, aconteceu segundo ata (nº 153), o lançamento do jornal Flor do Aprender, com a colaboração da professora de biblioteca Jane Valéria Gonçalves Caixeta Rodrigues. Em comemoração ao jornal, o Poeta Elias José foi convidado para conversar com os alunos, ouvir as interpretações de suas poesias e, em seguida, falar de suas obras para as pessoas presentes. Com o objetivo de melhorar a escrita, a leitura e a interpretação de textos e as dificuldades dos alunos, a criação do jornal procurou levar os Projetos realizados pela Apae e pela Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama para a sociedade.

O dinheiro para custear o jornal foi conseguido por patrocínio, por doações por parte de lojas, de fábricas etc. No lançamento, os alunos apresentaram números de dança, de

músicas e de teatro. Aproveitando as festividades, sócios beneméritos e pertencentes à elite machadense foram homenageadas as primeiras pessoas que pensaram em criar a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Machado pelos serviços prestados à Apae desde sua fundação e são eles: Alaor Gonçalves Pinto, Dalva Moterani, Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, Laiza Swerts de Oliveira, Luciana Vieira Barbosa, Marcelo Carvalho Vieira, Maria Vita de Oliveira Silva, Marta Maria Cunha Gonçalves, Vânia Moterani Swerts, Ricardo de Paula Carvalho que representou José Antonio de Paula Carvalho Filho, Américo Nanetti Júnior, Bias Francisco Maciel Dias, Dalmo Andrade, José Resende Lara, Lourdes Pereira Nanetti, Wagner Annoni, Wanda Borin e Wilma Braga. Teresa de Jesus Vieira dos Anjos justificou sua ausência.. Conforme registros em ata de nº 153, o diretor antes das homenagens leu a primeira ata de Assembleia da constituição da Apae data de 6 de maio de 1971.

Em 1998, reuniram-se os membros da diretoria para leitura do estatuto, e a comunicação aos presentes que, no dia 20 de novembro das 8 às 17 horas, a Apae e Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama realizariam uma exposição de trabalhos dos alunos na “ Feira Cultural Pedagógica” no ano de 1999 (ata 158, set.). Vários fatos podem ser observados no dia a dia da Apae como sendo a realização de quermesses, bingos, participação em feiras, construção de salas com a ajuda da prefeitura local, boi no rolet, jantar beneficente. Em ata de nº 159, notificou-se que houve, na Apae, uma reunião extraordinária no mês de agosto com a participação dos membros da diretoria e do corpo técnico da Associação apaeana atendendo à convocação ao Presidente Márcio Moterani Swerts, para os primeiros repasses sobre o Projeto Águia, obtidos em um encontro pedagógico em Três Pontas e Belo Horizonte.

Em 1999, o diretor da Apae era Márcio Moterani, e o número de turmas e de alunos foi o maior de sua história chegando a 154 até aquele período. Tornou-se necessária a ampliação do número de cargos em todas as áreas: clínica, pedagógica e demais funcionários para garantir a qualidade dos serviços. Foram contratados pedagogos, fisioterapeutas, fonoaudióloga, médica, psiquiatra, neurologista, psicólogo, inclusive foi o momento de ampliação de voluntários e contribuintes. Nesse cenário, de acordo com interpretações realizadas, os professores tiveram que buscar novas metodologias, pois as turmas, além de mais numerosas, tinham em seu contexto deficiências diversas. Estudos foram intensificados por meio de reuniões semanais para trocas de experiências e análises de casos de alunos. Para tanto, foram implantados projetos como feira de ciências, festivais de poesia, ampliação e revitalização do espaço da biblioteca, montagem do coral, atividades esportivas, trabalhos artísticos envolvendo dança e teatro. Tal visão permitiu um conjunto de recursos e serviços

educacionais especiais organizados para apoiar, para garantir a educação dos alunos e para promover suas habilidades e competências.

Em 2000, segundo ata de nº 159, aconteceu na sede da Apae, uma reunião extraordinária, que contou com membros da diretoria e corpo técnico. A convocação foi feita pelo Presidente Márcio Moterani Swerts, que inicialmente fez o repasse de informações referentes ao Projeto Águia. As informações trazidas foram ouvidas primeiramente na cidade de Três Pontas/MG, e depois em Belo Horizonte/MG, coordenadas pela equipe técnica da Federação Nacional das Apaes. Outros funcionários da Apae também estiveram presentes, a fim de entenderem a nova proposta e seu funcionamento. Ainda de acordo com os dados, o diretor explicou os objetivos do Projeto Águia (1997),

O Projeto Águia tem por objetivo dar um referencial às atividades das Apaes e tem um eixo básico das atividades propostas no setor pedagógico e administrativo. Para tanto, torna-se necessário uma adequação no atendimento, promovendo uma visão inclusora, com isso, a visão da Apae será de um movimento de pais e amigos de pessoas portadoras de deficiências. Para tanto, serão necessárias medidas adicionais para aprimorar o atendimento da Apae de Machado.

O diretor destacou a importância do convênio com o estado de Minas Gerais que garantia o funcionamento da Escola Estadual Hilda Nogueira da Gama cedendo professores. E que, a partir daquele dia, os alunos da Apae não mais seriam atendidos pela equipe clínica durante o horário de aula, mas em outro turno, devido à perda das explicações em sala pelos professores, bem como atividades extraclasse, avaliações do conteúdo ou outra atividade necessária ao seu desenvolvimento. Notam-se na ata de nº 159, indícios da separação da Escola Estadual de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama, quando João Batista de Oliveira, membro da diretoria daquele ano solicitou do presidente uma opinião sobre a separação da Escola Hilda Nogueira da Gama, o qual respondeu: “Hoje, não há condições para isto” o mesmo também foi confirmado pela diretora da Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama Marly Soares Oliveira Neves.

A decisão foi de manutenção do convênio com o Estado. Percebe-se pelos dados, que, nesse ano, a Apae cogitou abrir Educação de Jovens e Adultos para atender alunos com necessidades educacionais específicas, a partir de 14 anos, no nível de Ensino Fundamental.

A educação de jovens e adultos é uma modalidade educativa e fundamenta-se em considerações de natureza social, ética e política, considerando a importância dos preceitos legais que garantem o direito do ensino fundamental às pessoas de todas

as faixas etárias, de modo a beneficiar os que ultrapassaram a idade de escolarização (TÍBOLA, 2001, p. 44).

A implantação não aconteceu e nos documentos analisados não foram encontrados os motivos. Fontes não oficiais afirmam que foi pela falta de espaço físico.

Segundo Relatório de 2000, esse ano entra para a História da Apae como sendo um ano voltado para o atendimento pedagógico e para a área do trabalho.

Isso devido ao crescimento do número de alunos e das necessidades de realização de trabalhos que viessem favorecer cada vez mais a pessoa com deficiência. Dessa forma, iniciou-se o Projeto ou Oficina Pedagógica. Ainda de acordo com Relatório (2000):

O projeto conta com o apoio da equipe clínica, o fortalecimento do serviço pedagógico. Neste serviço de oficina de trabalhadores especiais e início de conversa com industriais da cidade para empregarem alunos com NEE, incluindo-os, a conversa ficou por conta da responsável pela oficina pedagógica Sra. Marly Soares Oliveira Neves. No ano de 2000, a diretora da Apae e da Escola Especial passou a ser Sra. Marly Soares de Oliveira Neves e a vice-diretora Inez Rabello Farias.

A Apae e a escola Hilda Nogueira contam com 325 alunos, 19 turmas de ciclo de formação humana, 3 turmas de estimulação precoce e 4 oficinas pedagógicas.

O serviço de itinerante é ativo com três professoras atendendo a 58 ex- alunos que foram integrados no ensino comum nas escolas da cidade e Poço Fundo. Também foram ampliados o atendimento junto ao programa Bolsa de Trabalho, contemplando 23 bolsistas. O número de funcionários era de 64 entre diretoria, secretaria, professores, auxiliares de serviços gerais, serviço de psicologia escolar, serviço de fonoaudiologia e serviço de fisioterapia.

Nota-se, nos dizeres, o aparecimento do termo integração que significa inserir um aluno, ou um grupo de alunos que já foi anteriormente excluído. Quanto à inclusão, ao contrário, é o não deixar ninguém fora do ensino regular desde o começo da vida escolar. Nesse aspecto, para Mantoan (2005, p. 22), “pela integração escolar o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vai da inserção às salas de aulas do ensino regular ao ensino em escolas especiais”. O processo de integração acontece dentro de uma estrutura educacional, e oportuniza aos educandos a participarem do âmbito educativo, usufruindo das oportunidades que lhes são oferecidas como escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Porém esses serviços são conhecidos por segregarem os educandos e, por isso, são tidos como atendimentos parciais.

No relatório, foi analisado que, em 2000, a equipe clínica da Apae passou a se reunir uma vez por mês, na última terça feira de cada mês. Essas deveriam acontecer com o intuito de trocarem informações e dialogarem sobre as pessoas com deficiência e como atendê-las, a

fim de se obter resultados satisfatórios em seus tratamentos e “não apenas para fechamento de laudos”. O médico José Fernando Cordoba Sepedo, diante disso, expõe às demais pessoas presentes que as reuniões mensais deveriam ser pagas, havendo concordância dos demais médicos pertencentes à equipe clínica. Não se observa, no documento, se a direção da Apae concordou em pagar pelas reuniões mensais da equipe, mesmo porque as questões ligadas a dinheiro sempre foram difíceis por ser uma instituição filantrópica e de poucos recursos.

Em ata de nº 160, realizada no mês de outubro 2000, na sede da Apae, sabe-se que se reuniram membros da diretoria para discutir sobre o estatuto e sua adequação de acordo com a evolução do movimento e as necessidades urgentes. Nesse ano, a Apae foi sede da Delegacia Regional, sendo delegado ao presidente da Apae, assessorar mais 10 Apaes mineiras. Nota-se a programação para angariar dinheiro para o término das salas de aulas. Como se pode ver, o ano 2000, foi de realizações para a Apae, com esforços para ampliar seus atendimentos e sensibilizar a comunidade onde está inserida. Dentro de novas perspectivas de funcionamento, observou-se, de acordo com Relatório 2001, que a Apae passou por um processo eletivo e teve como novos diretores: Presidente Jane Soares, sócia nº 112; João Batista de Oliveira, sócio nº 105, como vice presidente; Marilda Bonalume, sócia e mãe de aluno, para secretária; Vânia Moterani Swerts, fundadora e sócia, como segunda secretária Márcio Moterani Swerts sócio nº 010, para primeiro diretor financeiro; Alaor Gonçalves Pinto, sócio-fundador nº 47, para segundo diretor financeiro. Nota-se que Márcio Moterani Swerts a todo momento esteve ligado à diretoria da Apae. A posse da nova diretoria ocorreu (ata nº 163) com a participação de todos os funcionários, professores, pais e autoridades da cidade. A nova presidente, assim que tomou posse, esteve em Belo Horizonte, em reunião com os demais dirigentes de Apaes mineiras. O ano de 2000 foi positivo para a Apae e apresentava boas perspectivas para o ano de 2001 (ata nº 161). O ex-presidente Márcio Moterani Swerts agradeceu a todos os presentes nessa reunião pelo carinho e pela ajuda recebidos durante os anos em que esteve à frente da Apae.

3.2 APAE E O PROJETO ÁGUIA (2001)

O Projeto Águia é um documento elaborado pela Federação Nacional das Apaes que determina quais as atribuições e como deve ser o funcionamento de todas as Apaes brasileiras (LOSEKAN, 2005). Ainda para Fenapaes (1997), o Projeto Águia está dividido em dois programas fundamentais: Programa de Desenvolvimento Técnico e o Programa de Desenvolvimento Institucional e Gerencial das Unidades e Instâncias do Movimento.

Em 2001, a Apae iniciou seus trabalhos com uma nova diretoria e muitos planos para a realização dos seus serviços, na melhoria de qualidade de seus atendimentos. Propôs discussões sobre o tema “A Apae Educadora”, conforme Ata da Reunião Extraordinária (n° 167) como determinação do Projeto Águia (1977).

Observa-se, então, uma nova configuração, proposta para a educação especial através do Projeto Águia, uma proposta de unificação das ações educacionais de todas as instituições federadas, objetivando inserir as escolas das Apaes na estrutura da educação nacional. Aos vinte dois dias do mês de maio de 2001, em ata de reunião extraordinária, verificou-se que atletas da Apae participaram de campeonatos esportivos em Varginha (Mg) e em Coqueiral (MG). Também foi observado o corte de gastos do uso de telefone, o qual apenas poderia ser utilizado com a autorização da diretoria. A Kombi, que transportava alunos e fazia outros tipos de serviços, passou a realizar apenas serviços voltados alunos com deficiência, mesmo assim com “autorização”. Um evento marcou as festividades em 2001, a comemoração do aniversário da Apae no mês de maio.

Para tanto, todos os funcionários foram chamados a participar. Na programação, aconteceu almoço festivo com venda de ingressos à comunidade, cartazes e faixas alusivas. Chamou a atenção, nesse mesmo documento, os seguintes dizeres: “Os funcionários da Escola Hilda Nogueira da Gama poderão trabalhar na festa comemorativa de aniversário da Apae como voluntários, a título de colaboração pois, a tendência é aplicar os recursos na construção de mais salas de aulas”.

A diretora ainda ressaltou que “os funcionários da Apae deverão trabalhar para o fortalecimento institucional da Apae e de acordo com o Projeto Águia”. Mais uma vez pode-se perceber indícios de que a Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama e Apae não estavam mais unidas como deveriam e que a relação entre ambas estava desgastada. Fontes extraoficiais afirmam que o clima não era mais o mesmo entre as escolas, embora os alunos com necessidades educacionais específicas precisassem dessa união. Segundo ata (n° 167) de reunião extraordinária da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Machado, aos quatro dias do mês de setembro, a diretoria se reuniu para discutir assuntos que envolveram o aluno especial e todos aqueles que atuavam prestando serviços à Apae, e sobre a divulgação e o contrato com a Escola Agrotécnica Federal de Machado para definição do programa de instalação e alojamentos dos atletas de outras Apaes de Minas Gerais que estavam em Machado para um campeonato esportivo. Ficou decidido que a Apae aproveitaria o aniversário da cidade (setembro) para a realização de um almoço na Xuxu Drinks. A Apae aproveitou o nome do estabelecimento para promover-se e atrair pessoas para a causa do

excepcional. Nesse sentido, denominou o nome do almoço como Apae Xuxu. Percebe-se mais uma vez a força do nome Apae, que, estando incluído, levaria mais pessoas ao almoço e o lucro seria maior. Os ingressos foram vendidos com antecedência na própria Apae. A análise mostra, no documento (ata nº 167 set. 2001), que a presidente da Apae coloca em discussão o tema Apae Educadora, conforme determinação do Projeto Águia e relata que: “a Apae de Machado já estava providenciando a montagem do Processo para ter uma escola da Apae Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial, junto a 41ª SRE em Varginha”.

Esta iniciativa estava relacionada ao Projeto Águia, que pretendia ofertar educação básica nos níveis de educação infantil e fases iniciais do Ensino Fundamental de modo interativo com a Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e , portanto, iria necessitar de espaço físico para sua adequação.

Após as explicações, a diretoria executiva decidiu pela solicitação de duas salas, para a Escola Hilda Nogueira e as salas ocupadas por professores da Prefeitura por meio de convênio. O membro da diretoria, Márcio Moterani Swerts, solicitou à presidente Jane Soares que enviasse à diretora da Escola Hilda Nogueira da Gama um comunicado relatando sobre os últimos acontecimentos e para que pudesse se organizar para o próximo ano quanto ao quadro de pessoal. Todos os demais membros presentes na reunião concordaram com a sugestão. Aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2001, (ata nº 168) reuniram os membros da diretoria executiva da Apae, em atendimento à convocação feita pela presidente Jane Soares, que iniciou a reunião fazendo um relatório sobre o Projeto Águia após ter participado de um encontro entre as Apaes mineiras em Poços de Caldas, sob a responsabilidades da Federação Nacional das Apaes. Quanto ao Projeto Águia, a Presidente afirmou que:

Foi assinado um termo de compromisso com a Federação Estadual para o repasse e implantação do Projeto Águia na Apae de Machado. Tendo a Apae que enviar relatório das atividades à Federação Nacional da Apaes sobre as atividades realizadas.

Segundo a mesma fonte, em seguida, a presidente apresentou nomes das pessoas que ficariam responsáveis pela articulação da nova proposta da seguinte maneira: Professor de Educação Física Ricardo Dias Ribeiro ficou responsável pelas atividades esportivas; Gilsiania Ávila Costa (professora) ficou responsável pela comunicação social; Professora Vânia Moterani Swerts, pela Educação Profissional; Rosana Rosa Magalhães; Professora responsável pela Arte e Jane Soares Presidente, por todo o Projeto da Apae Educadora como

suporte e garantia de sua execução. A proposta pedagógica apresentada pela Apae Educadora tem como ponto principal a implantação da educação escolar nas instituições especiais do Movimento Apaeano.

Segundo Fenapaes (2001 p. 36),

Proposta Apae Educadora: a escola que buscamos expressa as aspirações e expectativas do Movimento apaeano quanto à sua atuação educacional, por meio de um projeto político-pedagógico voltado para educandos portadores de deficiência mental e outras, atuando com a modalidade de educação especial na oferta dos seguintes níveis e modalidades de ensino: educação básica, integrada pelos níveis de educação infantil, ensino fundamental (fases iniciais), educação de jovens e adultos, educação profissional.

A proposta leva a compreender que cabia às Apaes assumir a educação escolar como eixo principal de seu trabalho.

A proposta Apae Educadora (2001) “orienta que, em cada uma de suas unidades, deve-se discutir a melhor forma de atender às necessidades educacionais de seus alunos em seu processo de aprender, definindo-se ou não pela implantação de serviços e apoio especializados, oferecidos no âmbito da própria escola ou em parceria com outras instituições”.

Os apoios especializados são aqueles que devem ser oferecidos para ir ao encontro das necessidades dos educandos com necessidades educacionais específicas.

A Apae de Machado, de acordo com dados obtidos no documento (ata nº 168), deixou claro que a implementação da proposta da Apae Educadora era uma questão de tempo e de espaço físico. Observa-se que houve um embate entre a Apae e a Escola Hilda Nogueira da Gama quando no documento aparece a seguinte informação: “Houve distorções quanto ao pedido das salas da Apae para a Escola Hilda Nogueira da Gama”. Finalmente, no ano de 2001, segundo a fonte analisada (Relatório 2001), a Apae reuniu mais uma vez sua diretoria executiva para resolver situações referentes à proposta de funcionamento da Apae para 2002, conforme determinação da Federação Estadual das Apaes e, nesse aspecto, a presidente Jane Soares esclareceu: O planejamento da Apae de acordo com o Projeto Águia deve ser feito coletivamente e assim que for elaborado deverá ser enviado à Federação Estadual das Apaes. Tudo indica que, a partir daquele momento, a Apae Educadora iria fazer parte do cotidiano da Apae. Outros fatores merecem relevância e merecem ser analisados.

O planejamento mensal da Apae para todo o ano de 2002:

Quadro 1 – Planejamento mensal da Apae em 2002

Janeiro	Realização do Projeto Águia, responsáveis diretoria executiva.
Fevereiro	Apae Educadora, Educação profissional, palestras e cursos de capacitação, responsáveis diretoria executiva.
Março	Autodefensores – Aline Cunha Gonçalves, diretoria executiva. Bacalhoda da Apae em conjunto com a diretoria, familiares, voluntários, parceiros e Apae, Divera, Fest Pizza. Curso de informática pela Fadema, palestra e cursos na área da Educação Especial.
Março/Abril/Maio	Olimpíada Estudantil responsável professor de Educação Física. Boi no Rolet, pais, funcionários, voluntários, parceiros e diretoria.
Junho	Festa Junina na Apae sob a responsabilidade de todos os funcionários, voluntários, diretoria, parceiros.
Julho	Responsáveis pelo Fórum Municipal, diretoria executiva, Auto Defensores.
Agosto	Semana do Excepcional, funcionários, pais, voluntários, parceiros.
Setembro	Aniversário da cidade, funcionários e alunos, pais, professores, diretoria, parceiros.
Outubro	Dia da Criança, funcionários, pais. Voluntários, parceiros, professores, diretoria. Olimpíada Nacional, professor de Educação Física.
Novembro	Domingo com a mama, funcionários, voluntários, diretoria executiva, família, diretoria.
Dezembro	Apae Noel, cartões natalinos e planejamento para 2003, diretoria, funcionários, alunos. De acordo com dados contidos no Relatório 2002, o planejamento foi enviado à Federação Nacional das Apaes até 30 de novembro.

Fonte: Ata nº169, novembro de 2001.

A realização de um planejamento antecipado permitiu à Apae não perder de vista o foco de seu trabalho e o delineamento de um conjunto de ações para nortear o rumo de seu desenvolvimento.

No dia 25 de janeiro de 2002, na sede da Apae, reuniram-se atendendo à convocação da Presidente Jane Soares, os membros da diretoria para tratar de assuntos sobre a instituição

ligados às dificuldades financeiras destacando que a Apae contava mensalmente com um mil e quinhentos reais do dízimo (doação da Igreja Matriz de Machado). Como se sabe um dos fundadores da Apae era o pároco da cidade, o que indica que a Igreja esteve ligada à Apae desde sua fundação. A caridade praticada pela Igreja ou pelos cristãos leigos procura por um lado por meio do socorro aos miseráveis, minimizar a aparência feia da desigualdade, por outro, tenta garantir laços de solidariedade dos pobres para com os ricos, ao mesmo tempo em que se dissolve as possibilidades de solidariedade entre os iguais (UHLE, 1992).

O Processo para a instalação da Apae Educadora foi enviado ao Conselho Estadual de Educação e à Federação Estadual da Apae de Minas Gerais (ata de nº 170 2002). E, portanto, a Apae precisou ocupar os espaços, ou seja, as salas de aula que a Escola Hilda Nogueira utilizava e esse pode ter sido um dos motivos da separação das escolas. Ainda em 2002, aos oito dias do mês de fevereiro ata nº 171, os membros da diretoria mais uma vez se reuniram para eleger os nomes dos representantes da Apae no Conselho Municipal de Saúde de Machado.

3.3 A DESVINCULAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL HILDA NOGUEIRA DA GAMA E APAE

Em 2002, a Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama deixou definitivamente a Apae. A escola, que fora fundada em 1976, esteve ligada à 41ª Superintendência Regional de Ensino de Varginha-MG, com carga horária e dias letivos obrigatórios estabelecidos pela L.D.B. (9394/96).

Funcionou em dois turnos e direcionou suas atividades pedagógicas tendo como principal objetivo, segundo o relatório de ações da Escola Hilda Nogueira da Gama (2002):

Desenvolver totalmente as habilidades educacionais, humanas, esportivas, culturais e artísticas buscando a cidadania de cada aluno portador de necessidades educativas especiais. Nestas habilidades educativas e de cidadania tem como meta formar um cidadão crítico, ativo e participativo na sociedade em que vive fazendo para isto a reabilitação, a socialização e profissionalização dos deficientes.

A Escola Hilda Nogueira da Gama teve seus trabalhos sempre voltados ao atendimento da pessoa com a deficiência e à busca por sua qualidade de vida e de cidadania. Ao deixar o prédio da Apae, passou a funcionar no Bairro Santa Luiza de Machado.

Um dos motivos que levou a Apae a pedir os espaços ocupados pela Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama pode ter sido a implantação do Projeto Águia e conseqüentemente a Apae Educadora, pois necessitava ampliar seus serviços, os níveis escolares, modalidades de ensino, focalizando aspectos organizativos e curriculares no sentido de favorecer a aprendizagem e a socialização dos alunos, assim como a inclusão deles na sociedade. O que também deve ser considerado é que não se pensou na pessoa com deficiência na Escola Hilda Nogueira da Gama, como se deveria, porque, embora a proposta da Apae fosse a de contemplar melhorias para esse público, os outros alunos foram, em parte, prejudicados. Com a separação, vínculos afetivos foram desfeitos por parte dos alunos, professores, especialistas, funcionários e pais e, de uma hora para outra, os pais tiveram que ver seus filhos sem os atendimentos prestados pela Apae.

Outro ponto relevante que não pode ser esquecido foi a falta de recursos para acomodar alunos e todas as pessoas envolvidas no trabalho com o excepcional na nova escola no bairro Santa Luiza. Com salas pequenas, adaptadas a princípio, divididas ao meio, sem estrutura. Embora o espaço físico cedido pela prefeitura fosse amplo, muitos investimentos deveriam ser feitas e a escola não tinha verbas suficientes para sua realização. Os alunos tanto da Apae quanto da Escola Hilda Nogueira, naquele momento, precisaram de tempo para se adaptarem à nova realidade. A separação causou estranhamentos e, por detrás do discurso da necessidade de um atendimento melhor e de qualidade, de acordo com fontes extraoficiais, problemas pessoais e questões ligadas ao “poder” foram também a razão da separação da Apae da Escola de Educação Especial Hilda Nogueira da Gama.

Para a instalação da Escola no referido bairro, a Prefeitura Municipal elaborou um contrato de concessão de uso de imóvel entre a cidade de Machado e o estado de Minas Gerais. De acordo com o documento:

À Secretaria de Estado de Educação e diretoria do Patrimônio e Material órgão da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e diretoria e departamento, Bens e Imóveis. Este ato do termo de cessão de uso entre o município de Machado e o estado de Minas Gerais do imóvel onde funcionava a Escola Hilda Nogueira da Gama. O Jornal de Minas Gerais publicado no dia 23/08/2003 p. 2, coluna 3 refere-se a cessão gratuita do terreno da Escola Hilda Nogueira da Gama que poderia utilizar o local por 20 anos. Ao se iniciar o ato de assinatura as partes interessadas Sr. Prefeito Municipal José Miguel de Oliveira e Vanessa Guimarães Pinto, representada pelo SEE .

Nessa perspectiva, podemos observar a união entre Estado e Prefeitura para o funcionamento da escola, o que não foi suficiente para sanar as dificuldades e as necessidades

básicas relativas ao atendimento das pessoas com deficiência, quanto ao aprendizado e ao desenvolvimento integral dos alunos.

3.4 APAE E ESCOLA PROFESSORA MARIA DE FÁTIMA BOTAZINI DINIZ DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 2003, o ano que fecha o recorte temporal da pesquisa, a Apae funda a Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial. O nome foi homenagem a uma de suas professoras, que faleceu em 2002.

FIGURA 7 – Fachada da Apae (2003)



Fonte: Arquivo de fotos da Apae - 2003

Segundo apresentação da proposta de criação da escola datada do ano de 2003:

Funda-se a Escola “Profª Maria de Fátima Botazini Diniz” de Educação Especial – APAE Machado, momento de extrema importância onde a pessoa portadora de deficiência ganha mais um espaço de convívio social e espaço de proteção e reabilitação mesmo depois de passar por 13 anos de APAE – Machado. Em constante processo de crescimento a APAE foi progressivamente expandindo os serviços oferecidos a sua clientela, adquirindo maior credibilidade da comunidade e melhorando seus processos de reabilitação e apoio de seus alunos e familiares. O portador de deficiência passou a ser valorizado pela pessoa que é, ganhou o status de indivíduo ativo e pensante, ultrapassou os muros da escola e começou a ocupar espaços na sociedade. Os serviços prestados pela APAE adquiriram um caráter educacional passando a focar as potencialidades e individualidades dos alunos e não apenas suas deficiências. A Educação passou a ser a linha mestra dos trabalhos desenvolvidos pela APAE, sendo entendida como conjunto de ações amplas e

diversificadas que permitem o desenvolvimento, a expressão e a interação crescente do indivíduo com seu meio social. Neste sentido, a Escola ampliou suas parcerias com a comunidade e diversificou seus trabalhos incluindo em seus currículos pedagógicos aulas complementares de teatro, dança, artes plásticas e esportes. As parcerias com as escolas regulares permitiram o acesso crescente dos alunos portadores de deficiência em suas salas de aula. A APAE, em contrapartida, os apoios necessários ao bom desempenho dos alunos. Uma nova reorganização se fez presente permitindo sair do enfoque de integração e assumir uma postura inclusora.

A integração leva em conta que a sociedade deve ser sensibilizada para a causa Apae, mas não deve ser constrangida a contribuir para o alcance de seus objetivos a não ser por escolha pessoal. Quanto à configuração do esforço educativo, a rede regular de ensino pode ser estimulada a aceitar os alunos com necessidades educativas específicas. No entanto, sua ação prioritária é voltada à maioria da população que não pode ser prejudicada em nome de um pequeno grupo.

Na postura inclusiva, a sociedade tem o dever de se implicar com a causa da Apae e o funcionamento da unidade deve refletir os seus princípios filosóficos. Nesse sentido, como escola inclusiva, teve como princípios básicos e norteadores de suas ações ver na pessoa com necessidades educativas específicas, antes de mais nada um ser humano, capaz de construir o conhecimento, como as demais pessoas, e ser capaz de vencer dificuldades e barreiras (Relatório Apae, 2003).

Segundo o regimento escolar (2001), a escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial tem como missão:

- Possibilitar o desenvolvimento do potencial do aluno com deficiência, melhorando sua qualidade de vida;
- Favorecer a inserção do aluno com deficiência no seu nível de ensino e incrementar sua socialização;
- Promover uma prática pedagógica que esteja aberta à experimentação e à participação do aluno com deficiência para que ele possa exercer a criatividade humana e ter a capacidade de ousar.

Como se percebe, a missão da Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial tem como foco principal oferecer oportunidades de acesso ao conhecimento e assegurar oportunidades diferenciadas a cada indivíduo com necessidades educativas específicas. Como filosofia, ver o aluno com deficiência como um ser dotado de sentimentos, emoções, elaborações mentais e a deficiência se encarada como individualidade, pois são dotados de desejos e suas manifestações devem ser naturalmente recebidas por todos.

Nesse sentido, para formar o ser humano e garantir que a escola pudesse realizar sua missão e filosofia, precisou construir seu Projeto Político Pedagógico, o qual, sabe-se, direciona as ações que uma escola pretende realizar.

A construção do Projeto Político Pedagógico deve estar ligada à identidade da escola, ao seu currículo, à avaliação, à escolarização e, no caso da escola especial, à terminalidade prevista na LDB. No capítulo V da educação especial, artigo 59, “é permitida a terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências”.

Para a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Maria de Fátima Botazini Diniz, foi elaborado um diagnóstico, em seguida analisado para levantamento de pontos fortes e fracos. Esses pontos levaram à elaboração de objetivos e metas a serem alcançados no prazo mínimo de cinco anos.

Os objetivos foram apontados por todo o grupo de funcionários da Apae e por pais na finalização do diagnóstico.

O diagnóstico estabeleceu os seguintes objetivos a serem alcançados:

- Estabelecimento de um programa de defesa de direitos;
- Elaboração dos critérios determinantes do processo de terminalidade dos alunos em cada coordenadoria;
- Adoção de processo de certificação específica condizente com a realidade de cada setor;
- Implantação de ações sistemáticas que possibilitem o trabalho em rede facilitando e ampliando as trocas com a sociedade;
- Criação de programas sistemáticos de lazer para alunos adolescentes e adultos com graves deficiências e dependentes;
- Criação de sistemas alternativos com o intuito de ampliar a participação da família nos processos da Apae;
- Ampliação do número de parceiros da Apae;
- Oferecimento de apoio continuado às escolas e aos alunos incluídos, definindo papéis da escola comum e da escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2002).

A escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial privilegiou a filosofia sociointeracionista, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (2002), por entender que sua criação possibilitava uma visão dinâmica e positiva da pessoa com deficiência e de que tal pressuposto ofereceria embasamento necessário à construção de

alternativas de educação, quando a educação convencional não fosse mais possível. Assim, procurou preparar seus educadores e alunos para a construção de uma aprendizagem prática diferenciada, voltada à cidadania, a trocas sociais e à conquista de direitos. Por isso, como princípios didático-pedagógicos, o trabalho diversificado baseado nas demandas e nas características apresentadas por aluno ou grupo de alunos.

Os princípios foram baseados nos pressupostos da construção do saber, por mediação do educador e da interferência direta na sociedade sociocultural. Outros princípios que nortearam o trabalho da escola foram: princípios éticos e estéticos. Assim, seus trabalhos foram divididos da seguinte maneira:

1. Coordenadoria de educação precoce
Educação infantil de 0 a 3 anos;
2. Coordenadoria de educação básica
Educação infantil de 3 a 6 anos e ensino fundamental;
3. Coordenadoria de educação de surdos;
4. Coordenadoria de educação profissionalizante;
5. Coordenadoria de educação inclusiva (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2002).

A Apae fundou uma nova escola especial devido a sua situação econômica, por isso facilitaria o recebimento de verbas e recursos, uma vez que precisava continuar a manutenção de seus trabalhos. Embora a Escola Hilda Nogueira da Gama tenha passado a funcionar em outro local da cidade, muitos apaeanos permaneceram. Nesse sentido, por mais independente que fosse e recebesse ajuda de voluntários e da comunidade, a questão da Apae em querer fundar uma nova escola, não foi difícil, primeiro porque em sua diretoria havia pessoas influentes e ligadas ao poder público e segundo porque estava fazendo o papel do próprio Estado ampliando espaços de participação da pessoa com deficiência no âmbito social.

Essas foram apenas algumas informações referentes à Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial, escola fundada pela Apae no ano de 2002. Ainda há muito o que se explicitar, porém estes dados poderão servir de base a outras pesquisas na área da educação e de educação especial brasileira, por estar ligada à Apae, uma instituição criada para suprir a lacuna deixada pelo Estado no atendimento ao deficiente desde 1954 e por ter como finalidade a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas no meio social.

Segundo Botura (2006), “analisando o percurso histórico da educação especial até a integração podemos afirmar que a mesma surgiu para abolir a prática da exclusão social a que foram submetidas às pessoas com deficiências durante vários anos”. Pela análise da Apae em

Machado, percebe-se que esta foi fundada com a intenção de integrar as pessoas com deficiência à sociedade.

Para Lima (2002),

A defesa do direito à educação de pessoas portadoras de deficiência mental e de educação de modo geral é atitude recente na sociedade brasileira manifestando-se através de medidas isoladas de indivíduos e grupos. E a conquista e o reconhecimento de direitos dos portadores de deficiência mental podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados do século XX.

A Apae e a Escola Professora Maria de Fátima Botazini Diniz de Educação Especial trabalharam na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Contudo, ainda há muito que se fazer em toda sociedade brasileira, levando-se em consideração a trajetória da Educação Especial no país que revela a carência nos atendimentos, as ofertas de vagas e a inclusão de fato numa perspectiva de inserção social.

Espera-se que a trajetória da Apae em Machado ajude a compreender parte da história da educação brasileira, que tem revelado que, no decorrer dos anos a Educação Especial trouxe avanços e retrocessos e tem um longo caminho a ser percorrido, tornando possível a socialização do conhecimento para todas as pessoas com necessidades educativas específicas ou não.

Após o fechamento deste capítulo, encontram-se as considerações finais trazendo as principais ideias desenvolvidas no texto sobre a história da educação especial no Brasil, que embora tenha avançado, ainda continua precisando de um olhar atento de toda a sociedade, pois, devido às suas características e peculiaridades, é vista à parte do sistema educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas análises realizadas neste estudo sobre a História da Educação para Crianças Especiais na Apae de Machado/MG, pode-se dizer que as hipóteses levantadas para direcionar o trabalho foram respondidas, embora se saiba que o campo da educação especial é complexo e requer sempre estudo e reflexão.

A primeira hipótese levantada foi a de que a trajetória da educação especial no Brasil foi sempre marcada pelo desinteresse para com o deficiente, assim como pela falta de políticas públicas para atender a essa clientela. Confirma-se a hipótese, pois, desde o início, a educação especial foi vista como um campo à margem da educação oferecida aos demais educandos. Neste período houve políticas voltadas à educação, porém não eram de inclusão, muito menos de integração.

Foram relegadas à sorte, à segregação e, conseqüentemente, à discriminação. Nesse sentido, o aluno com necessidades educativas específicas não recebeu o atendimento necessário sendo rotulado e tido como “anormal” pela medicina, que foi incorporada à educação com o poder de selecionar, de classificar quem podia ou não podia fazer parte do grupo social. Desse modo, os alunos com deficiências eram tratados como diferentes ou “anormais”; no segundo caso, fora do padrão requerido pela sociedade.

Em relação à segunda hipótese, a de que as políticas públicas brasileiras não asseguraram ou garantiram o acesso à sociedade das pessoas com necessidades educativas específicas, pode-se dizer que, durante o período estudado, verificou-se que as políticas públicas, de fato, estiveram distantes de cumprir seu papel. As políticas referentes à educação especial no Brasil estão ligadas aos ideários, às concepções e às necessidades históricas de modo específico da sociedade em determinado período. As políticas públicas não corresponderam aos anseios dessa população, interferindo diretamente na vida desses sujeitos. Nas décadas estudadas, percebe-se que as leis foram motivo de discussão e interesse do poder dominante e, no caso do aluno com deficiência, não beneficiaram positivamente essa parcela da população. A não ser em alguns momentos, como na década de 1970, quando ocorreu a ampliação dos serviços, mas muitos ficaram de fora dessas possibilidades. A década de 1980, é tida como um marco para a educação especial por causa da Constituição Federal (88) que anuncia o direito à educação de todos, “garantindo” o atendimento. A década de 1990 apresenta o discurso da inclusão. Bem se sabe que, para isso, de fato, acontecer, um longo

caminho terá que ser percorrido, seja pela escola, que não está preparada para receber o aluno ou pelo professor, que não se sente apto para trabalhar de modo diferenciado.

A terceira hipótese, de que as Apaes foram criadas para atender aos deficientes que não podiam participar do meio social, foi confirmada por meio dos levantamentos de dados.

Sabe-se que as Apaes estão ligadas a um momento de expansão dos serviços especializados, inclusive com aparecimento do CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) instituído com o objetivo de integrar ações voltadas a esse atendimento. No entanto, ressalta-se que, para manter seus serviços, as Apaes tiveram que buscar parcerias, realizar trabalhos voluntários e de assistência. Por meio dos estudos dos documentos soube-se que a primeira Apae foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro, por conta da influência de um casal de norte-americanos Beatrice Bemis e George Bemis.

A quarta hipótese é a de que a Apae de Machado foi criada para suprir uma lacuna existente na sociedade machadense que também não possuía formas de atendimentos especializados, o que foi confirmada por intermédio das análises feitas nos documentos. Para manter-se, a instituição passou por acertos e erros, desafios e conquistas, sem deixar de lado sua missão e os objetivos propostos em prol do aluno com necessidades educativas específicas, presente em seu contexto social. A pesquisa possibilitou conhecer a história da educação especial no Brasil e na Apae de Machado e perceber que esse campo da educação é complexo, devido às peculiaridades existentes em seu meio, por causa dos sujeitos históricos e da luta de cada um deles e de seus familiares pela inclusão e pelo direito de conviver com outros pares. A efetivação da ideia de inclusão defende uma escola para todos capaz de respeitar os níveis de desenvolvimento do aluno seja socioemocional, individual, acadêmico. A inclusão não acontece de uma hora para outra e requer um olhar atento de todos os envolvidos no processo educativo: alunos, professores, direção, funcionários, administrativo, familiares e comunidade escolar em geral. Durante a pesquisa foi possível analisar o tipo de educação, que é ofertado às pessoas com deficiência e ter a certeza de que, por suas particularidades, ainda há muito o que ser pesquisado sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- ANTIPOFF, H. **Coleção educadores**. MEC/FNDE. Brasília: Massangaria, 2010.
- BITTENCOURT, C.M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BONETI, L. W. **Políticas Públicas e educação e exclusão social**. Unijui, 1999.
- BOTURA, G. C. B. **Regaste histórico da educação especial em instituições filantrópicas e rede pública na cidade de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado), 2006.
- BRASIL. **Apae Educadora: a escola que buscamos**. Uma proposta orientadora das ações educacionais. Brasília: FENAPAES, 2001.
- _____. **Constituições. Constituição da República do Brasil**. Brasília: 1988.
- _____. Ministério da educação e cultura. Centro Nacional de Educação Especial. **Educação Especial: cadastro dos estabelecimentos de ensino especial**. MEC, 1975.
- _____. Ministério da educação e cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- _____. **Lei 4.021 de 2 de dezembro de 1961**.
- _____. **Lei 4024**. Diretrizes e Bases da Educação, dez. 1961.
- _____. **Lei nº 1.043/02, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outras providências. Brasília, 2002.
- _____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus e educação especial.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- _____. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Brasília, 2001.
- _____. **Portaria nº 2.678/02**. Aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a difusão do sistema braille. Brasília, 2002.
- _____. **Resolução CNE/CEB n. 02/01, de 11 de fevereiro de 2001**. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, 2001.
- BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração e segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

BURITI, I. **Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no Segundo Império.** Campina Grande: UFCG, 2010.

CAMPOS, R. H. F. Helena Antipoff e a psicologia no Brasil. In: _____. **Helena Antipoff: textos escolhidos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CARVALHO, M. M. C. História da educação: notas em torno de uma questão de fronteiras. In: _____. **A escola e a república e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUFS, 2004. p. 257-265.

_____. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, R. E. **A Nova LDB e a educação especial.** 2.ed. Rio de Janeiro. WVA, 2000.

CENESP – Confederação Nacional de Educação Especial. 1973.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **A declaração de Salamanca.** Sobre princípios, política e prática em educação especial. Salamanca, Espanha, 7 a 10 jun. 1994.

CUNHA, B. B. B. **Classe de educação especial para deficientes mentais: intenção, realidade.** Dissertação (Mestrado). São Paulo, 1998.

Diretrizes Curriculares da Educação Especial para construção de currículos inclusivos. Curitiba, 2006.

ESTATUTOS DO MOVIMENTO APAEANO E FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES DOS ESTADOS/ Apae. Brasília: set. 2006.

FEBRVE, L. **Combates pela história.** Trad. Leonardo Martinho Simões e Gisela Moniz. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Projeto Águia: manual de conceitos.** Brasília: FENAPAES, 1998.

FENAPAES – Projeto Águia, 1998. In: **Apae Educadora: a escola que buscamos.** Uma proposta orientadora das ações educacionais. Brasília, jul. 2001.

FILÓCOMO, D. **A gênese da educação especial: a contribuição dos parques infantis da cidade de São Paulo: 1947-1957.** 98f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Francisco, Itatiba, 2005.

FONSECA, T. N. L. **História e historiografia da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 72.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder.** 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). **Novos temas em histórias da educação brasileira: instituições escolares, educação na imprensa.** Campinas: Autores Associados / Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-24.

_____. **Novos temas em histórias da educação brasileira: instituições escolares, educação na imprensa.** Campinas: Autores Associados / Uberlândia: EDUFU, 2002.

JANUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** Campinas: Editores Associados, 1997.

_____. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios do início do século XX.** Campinas: Autores Associados, 2004.

KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LARROSA, J; LARA, N. P. **Imagens do outro.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LE GOFF. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1990.

_____. **História e memória.** 5 ed. São Paulo: Unicamp, 2003.

LEMOS, E. R. **Educação dos excepcionais: evolução histórica e desenvolvimento no Brasil.** Tese de livre docência. Rio de Janeiro: EFF, 1981.

LIMA, T. F. A. **Procedimento didático metodológico utilizado pelos professores da Apae no processo de alfabetização o aluno portador de deficiência mental moderada.** Dissertação (Mestrado). Uberlândia, 2002.

LOSEKAN, C. **Espaços de participação política: um estudo da Apae.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

MAGALHÃES, J. **Contributo para a história das instituições educativas entre a memória e o arquivo.** Portugal: Universidade do Minho, DID (mimeo), 1996.

MAGALHÃES, L. C. Terapia ocupacional com crianças especiais: uma perspectiva funcional. In: SOUZA, A. M. C. (Org.). **A criança especial: temas médicos, educativos e sociais.** São Paulo: Roca, 2003.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Scipione, 1989.

_____. **Explicando o déficit intelectual.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Campinas: UNICAMP/Moderna, 2005.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos educadores e discurso eugênico.** Campinas: Unicamp, 1994.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MELETTI, S. M. F. Apae Educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais. Reunião anual Anped, **Anais...** 2008.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 1995.

_____. **Evolução histórica da concepção científica da deficiência mental.** [s.L.]: Mimeo, 2010.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Educação Especial: tendências atuais.** Brasília: Salto para o futuro, 1999.

_____. **Manual Estatístico dos transtornos mentais.** 1994.

_____. **Publicação n. 4** do Ministério da Educação e Cultura, Educação Especial. Um direito Assegurado. Brasília, 1994.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SEESP. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2001.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república.** São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PEIXOTO, A. M. C. **A reforma educacional.** Francisco Campos: Minas Gerais – Governo presidente Antônio Carlos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1981.

PESSOTTI, I. Dados para uma história da psicologia no Brasil. **Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 1975.

PROJETO INCLUIR. Diretrizes da Educação Inclusiva em Minas Gerais da Secretaria do Estado da Educação de Belo Horizonte. Livro 2. 2006.

REBELLO, R. M. **O município de Machado até a virada do milênio.** Machado, 2006. Tomo I

ROCHA, E. F. et al. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. **Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 72-78, maio/ago. 2003.

ROCHA, H. H. P. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, 2002.

_____. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no Projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo, 1918-1925**. São Paulo: Mercado dos Letras, 2003.

SANTOS FILHO. **O Movimento Apaeano: História e Evolução**. Palestra proferida durante o curso de Formação de Multiplicadores na Área de Desenvolvimento Institucional e Gerencial – Projeto Água (20/04/99). São Paulo: Instituto APAE, 1999.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro. 1997.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: GATTI JR, D; INÁCI FILHO (Org.). **História da educação em perspectiva de ensino, pesquisa e produção e novas investigações**. Campinas: [s.n.], 2001.

SILVA, A. G. **A educação profissional de pessoas com deficiência mental: A história da relação da educação especial/trabalho na Apae/SP**. Tese (Doutorado), 2000.

SILVA, A. **O movimento apaeano no Brasil: um estudo documental (1954-1960)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, L. A; PEREIRA, E. W. A educação básica redimensionada. In: BRZEZINSKI, I. **LDB interpretada: diversos olhares se inter cruzaram**. São Paulo: Cortez, 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria e a teoria**. Rio de Janeiro: Falar, 1984.

TÍBOLA, I. M. **Apae Educadora – a escola que buscamos: proposta orientadora das ações educacionais**. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2001.

UHLE. A filantropia na educação. In: **Educação e sociedade**, CEDEs. Campinas, v. 42, ago. 1992.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura/ Ministério da Educação e Ciência da Espanha/ Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais**. CBPE/INEP/MEC (1950-1960). Bragança Paulista: IFAN/CDAPH/EDUSF, 1999.

DOCUMENTOS PESQUISADOS

Ata da Primeira Reunião Geral da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. 9 de outubro de 1954. Sociedade Pestalozzi do Brasil, Rio de Janeiro (RJ).

Ata da Assembleia de Fundação da Associação de Pais e amigos dos Excepcionais. 11 de novembro de 1954. Sede da associação brasileira da imprensa, Rio de Janeiro (RJ).

Ata 4 agosto de 1973.

Ata 11 de fevereiro de 1974.

Ata 4 de março de 1974.

Ata 22 de agosto de 1975.

Ata 8 de setembro. 1978.

Ata 6 dezembro. 1987.

Ata de setembro de 1990.

Correspondência de dezembro do ano de 1977.

Jornal FLOR DO APRENDER. 2000.

Relatório do ano 1971.

Relatório maio 1971.

Relatório do ano 1972.

Relatório agosto 1972.

Relatório do ano 1975.
Relatório Apae 1979.
Relatório maio 1993.
Relatório de verificação in loco folha 3, nov. 1998.
Regimento Interno da Apae 2003.
Proposta de criação da escola 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 – ESTATUTO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs

CAPÍTULO I

Da Federação e seus Fins

Art. 1º - A Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais ou, abreviadamente, Federação Nacional das APAEs, fundada em Assembléia realizada em 10 de novembro de 1962, na cidade de São Paulo, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno que adotar e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A Federação Nacional das APAEs é uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, congregando, como filiadas, as Federações das APAEs dos Estados, as APAEs e outras entidades análogas, tendo sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

I - As APAEs e outras entidades análogas serão consideradas filiadas à Federação das APAEs de seu Estado, após sua filiação à Federação Nacional das APAEs.

II - A Federação Nacional das APAEs adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas brancas, centro amarelo-ouro, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor branca, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo vinte e duas folhas; sendo 10 do lado direito e 12 do lado esquerdo.

III - A bandeira da Federação Nacional das APAEs, na cor azul, contendo ao centro o símbolo da Federação, terá as cores oficiais da bandeira do Brasil e suas medidas definidas neste Estatuto, no Regimento Interno ou em Resolução da Federação Nacional das APAEs.

IV - Todos os eventos realizados pela Federação Nacional das APAEs, pela Federação das APAEs do Estado e pelas APAEs seguirão o Protocolo Oficial para Cerimônias estabelecido em Resolução expedida pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 3º - O dia 11 de dezembro de 1954, data de fundação da APAE da Guanabara, atual APAE do Rio de Janeiro, é consagrado como Dia Nacional das APAEs conforme dispõe a Lei Federal nº 10.242, de 19 de junho de 2001.

Art. 4º - São os seguintes os fins da Federação Nacional das APAEs:

I - promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

II - promover, assegurar e defender o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

III - atuar na definição da política nacional de atendimento à pessoa com deficiência, coordenando e fiscalizando sua execução pelas entidades filiadas;

IV - articular, junto aos poderes públicos e entidades privadas políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência;

V - estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente das entidades filiadas e representá-las junto aos poderes públicos e entidades privadas;

VI - promover, orientar e fiscalizar o funcionamento das Federações das APAEs dos Estados e das APAEs, na forma da regulamentação vigente;

VII - exigir de suas filiadas o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;

VIII - reunir e divulgar informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e obras especializadas;

IX - compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, provocando a ação dos órgãos competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação;

X - promover ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam nas entidades filiadas;

XI - promover e/ou estimular a realização de programas de atendimento à pessoa com deficiência desde a prevenção até o amparo ao idoso;

XII - divulgar a experiência apaeana, liberalizando sua adoção por entidades congêneres nacionais e internacionais;

XIII - prestar serviços gratuitos, permanentes, e sem qualquer discriminação de clientela, àqueles que deles necessitarem;

XIV - encarregar-se, em âmbito nacional, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência;

XV - desenvolver política de autodefensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano;

XVI - promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, visando a inclusão social da pessoa com deficiência.

Art. 5º - Considera-se “Excepcional”, “Pessoa Portadora de Deficiência” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que apresenta perda ou alteração de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade e/ou necessidades que impliquem em atendimento especial, tendo como referência sua inclusão social.

Art. 6º - Para consecução de seus fins, a Federação Nacional das APAEs se propõe a:

I - conceder e fiscalizar a autorização do uso do nome Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do símbolo desta e da sigla APAE, por suas filiadas;

II - promover campanhas financeiras de âmbito nacional, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência;

III - incentivar a participação das pessoas da sociedade civil e política nas ações e programas voltados ao atendimento da pessoa com deficiência;

IV - promover parcerias com os diversos setores de atividades, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho;

V - intensificar o intercâmbio entre as entidades filiadas e as associações congêneres e instituições oficiais nacionais e internacionais;

VI - manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e filosofia do Movimento Apaeano;

VII - solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados e as contribuições de pessoas físicas e entidades filiadas;

VIII - firmar convênios com as suas filiadas, com órgãos públicos e privados, para concepção, desenvolvimento, produção e venda de produtos e serviços destinados ao atendimento da pessoa com deficiência;

IX - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado operacional integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Federação das Apaes dos estados

É responsável pelas diretrizes e estratégias o movimento Apaeano e articulação política, defesa de direitos e ações no âmbito estadual.

ANEXO 2 – ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DAS APAES DOS ESTADOS

CAPÍTULO I

Da Federação e seus Fins

Art. 1º - A Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de..... ou, abreviadamente, Federação das APAEs do Estado, fundada em Assembléia realizada em de de 19..., na cidade de, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno que adotar e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A Federação das APAEs do Estado é uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, congregando, como filiadas, as APAEs e outras entidades análogas, tendo sede e foro na capital do Estado.

§ 1º - As APAEs e outras entidades análogas serão consideradas filiadas à Federação das APAEs do Estado, somente após sua filiação à Federação Nacional das APAEs.

§ 2º - A Federação das APAEs do Estado adota o símbolo e a bandeira da Federação Nacional das APAEs, acrescentando-se nesta última o nome do respectivo Estado.

I – O símbolo da Federação das APAEs do Estado é constituído pela figura da flor margarida com pétalas brancas, centro amarelo ouro, pendúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor branca, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo em baixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo vinte e duas folhas; sendo 10 do lado direito e 12 do lado esquerdo.

II – A bandeira deverá ser na cor azul, contendo ao centro o símbolo da Federação, terá as cores oficiais da Bandeira do Brasil e suas medidas definidas no Estatuto, no Regimento Interno ou em Resolução da Federação Nacional das APAEs.

III – Todos os eventos realizados pela Federação das APAEs dos Estados e pelas APAEs seguirão o protocolo oficial para cerimônias estabelecido em resolução expedida pela Federação Nacional das APAEs.

Art. 3º - O dia 11 de dezembro de 1954, data da fundação da APAE da Guanabara, atual APAE do Rio de Janeiro, é consagrado como Dia Nacional das APAEs, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.242, de 19 de junho de 2001.

Art. 4º - São os seguintes os fins da Federação das APAEs do Estado:

- a) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- b) promover, assegurar e defender o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano, mantendo a ética em relação às demais Federações Estaduais, à Federação Nacional, às APAEs e seus associados;
- c) atuar na definição da política estadual de atendimento à pessoa com deficiência, em consonância com a política adotada pela Federação

Nacional das APAEs coordenando e fiscalizando sua execução pelas entidades filiadas;

- d) articular, junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência;
- e) estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente das entidades filiadas e representá-las junto aos poderes públicos e entidades privadas;
- f) promover, orientar e acompanhar o funcionamento das APAEs no Estado, fiscalizando na forma deste Estatuto.
- g) exigir de suas filiadas o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;
- h) reunir e divulgar informações sobre assuntos referentes às pessoas com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e obras especializadas;
- i) compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais relativas às pessoas com deficiência, provocando a ação dos órgãos competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação;
- j) promover ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoas com deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam nas entidades filiadas;
- k) promover e/ou estimular a realização de programas de atendimento às pessoas com deficiência desde os de prevenção até o de amparo ao idoso;
- l) divulgar a experiência apaeana, liberando sua adoção por entidades filiadas, preservando a origem;

- m) prestar serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela àqueles que deles necessitarem.
- n) encarregar-se, em âmbito estadual, da divulgação de informações sobre assuntos referente às pessoas com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas.
- o) desenvolver política de Auto Defensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano.
- p) promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer visando a inclusão social da pessoa com deficiência.

Parágrafo único - Considera-se “Excepcional”, “Pessoa Portadora de Deficiência” ou “Pessoa com deficiência” aquela que apresenta perda ou alteração de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade e ou necessidades que impliquem em atendimento especial, tendo como referência sua inclusão social.

Art. 5º - Para consecução de seus fins, respeitando o princípio da territorialidade, a Federação das APAEs do Estado se propõe a:

- a) fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla APAE, pelas entidades filiadas e meios de comunicação, informando o uso indevido imediatamente à Federação Nacional das APAEs;
- b) promover campanhas financeiras de âmbito estadual, e participar da organização de campanhas nacionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência;

- c) incentivar a participação das pessoas da sociedade civil organizada e órgãos públicos nas ações e programas voltados ao atendimento da pessoa com deficiência;
- d) promover parcerias com os diversos setores de atividades, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, observada a legislação em vigor.
- e) intensificar o intercâmbio entre as APAEs, as demais Federações Estaduais e Nacional, as entidades filiadas, as associações congêneres e instituições oficiais;
- f) manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e filosofia do Movimento Apaeano;
- g) solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados e as contribuições de pessoas físicas e entidades filiadas;
- h) firmar convênios com as suas filiadas, órgãos públicos e privados para concepção, desenvolvimento, pesquisa, produção e venda de produtos e serviços destinados ao atendimento da pessoa com deficiência;
- i) notificar as APAEs não filiadas para, no prazo de 30 (trinta) dias, providenciarem a filiação junto à Federação Nacional das APAEs, sob pena de responderem civil e penalmente pelo uso do nome, sigla e símbolo.

ANEXO 3 – CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA APAE MACHADO

DR. JERO OLIVA
OFICIAL PRIVATIVO
 DO REGISTRO CIVIL
 DAS PESSOAS JURÍDICAS
 Sub Oficial: DR JOSÉ NADI NÉRI

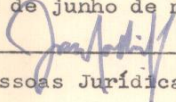
RUA GOITACASES, 43 - LOJA 6 - FONE: 24-3878
 Belo Horizonte - Minas Gerais

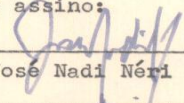


CERTIDÃO

O Bacharel JERO OLIVA, Oficial Privativo do Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc.

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo em seu Cartório o livro A-16, às fôlhas 153 verso, sob o número de ordem 17.465, datado de 28 de junho de 1971 encontrou o registro do estatuto da "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS" "APAE", com sede e fôro na cidade de Machado, M.G., tendo por finalidade a recuperação e integração social do excepcional, sem distinção de idade, sexo, raça, religião ou política, organizando e fazendo funcionar escolas, clínicas, oficinas e colônias agrícolas. C E R T I F I C A mais que para o referido registro foram apresentados - os documentos exigidos por lei, inclusive dois exemplares do "Minas Gerais," Órgão Oficial do Estado de Minas Gerais, datado de 25/6/1971, que publicou o extrato do estatuto. O referido é verdade, do que DOU FÉ. DADA E-PASSADA nesta cidade de Belo Horizonte, aos trinta dias do mês de junho de mil, novecentos e setenta e um. Eu,


 _____, Sub-Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, a subscrevi e assino:


 José Nadi Néri

Aos seis dias do mês de maio do no de mil novecentos e setenta e um, nesta cidade de Machado, Estado de Minas Gerais, previamente convocados, reuniram-se os que esta subscrevem, com a finalidade de tomarem as providencias necessárias à instalação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – “APAE” – Machado.

Assumindo a direção da mesa Diretora, o Dr. Jorge Eduardo Vieira de Oliveira, que convidou a mim, Newton de Oliveira Andrade para Secretário, levou ao conhecimento da Assembléia que, para a efetiva instalação da “APAE” – Machado torna-se necessário, em primeiro lugar a aprovação de seus Estatutos, e para conhecimento de todos, passou, então, à sua leitura:

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Artigo 1º - A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – é uma sociedade civil, de recuperação e integração social do excepcional, com sede foro nesta cidade de Machado, Estado de Minas Gerais, que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais, tendo:

- a) Sede e administração na cidade de Machado, à Rua Santos Silva.
- b) Foro jurídico na Comarca de Machado, Estado de Minas Gerais.

Artigo 2º - A sociedade tem como objetivo a recuperação e a integração social do excepcional, sem distinção de idade, sexo, raça, religião ou política, organizando e fazendo funcionar escolas, clínicas, oficinas e colônias agrícolas.

Artigo 3º - A sociedade se difundirá por todos os meios, o ideal de recuperação do excepcional, patrocinando a fundação de associações semelhantes em todo território nacional.

Manutenção

Artigo 4º - A Associação manter-se-á, entre outras rendas, com as receitas de convênios, com as contribuições de sócios, ofertas voluntárias de pessoas e entidades que a queiram auxiliar, produtos de seus departamentos e de festas esportivas e/ou recreativas e, bem assim, com a renda oriunda de seu patrimônio, auxílios e subvenções.

Artigo 5º - O patrimônio social será constituído por legados, doações, bens que a Associação venha a adquirir, quaisquer rendas eventuais e produtos de suas atividades profissionais.

Sócios

Artigo 6º - Qualquer pessoa ou entidade poderá inscrever-se como sócio da Instituição.

Artigo 7º - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Artigo 8º - Os sócios distribuem-se pelas seguintes categorias:

- a) Sócios Mantenedores: os que contribuam financeira e regularmente para a manutenção da associação com quantias a seu critério.
- b) Sócios Colaboradores: os que colaborarem com seu esforço pessoal.
- c) Sócios Beneméritos: pessoas ou entidades que concorrerem com donativos avultados ou serviços relevantes para a Associação, de modo particular e para a humanidade, de modo geral.

Artigo 9º - Os excepcionais maiores de 21 anos que não estejam interditados poderão inscrever-se como sócios.

Administração

Artigo 10º - A administração da Associação será exercida por três órgãos:

1. Assembléia Geral;
2. Conselho Diretivo;
3. Diretoria.

Artigo 11º - Todos os cargos da administração serão exercidos graciosamente.

Artigo 12º - A Assembléia Geral será constituída dos sócios quites, em número nunca inferior ao do Conselho Diretivo, na forma deste Estatuto e admitidos pelo menos dois meses antes, exceto para a primeira Assembléia Geral.

Artigo 13º - Cabe à Assembléia Geral:

- a) Reunir-se de 2 em 2 anos para eleger o Conselho Diretivo ou, extraordinariamente, para destituí-lo, no caso de tornar-se necessária tal medida, ou para alterar o número de conselheiros.
- b) Reformar o Estatuto, obedecendo ao Artigo 20º.

Artigo 14º - A convocação da Assembléia Geral far-se-á por publicação em órgãos da imprensa local e por edital afixado nos pontos de maior frequência com 10 dias de antecedência.

Artigo 15º - O Conselho Diretivo, que terá o mandato de 2 anos, será composto de sócios quites, de preferência pais de excepcionais, eleitos pela Assembléia Geral e em número de 21 membros.

Artigo 16º - Cabe ao Conselho Diretivo:

- a) Eleger a Diretoria ou, quando necessário destituí-la.
- b) Aprovar o Regimento Interno da Associação e de seus departamentos, regidos pela Diretoria.
- c) Deliberar sobre assuntos que a Diretoria não possa resolver.
- d) Conferir títulos de benemerência e colaboração.
- e) Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral quando requerida por 2/3 dos conselheiros.
- f) Deliberar sobre as contas e o relatório anual da Diretoria, no primeiro trimestre de cada ano; autorizar despesas extraordinárias, orçar e planejar com a Diretoria os novos empreendimentos.
- g) Finalmente, supervisionar a vida da Instituição.

Artigo 17º - A Diretoria é o órgão de Direção da Associação, cabendo-lhe envidar todos os esforços para que os trabalhos dos diversos departamentos funcionem com regularidade, visando sempre o desenvolvimento da obra a que se propõe a Instituição. Compete-lhe:

- a) Redigir o Regimento Interno da Associação e seus departamentos e submetê-los à aprovação do Conselho Diretivo.
- b) Nomear e demitir um Superintendente, sócio ou não, e fixar-lhe um salário.
- c) Tomar conhecimentos da nomeação de funcionários do quadro da Associação, feito pelo Superintendente e dos respectivos salários.

- d) Escolher um dos Diretores, em rodízio ou não, para supervisionar o funcionamento técnico e administrativo da Associação.
- e) Reunir-se uma vez por mês na respectiva sede, ou ainda extraordinariamente, quando o Diretor Presidente ou o seu substituto legal o convocar.
- f) Admitir os sócios mantenedores.

Artigo 18º - A Diretoria, cujo mandato é de 2 anos, compor-se-á de sócios, de preferência pais de excepcionais, com os seguintes titulares, que se substituem na ordem em que vão aqui enumerados:

1. Diretor-Presidente;
2. Diretor-Vice-Presidente;
3. Diretor-Secretário;
4. Diretor-Secretário Adjunto;
5. Diretor-Tesoureiro;
6. Diretor-Tesoureiro Adjunto;
7. Diretor de Assistência Social.

Artigo 19º - Se possível, dois diretores serão recrutados entre pessoas especializadas em Educação de Excepcionais.

Artigo 20º - Ao Diretor-Presidente compete:

- a) Convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Diretivo e da Diretoria.
- b) Firmar convênios com órgãos do governo ou do serviço público federal, estadual ou municipal, bem como com entidades particulares e autárquicas.
- c) Representar a Associação em juízo e fora dele.
- d) Apresentar ao Conselho Diretivo relatório anual das atividades da Associação.
- e) Assinar cheques e ordens de pagamento com o Diretor-Tesoureiro.
- f) Decidir com seu voto os casos de empate na administração.

Artigo 21º - Ao Diretor-Vice-Presidente compete substituir o Diretor Presidente nos seus impedimentos e presidenciar a divulgação da Associação.

Artigo 22º - Ao Diretor-Vice-Presidente compete:

- a) Superintender o serviço de Secretaria.
- b) Secretariar, com o Secretário-Adjunto, as reuniões da administração.
- c) Manter em dia o cadastro do patrimônio social.

Artigo 23º - Ao Diretor-Secretário-Adjunto compete substituir o Secretário nos seus impedimentos e colaborar direta e conjuntamente com ele na lavratura de atas, organização de fichários e despacho do expediente.

Artigo 24º - Ao Diretor-Tesoureiro compete:

- a) Ter sob sua guarda e responsabilidade os valores da Instituição, depositando o dinheiro na Caixa Econômica ou Bancos idôneos, a critério da Diretoria.
- b) Dirigir a arrecadação da renda social.
- c) Manter em dia a escrituração da receita e despesa.
- d) Assinar cheques e ordens de pagamento com o Diretor-Presidente.
- e) Fazer os pagamentos autorizados.
- f) Apresentar à Diretoria o relatório financeiro e a prestação de contas e bens, assim como o balancete trimestral.

Artigo 25º - Ao Diretor-Tesoureiro-Adjunto compete substituir o Tesoureiro nos seus impedimentos.

Artigo 26º - Ao Diretor de Assistência Social compete:

- a) Providenciar a identificação dos excepcionais necessitados de amparo da Associação.
- b) Diligenciar para que se organizem programas de caráter educacional junto às respectivas famílias, de modo a que atendam melhor aos seus excepcionais que não possam deixar o domicílio.
- c) Programar e realizar festas que proporcionem divulgação da obra e auxílio.

Disposições Gerais

Artigo 27º - Os excepcionais inseridos como sócios poderão votar e ser votados para os cargos da administração, e bem assim poderão exercer atividades remuneradas no setor ou departamento para que foram mais ajustáveis.

Artigo 28º - Qualquer excepcional independentemente de idade, produza trabalho lucrativo para a Associação, será gratificado para efeito de estímulo.

Artigo 29º - A dissolução da Associação só poderá ocorrer por proposta de 3/4 dos Conselheiros e aprovação unânime da Assembléia Geral, convocada com 10 dias de antecedência e, neste caso, o seu patrimônio reverterá em benefício de uma ou mais entidades congêneres, escolhidas pela mesma Assembléia.

Artigo 30º - Este Estatuto poderá ser reformado em qualquer tempo, pela Assembléia Geral, por proposta escrita de 3/4 dos Conselheiros.

Artigo 31º - A morte de qualquer membro da administração impõe a eleição de novo titular quando faltar mais de um ano para o término do respectivo mandato.

Artigo 32º - Serão considerados todos quantos assinarem a ata de fundação, por si ou por delegação.

Artigo 33º - Toda a receita da Associação será empregada exclusivamente em benefício da manutenção e desenvolvimento da obra.

Artigo 34º - O Conselho Diretivo organizará, oportunamente, um Conselho Consultivo, composto de pessoas especializadas nos diversos setores do saber humano, para esse fim, convidados, e que serão consultados quando necessário aos interesses da Instituição.

Artigo 35º - A Associação se compromete a promover cursos para professores, dentro de suas possibilidades financeiras.

Finda a leitura, foi o Estatuto colocado em discussão, tendo sido aprovado pela unanimidade dos presentes.